

MÁRIO DA SILVA GAMBÔA

**IMPACTOS DECORRENTES DA EXPANSÃO DA CIDADE DE
ASSOMADA, MUNNICIPIO DE SANTA CATARINA – CABO VERDE**

FLORIANÓPOLIS/SC
MARÇO DE 2008

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Mário da Silva Gambôa

**Impactos decorrentes da Expansão da Cidade de Assomada, Município de
Santa Catarina - Cabo Verde**

Orientador: Prof. Dr Luiz Fernando Scheibe

DISSERTÇÃO DE MESTRADO

Área de concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais

Florianópolis/SC, março de 2008

Impactos decorrentes da Expansão da Cidade de Assomada, Município de Santa
Catarina – Cabo Verde

Mário da Silva Gambôa

Coordenador: _____

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Utilização e conservação do Recursos Naturais, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.

Prof. Dr Luiz Fernando Scheibe. (Orientador – GCN/UFSC)

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria de Arruda Furtado. (Membro - PPGG/UFSC)

Prof^a. Dr^a. Dirce Maria Suertegaray. (Membro - UFRGS)

Florianópolis-SC, março de 2008

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha esposa
Cecília e aos meus filhos Marílson,
Márcio e Marcelo.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi concluída, graças ao suporte oferecido pelas Instituições, pelos professores, pessoas amigas e familiares. Por isso, gostaria de deixar-lhes os meus sinceros agradecimentos:

- Ao Ministério da Educação de Cabo Verde, por me ter colocado em Comissão Eventual de Serviço para a realização desta pesquisa;
- À Universidade Federal de Santa Catarina, mais concretamente, o programa de Pós – Graduação em Geografia, pela oportunidade que me deu para entrar no curso de Mestrado;
- Ao CNPq, pela concessão da bolsa que me permitiu a realizar esse estudo;
- Ao pessoal administrativo pelo acolhimento e solidariedade;
- Ao Prof. Dr Luiz Fernando Scheibe, orientador desta Dissertação, que desde o início acompanhou o projeto e pela sua sinceridade, tolerância e sábia orientação. Soube sempre respeitar os meus limites e meu ritmo de trabalho.
- Aos Professores do programa, em especial aos Professores Paulino, Ewerton Machado e Prof^a Leila, pelas valiosas contribuições para concretização desta Dissertação;
- Às Professoras Sandra e Gerusa, pelas valiosas dicas na Banca de Qualificação de projeto;
- Aos Geógrafos Henrique, Harideva e Luciano pela ajuda e colaboração nos trabalhos de laboratório;
- A todos os colegas e professores deste curso de Pós-Graduação;
- Ao casal Nara Caetano e Reinaldo e os filhos Igor e Luan, pelo acolhimento, pela solidariedade, amizade e pelo suporte oferecido desde a minha chegada no Brasil
- Ao casal Lucimar e Mário e a filha Alice pelo acolhimento, pelos momentos de convívio;

- Ao meu cunhado Gabriel Fernandes, pelo incentivo, pelas sugestões e contribuições ao longo de toda a minha caminhada acadêmica.
- Ao meu ex: orientador Cláudio Furtado, pelo incentivo e colaboração nesse processo;
- Aos meus irmãos, aos meus Primos, às minhas cunhadas, aos meus amigos e vizinhos em Cabo Verde, pelo companheirismo e solidariedade de sempre.
- À minha esposa Cecília, pela presença, incentivo e pela compreensão nos meus momentos de aflição.
- Aos meus filhos Marílson, Márcio e Marcelo, pela coragem de enfrentar os desafios da vida na companhia dos pais.
- Aos estudantes africanos em Florianópolis, pelo acolhimento, pelo apoio e pelos momentos de lazer que me encurtaram a distância do país.
- Às professoras dos meus filhos, pelas contribuições na educação e na formação pessoal e social dos mesmos.

RESUMO

Esta dissertação tem por finalidade evidenciar os “Impactos Decorrentes da Expansão da Cidade de Assomada”. Propõe-se ainda, analisar a relação urbano-rural no município de Santa Catarina, Cabo Verde. Essa análise incidiu sobre os dados da sua ocupação, que remonta à 2ª metade do século XIX, no decurso da crise e decadência da primeira cidade de Cabo Verde (Ribeira Grande, atual Cidade-Velha) e às conjunturas regionais e nacionais que condicionaram sua trajetória, bem como, os principais agentes intervenientes na transformação do espaço urbano de Assomada (Estado, proprietários de terra e comerciantes), sobretudo, no período que decorre de 1961 a 2003. A pesquisa empreendida demonstra que a “ruralidade” é um dos aspectos fundamentais de Santa Catarina, abrangendo 21,3% da população rural do território nacional e 37,9% da ilha de Santiago. Do ponto de vista urbanístico, o mapeamento da evolução da cidade de Assomada, referente à área ocupada pelas edificações nesse lapso de tempo, permite-nos perceber um crescimento bastante acelerado desse espaço urbano, sobretudo, a partir dos anos 90. Dois aspectos importantes se encontram na base dessa transformação: a Independência Nacional ocorrida em 1975 e a Emigração. Com a Independência, o país passou a beneficiar de amplos programas de cooperação internacional o que veio a reforçar a sua importância econômica e política, visualizada através de projetos industrializantes, infra-estruturas e equipamentos de diversas naturezas. Esses investimentos foram por sua vez reforçados por aportes dos emigrantes, que passaram a ser um dos parceiros fundamentais no desenvolvimento de Santa Catarina, através de iniciativas privadas e empresariais, como a construção de residências e constituição de empresas. A análise do indicador uso e ocupação do solo urbano permitiu-nos identificar alguns impactos ambientais causados, sobretudo, pela falta de instrumentos de gestão urbanística, ausência de cadastro municipal e uma deficiente fiscalização dos órgãos administrativos.

Palavras-chave: Cabo Verde; Urbanização; Ruralização; Emigração; Impactos Ambientais; Município de Santa Catarina.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to present the “Impacts Caused by the Expansion of the City of Assomada”. It also analyzes the urban-rural relationship in the municipality of Santa Catarina, Cape Verde. The analysis is based on data about the city’s occupation going back to the 2nd half of the 19th century. It reviews the crisis and decay of the first city of Cape Verde (Ribeira Grande, which is now called the Cidade-Velha [Old City]) and the regional and national situations that influenced its trajectory, It also considers the principal agents involved in the transformation of the urban space of Assomada (involving government, land owners and merchants), above all, in the period from 1961 - 2003. The research undertaken demonstrates that a “rural character” is one of the fundamental aspects of Santa Catarina, encompassing 21.3% of the population of the national territory and 37.9% of Santiago Island. From an urban perspective, the mapping of the growth and changes of the city of Assomada, particularly of the area occupied by buildings in this time period, allows us to perceive an accelerated growth of this urban space, above all since the 1990’s. Two important factors are found in the base of this transformation: the National Independence that took place in 1975 and immigration. With independence, the country came to benefit from broad international cooperation programs that began to reinforce its economic and political importance, visualized through industrial, infrastructure and various other projects. These investments were in turn reinforced by new immigrants, who came to be one of the essential partners in the development of Santa Catarina, through private and business initiatives, such as the construction of residences and the constitution of companies. The analysis of urban land use and occupation indicators allows us to identify some environmental impacts caused above all by the lack of urban management instruments, the absence of municipal records and insufficient inspection by administrative agencies. Key words: Cape Verde; Urbanization; Ruralization; Immigration; Environmental Impacts; Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.....	28
Figura 2 – Distribuição da população de Santa Catarina segundo regiões administrativas.....	38
Figura 3 – Evolução da população de Santa Catarina de 1970 a 2000 e sua projeção para 2010.....	44
Figura 4 – Distribuição percentual dos centros urbanos em Cabo Verde, segundo o Censo 2000.....	54
Figura 5 – Alguns indicadores segundo o meio de residência em Santa Catarina, em 2000.....	61
Figura 6 – Evolução da população de Assomada de 1970 a 2000 e projeção para 2010.....	83
Figura 7 – Evolução do perímetro urbano de Assomada de 1970 a 2000 e sua projeção para 2010.....	83
Figura 8 – Evolução da urbanização da cidade de Assomada, Concelho de Santa Catarina – Cabo Verde, no período de 1961 a 2003.....	84
Figura 9 – Distribuição da população por Bairros em Assomada (2000).....	88
Figura 10 – Mapa da divisão dos bairros da cidade de Assomada.....	90
Figura 11 – Domicílio com acesso à água em Assomada em 1990.....	100
Figura 12 - Domicílio com acesso à água em Assomada em 2000.....	100
Figura 13 - Aspecto da bacia hidrográfica dos Engenhos.....	101
Figura 14 - Aspecto da bacia hidrográfica da Boa Entrada	102
Figura 15 – Principais fontes de energias utilizados nos domicílios da cidade de Assomada (2000).....	103
Figura 16 – Alojamento segundo tipo de habitação, na cidade de Assomada (2000).....	105

LISTA DE QUADROS

Páginas

Quadro n.º 1 - Repartição da população urbana e rural em Cabo Verde no ano 2000.....	53
Quadro n.º 2 - Alguns indicadores do desenvolvimento humano, segundo meio de residência.....	61
Quadro n.º 3 - Áreas das parcelas segundo as formas de exploração e em percentagem.....	65
Quadro n.º 4 - Número de pontos de água e caudal explorado em Santa Catarina..	94

LISTA DE FOTOS

	Páginas
Foto n.º 1 e n.º 2 - Aspeto exterior e interior da antiga “Casa Senhorial”, na localidade de ‘Telhal’ (Engenhos).....	68
Foto n.º 3 - Vista Parcial do Edifício da antiga fazenda e dos Correios (atual Museu da Tabanca e centro Cultural	70
Foto n.º 4 – Aspeto do Edifício da Câmara Municipal.....	70
Foto n.º 5 – Edifício da Enfermaria Regional (construído em 1948).....	70
Foto n.º 6 – Vista parcial da Igreja Nossa Senhora de Fátima (inaugurada em 19949).....	70
Foto n.º 7 - Vista parcial do Banco Comercial do Atlântico.....	80
Foto n.º 8 – Vista parcial dos Correios de Cabo Verde.....	80
Foto n.º 9 - Vista parcial da Escola Secundária Amílcar Cabral	81
Foto n.º 10 - Vista parcial do Edifício da Câmara Municipal de Santa Catarina.....	81
Foto n.º 11 – Vista parcial do Hotel Prestige.....	87
Foto n.º 12 – Vista parcial da empresa Veiga Car Lda.	87
Foto n.º 13 - Vista parcial do Hotel Avenida.	87
Foto n.º 14 - Empresa Cabo Verde Telecom (instalado no Prédio de um emigrante)	87
Foto n.º 15 - Vista parcial da superfície de Santa Catarina vista a partir de Serra Malagueta.....	94
Foto n.º 16 - Aspeto da auto-construção de habitação em espaço pouco adequado e sujeito ao risco ambiental.....	95
Foto n.º 17 - Vista parcial de Assomada a partir de Junco	96
Foto n.º 18 e 19 - Aspectos das construções em Junco (periferia de Assomada)....	97
Foto n.º 20 e 21 - Aspectos ligados aos espaços vazios na área Central da Cidade.....	98
Foto n.º 22 e 23 - Aspeto acinzentado de uma cidade em crescimento e inacabada.....	105
Foto n.º 24 – Vista parcial da Avenida da Liberdade.....	107
Foto 25 - Vista parcial de um dos novos Bairros surgidos a partir dos anos de 1990	108

Foto 26 - Vista parcial do Mercado Municipal de Santa Catarina.....	109
Foto 27 - Aspecto de Assomada numa 4ª feira, um dos dias de maior movimentação do mercado.....	109

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APD – Ajuda Pública para o Desenvolvimento
BO – Boletim Oficial de Cabo Verde
DECRP - Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza
DGMA – Direção Geral do Meio Ambiente – Cabo Verde
DGOTH – Direção Geral de Ordenamento do Território e Habitação
FAO – Fundo das nações Unidas para a Agricultura e alimentação
GOP – Grande Opções do Plano
GM & Associados – Georgina Melo & Associados, Cabo Verde
GTM – Gabinete Técnico Municipal
INIDA – Instituto Nacional de Investigação Agrária
INGRH – Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INE - Instituto Nacional de Estatística – Cabo Verde
LAAM – Laboratório de Análise Ambiental/GCN-UFSC
Lab Geop – Laboratório de Geoprocessamento
MALU – Ministério da Administração e Desenvolvimento Local
MHOP – Ministério da Habitação e Obras Públicas – Cabo Verde
NPC – Núcleos de Povoamento Concentrado
NTIC – Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação
OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico
ONU - Organização das Nações Unidas
PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde
PANA II – Plano de Ação Nacional Para o Ambiente
PDM – Plano de desenvolvimento Municipal
PDU – Plano de desenvolvimento Urbano
PMDSC – Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNDH – Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano
SEPA – Secretariado Executivo Para o Ambiente
TCMA – Taxa do crescimento médio Anual

UNFPA - Fundo das Nações Unidas Para a População
ZEE – Zona Econômica Exclusiva

INTRODUÇÃO

O fenómeno da urbanização bem como a localização e a forma como se incorpora a terra ao perímetro urbano causam, atualmente, grande preocupação para os governos e para a sociedade em geral, principalmente nos países em desenvolvimento, devido ao expressivo crescimento do número de pessoas que vivem nas cidades e à conseqüente degradação da qualidade de vida das mesmas. Ao se referir sobre a problemática da urbanização na região tropical, Christofolletti (2002, p. 133) considera que:

As cidades surgem como sendo organismos permanentes de ação cumulativa, aumentando a população e ampliando a área ocupada. Esse processo intensificou o ritmo no decorrer do Séc. XX. Nesse sentido, a análise do impacto ocasionado pela urbanização no meio ambiente insere-se no contexto da organização espacial e deve ser acompanhada na escala histórica e avaliada em termos das mudanças no âmbito regional.

No caso específico de Cabo Verde, país insular, de reduzida dimensão territorial, constituído por ilhas de natureza vulcânica e de relevo bastante acidentado, com uma área arável que cobre apenas 9,6% da sua superfície total, esse fenómeno tem despertado grande atenção dos cientistas de diversas áreas de conhecimentos e das autoridades, pelo fato de ter colocado em risco a sua estabilidade ecológica e ambiental. Os condicionamentos naturais têm provocado nos últimos tempos, diversos conflitos, tendo em vista uma crescente expansão urbana sobre ambientes anteriormente rurais. Esta expansão vem impondo uma nova dinâmica no uso e ocupação do solo, por um lado e, por outro, as necessidades de um desenvolvimento rural que implica uma maior conquista de terras para atividades agro-silvo-pastoris. É este o contexto a partir do qual emergiu a problemática da presente pesquisa, qual seja, os impactos decorrentes da expansão da cidade de Assomada, município de Santa Catarina - Cabo Verde.

Das questões emergentes, a gestão do ambiente urbano é indicada pelo Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano (2004), como aquela que se encontra no âmago das preocupações dos diversos governos e constitui um desafio para Cabo Verde. Embora a urbanização seja um fenómeno recente, destaca-se o

rápido crescimento da Cidade da Praia, que reunia em 2000, 21,8% da população do país e 40,9% da ilha de Santiago. O seu crescimento médio foi nos últimos dez anos de 5,4%. Segue-se a da cidade do Mindelo na Ilha de São Vicente, a segunda maior cidade do País. Quanto aos outros dois centros urbanos de menor dimensão - Assomada e Espargos -, são tidos como menos preocupantes, mas, nem por isso deixam de ser motivos de estudos, especialmente o primeiro, que constitui objeto dessa pesquisa.

O tema “Impactos decorrentes da Expansão urbana da Cidade de Assomada, Santa Catarina – Cabo Verde” surgiu como forma de dar seqüência aos outros trabalhos realizados por nós sobre esse município no nível da Licenciatura (GAMBOA, 1996; 2002). Um outro motivo da escolha desse tema deve-se ao fato de que a maioria dos trabalhos ligados a essa temática versa sobre as Cidades da Praia e Mindelo, desconsiderando desse modo, os chamados centros urbanos secundários, marcados pela “ruralidade”, no caso concreto de Santa Catarina, tendo em vista que a crescente polarização e a hegemonia daqueles dois grandes centros, encobriram a influência do rural das pequenas cidades e vilas no qual se insere a cidade de Assomada.

Para Carneiro (2001) “as noções de ‘rural’ e de ‘urbano’, assim como a de ‘ruralidade’ e a dualidade que lhe é intrínseca são representações sociais que expressam visão do mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeita a reelaboração e apreciação diversas”.

As considerações tecidas por essa autora, nos levaram a focalizar essa pesquisa sobre a relação rural e urbano e impactos decorrentes da expansão da cidade de Assomada, com objetivo de analisar:

- as relações entre o rural e o urbano no município de Santa Catarina, suas trajetórias e complementaridades;
- os impactos decorrentes da expansão da cidade de Assomada;
- o impacto da constante conquista das áreas antes reservadas à utilização agrícola pelos seus ocupantes, com nova realidade socioeconômica e a qualidade de vida urbana;

- nos usos, conseqüências da impermeabilização do solo urbano e seu reflexo nas bacias hidrográficas de Boa Entrada e dos Engenhos;
- o impacto do rápido crescimento da área urbana na degradação da qualidade paisagística.

Para alcançar os objetivos previstos foi necessária uma abordagem que contemplasse além dos aspectos correlacionados a impactos decorrentes da expansão da cidade, os relacionados à sua gênese e todo o processo que ditaram essas transformações, ou seja, uma perspectiva semelhante àquela formulada por Santos (1988, p. 13) sobre as formas, funções, estruturas e processos, destacando que: “a forma nos apresenta as coisas, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, à estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social”.

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro grandes pontos:

- Impactos socioambientais urbanos: Elementos teóricos e metodológicos. Este capítulo centra-se sobre o meio ambiente e os problemas ambientais urbanos, colocando as perspectivas de diversos autores que trabalharam essa temática a partir de um viés da sustentabilidade urbana.
- O Município de Santa Catarina: sua inserção no país e na dinâmica regional de Santiago. Este capítulo procura evidenciar, além dos aspectos físicos ligados ao clima, natureza do relevo e aspectos ambientais do município, os elementos da sua gênese e formação sócio-espacial.
- Entre o Rural e o Urbano: inter-relações, realidade atual e perspectivas: Cabo Verde e Município de Santa Catarina. A finalidade desse capítulo é discutir o rural e o urbano em Cabo Verde e ressaltar a importância do enfoque teórico metodológico da ‘ruralidade’ como pressuposto para analisar a cidade de Assomada no contexto das pequenas cidades. Para o efeito procurou-se fazer uma breve contextualização histórica do rural em Cabo Verde, destacando aspectos dicotômicos entre os dois meios ao longo da história, para depois analisar a inter-relação entre o rural e urbano no município de

Santa Catarina, situação atual e perspectivas, no contexto de Santiago sob um novo viés de análise.

- Impactos decorrentes da expansão urbana da Cidade de Assomada. Este capítulo centra-se na cidade de Assomada: analisou-se a gênese e trajetórias do sítio urbano a partir da transferência da sede do município para essa povoação em 1912, até o ano de 2003, analisando sua formação sócio-espacial e ressaltando três etapas dessa evolução (até 1961, de 1961 a 1992 e de 1992 a 2003), com base no mapa elaborado para o efeito a partir das fotografias aéreas dos aerolevantamentos realizados em maio de 1961, em novembro de 1992, respectivamente, e ortofotografia produzida em novembro de 2003. A análise incidiu, sobretudo, na organização espacial recente, configurada na grande expansão urbana ocorrida a partir dos anos 90 e os impactos dela decorrentes.

Para desenvolver esta pesquisa e atingir os objectivos preconizados foi feita revisão bibliográfica inicial, com particular incidência sobre a temática ambiental, quer ao nível global bem como trabalhos desenvolvidos nesse domínio ao nível do País. Destaca-se alguns de carácter naturalista preconizados desde primórdios da colonização portuguesa, principalmente, a partir da década de trinta, feitas por vários cientistas, Chevalier, (1935); Brochmann, (1986); Gomes e Vera Cruz, (1993); PANA II (Plano de Ação Nacional Para o Ambiente). Outros autores consultados foram Ilídio do Amaral, Correia e Silva, Cláudio Furtado, Michel Lesourd, Milton Santos, A. Christofolletti, Francisco Mendonça, entre outros.

Na preparação inicial da pesquisa, antes da vinda para o Brasil em março de 2006, foram recolhidos dados disponíveis nas principais bibliotecas do país, nomeadamente Arquivo Histórico e Biblioteca Nacional. Foi feito também levantamento de dados sobre a política ambiental no país e no Município, e copiados documentos cartográficos; Plano de desenvolvimento Municipal; dados estatísticos, Legislações Municipais, plano ambiental Municipal, etc., tendo em vista o tema inicialmente, proposto “Os Impactos da expansão urbana sobre o ambiente,

no município de Santa Catarina – Cabo Verde”. Todavia, das sessões de orientação e com os requisitos adquiridos nas disciplinas de Seminários de Dissertação e Tópicos: Orientação da Pesquisa Geográfica, ficou evidente que pesquisar uma realidade não significa tentar abordá-la em toda sua extensão, mas sim, que é preciso fazer um recorte do tema em análise, apesar de que o mesmo possa sofrer alterações ao longo do caminho percorrido. Essas considerações nos levaram a focalizar a análise para “Impactos Decorrentes da Expansão da Cidade de Assomada” tendo em vista a forte dinâmica que esta conheceu nessas últimas décadas.

A natureza da temática em estudo e os objetivos propostos exigem procedimentos metodológicos e epistemológicos norteadores e categorias que permitam uma análise da realidade social nas suas múltiplas relações, ou seja, que apontam no sentido da interdisciplinaridade. Essa perspectiva teórico-metodológica poderá ser construída a partir do conceito de espaço, proposto por Milton Santos, como sendo “um conjunto indissociável de Sistemas de Objetos e Sistemas de Ações”.

A segunda etapa do trabalho consistiu em inventariar os dados empíricos que permitiram caracterizar elementos da formação sócio-espacial, a expansão urbana e impactos decorrentes. Para o efeito fez-se recolha e análise bibliográfica de referência e específica, levantamento de dados junto à Câmara Municipal de Santa Catarina, Direção Geral do Meio Ambiente, INIDA (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário), INGRH (Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídrico), Direção Geral de Ordenamento do Território e Habitação, complementadas por informações e observações *in loco* obtidas pelo trabalho de campo e conversas com alguns técnicos do Gabinete Técnico Municipal e da Delegação Ministério do Meio Ambiente e Agricultura de Santa Catarina, sem intenção de as transformar em entrevistas.

Na análise dos dados levou-se em consideração dois grandes fatores condicionantes para as mudanças espaciais recentes, como sejam a Independência Nacional ocorrida em 1975 e a emigração, sobretudo, as saídas ocorridas a partir dos anos 50. Para dar visibilidade a essas mudanças foi elaborado o mapa da

evolução da urbanização da cidade de Assomada no período que decorre de 1961 a 2003, como forma de visualizar a forma em que se processou a expansão urbana, com base nos documentos cartográficos recolhidos (fotografias aéreas dos aerolevantamentos realizados em maio de 1961, em novembro de 1992, respectivamente, e ortofotografia produzida em novembro de 2003, Carta Militar de Portugal, Província de Cabo Verde, folha ND-27-A-III-SE-3, escala. 1:25.000 de 1974). Os trabalhos cartográficos foram realizados no Laboratório de Geoprocessamento (LabGeop) e de Análise Ambiental (LAAm) do Departamento de Geociências da UFSC.

1 - IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS URBANOS. ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.

Segundo Leonardi (1998), a questão ambiental ou ecológica, conforme se queira denominá-la, tem a ver epistemologicamente, com o surgimento da Ciência moderna. Isto porque ao tentar compreender as relações entre o homem e a natureza, os cientistas modernos empreenderam esforços no sentido de descobrir as conexões empíricas entre os fenômenos naturais e, para isso, era preciso integrar os conhecimentos teóricos, com uma manipulação prática.

Para Santos et al. (1992) a civilização moderna esteve baseada no princípio do progresso livre e desenvolvimento ilimitado e do domínio sobre a natureza sem qualquer entrave. Essas civilizações técnicas e industriais tiveram como teóricos os Filósofos do séc. XVII, nomeadamente, Bacon e Descartes, e conheceram grande impulso na revolução industrial do séc. XIX e nas suas transformações até aos nossos dias.

Considera-se hoje, que esse modelo de civilização é o principal responsável pela atual degradação do meio ambiente, pela destruição dos recursos naturais. Pode-se enumerar uma lista, embora incompleta, desses males atribuídos à civilização técnica e industrial moderna: i) destruição da camada do ozônio que protege a biosfera; ii) desertificação e destruição das florestas para implementação de culturas intensivas visando alimentarem as indústrias e as cadeias do comércio; iii) esgotamento dos recursos minerais e energéticos pelo mau uso, sem organização, sem planejamento, sem visão de futuro, com consumismo; iv) poluição dos mares e oceanos, dos rios e águas subterrâneas com detritos humanos e industriais, com os produtos químicos usados na agricultura, enfim, um grande número de males, um pouco por todo planeta (SANTOS et al. 1992).

Não obstante os problemas apontados, é a esta mesma civilização técnica que se devem as comodidades quotidianas, os automóveis cada vez mais sofisticados e rápidos, eletrodomésticos e computadores, aparelhos de alta-

fidelidade, medicamentos, enfim, uma ilimitada variedade de produtos que a farta sociedade de consumo hoje nos oferece, como afirmam, ainda, Santos et al. (1992).

O panorama apresentado, focaliza um certo paradoxo entre as civilizações técnicas e industriais, apontadas em fornecer à sociedade de consumo tudo de bom e melhor, e os graves problemas que tal prática acarreta e com graves consequências. Perante este cenário, coloca-se algumas questões que exigem profundas reflexões: “a sociedade estará disposta a prescindir do conforto, das comodidades, ou pelo menos de boa parte delas? Como conciliar a atual exigência de “qualidade de vida” (ou melhor, segundo Souza, 2001, de “nível de vida”) com a “consciência ecológica”? Esta “qualidade de vida”, identificar-se-á com poder ter e consumir cada vez mais? (Santos et al., 1992).

Contrariamente ao postulado teórico e modelo civilizacional que marcou praticamente todo o Séc. XX, a atitude atual do homem em relação à natureza assenta-se, segundo Prigogine (1984) apud Reigota (1995), em outras perspectivas filosóficas,

onde se busca estabelecer com a natureza um outro tipo de comunicação – que não seja o monólogo do cientista que decifra as suas leis do universo, mas o diálogo entre o cientista e a natureza -, considerando que ela não é passiva nem simples como as leis que os observadores procuram lhe determinar, mas sim complexa e múltipla.

À tese do “desenvolvimento descontrolado e ilimitado” sucede cada vez mais a tese da contenção do desenvolvimento ou do chamado “desenvolvimento sustentável”, o que leva a procurar e explorar formas de energias “limpas”, a fabricar e produzir produtos “verdes” que visam minimizar os efeitos da poluição ou de agressão à natureza, a reciclar e reutilizar produtos usados de modo a minimizar o esgotamento da matéria-prima.

O desenvolvimento sustentável é um conceito aparentemente indispensável nas discussões sobre a política do desenvolvimento no final de do séc XX. Desenvolvimento esse, que satisfaria as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias

necessidades. Reforçando essa premissa, Cavalcanti (1998), considera como sendo uma preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão definitivamente ecológica. Mendonça (2004, 188) focaliza a discussão da problemática acima, numa perspectiva social, isto é, considera que:

a noção de problema é uma abstração exclusivamente humana, o que reforça a idéia de que não existe problema na e para a natureza; quando colocados, não passam das leituras possíveis do homem sobre a natureza, da maneira humana de compreendê-los, de uma certa humanização dela.

Segundo Souza (2001, p. 117), os problemas ambientais “são todos aqueles que afetam a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço seja o espaço natural, seja o espaço social”. Reforça ainda que, “os conflitos e problemas ambientais que mais interessam, porque mais graves, são aqueles ligados à pobreza e à segregação” mas que recaem sobre todos e que não são resolvidos, o que é uma grande contradição. O volume de dinheiro gasto pode ser grande mas é apenas para manter a situação em favor de alguns! Os hospitais cheios interessam a quem? A entrada e saída dos hospitais com doenças facilmente diagnosticadas interessam a quem? (Profa. Gerusa Duarte, 2007, com. pessoal).

Ainda sobre esta mesma abordagem, Jacobi (2004, p. 179), ao se referir sobre os desafios da sustentabilidade urbana, aponta que a reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto urbano marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, não pode ignorar a análise do determinante do processo, nem os atores implicados e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, em uma perspectiva de sustentabilidade; e que tal noção implica em uma interrelação necessária entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento como tendo uma capacidade de suporte.

Vieira (1992) parte do pressuposto de que na caracterização dos termos Meio ambiente e Problemática ambiental, várias acepções dos mesmos são possíveis e que isto dependerá do foco teórico-metodológico adotado e intenções perseguidas pelo investigador.

Apesar desta liberdade, é preciso ter presente o perigo que a mesma representa, se levar-se em conta a natureza e abrangência do conceito em questão¹, bem como suas características, o que justifica, segundo a opinião de Folledo (2000, p. 123),

o porquê do fracasso encontrado ao se tratar os Ecossistemas com método das Ciências Naturais, físico-químico e matemático. [...] Nos últimos séculos, o método das ciências naturais se mostrou altamente eficiente cada vez que foi aplicado a objetos inanimados, mas, mostra grandes limitações quando se aplica a disciplinas que envolvem seres vivos, incluindo pessoas e populações (sejam elas humanas, de animais ou vegetais).

Realça ainda Folledo que o método científico, cujo desenvolvimento se deve principalmente a Newton, Galileu e mais tarde, a Descartes, pode-se basear hoje, em três princípios fundamentais que o caracterizam: Reduccionismo, Repetitividade e Refutação, colocando sérias dificuldades ao cientista social e ao pesquisador de temas ambientais. Para ultrapassar tais limitações, Folledo sugere como caminho epistemológico e metodológico, uma proposta centrada no “Raciocínio Sistêmico”.

Parte-se pois do princípio que a temática proposta para este trabalho versa sobre os impactos sobre o ambiente com retorno sobre a população no Município de Santa Catarina que, por se enquadrar num país insular de territorialidade exígua e fortemente afetado pela seca e outros fatores físicos como pobreza do solo para prática agrícola, relevo muito acidentado, desertificação (resultante da ação conjugada de fatores antrópicos e físicos), por tudo isso, requer uma abordagem de caráter sistêmico que permita conjugar o físico, o social e suas determinações históricas. Atendendo-se ao princípio de que pensar soluções parciais, criar métodos de estudo, tratamento e proposta para questões genericamente consideradas de cunho ecológico, natural ou econômico, não tem nenhum significado prático no momento em que o significado dos lugares é explicado pela totalidade das relações entre os elementos físicos, naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para Mendonça (2004. p 189),

¹ Meio Ambiente “termo que designa as relações de interdependência que existe entre o homem, as sociedades e os componentes físicos, químicos, bióticos do meio, integrando também seus aspectos econômicos, sociais e culturais” (VEYRET, 2001 apud MENDONÇA, 2004. p. 187)

os problemas relativos à cidade, à urbanização e ao ambiente urbano, não se restringem a uma visão dialética estreita que toma somente duas variáveis possíveis da questão ambiental, o fato urbano é a expressão máxima e paradoxal da alteração e dependência humana de um substrato natural [...] Torna-se difícil defender a natureza em seu estado natural na cidade, assim como também acreditar que um determinado contexto urbano apresentaria boas condições de vida, destituídas de elementos naturais na sua formação.

Dado a especificidade da temática em questão, as proposições teórico-metodológicas que melhor servirão a esta perspectiva de análise geográfica, são as formuladas por Milton Santos, o qual considera o espaço como sendo: “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996. p. 51). Realça ainda que:

Considerar o espaço como esse conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ações, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto dessa interação, como processo e como resultado, mas a partir de categorias susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e processos. [...] Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada e a lógica da atualidade (Idem, p. 62-63).

2 - MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA: SUA INSERÇÃO NO PAÍS E NA DINÂMICA REGIONAL DE SANTIAGO.

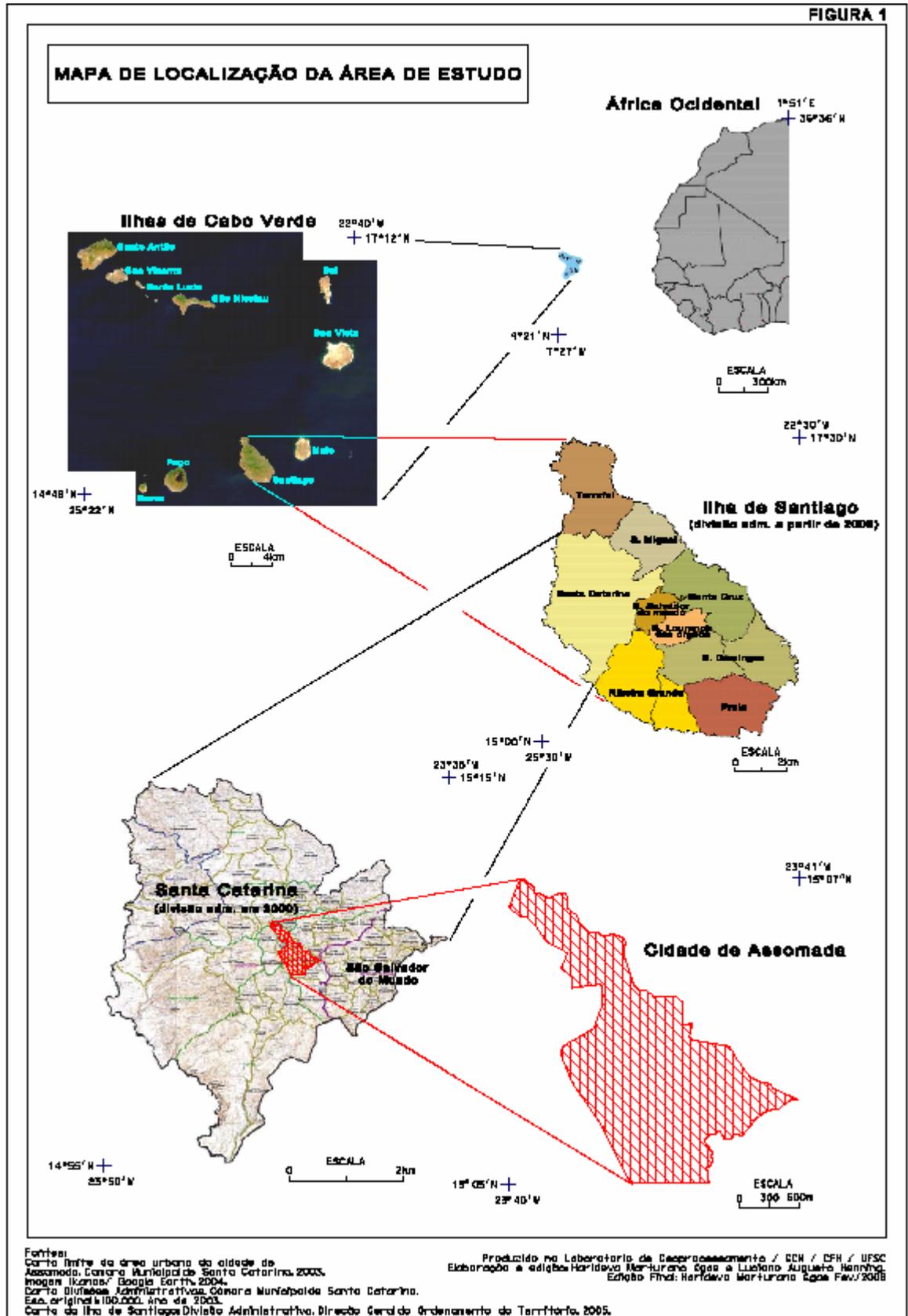
2.1 Caracterização da Área de Estudo.

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, e situa-se a cerca de 450 km da costa Ocidental africana, entre os paralelos 14° 48' e 17° 12' Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' Oeste. Geograficamente, o país divide-se em dois grupos: Barlavento e Sotavento, de acordo com os ventos dominantes de Nordeste. O do norte (barlavento) compreende as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista. O do Sul, as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava (Figura 1).

As Ilhas são de origem vulcânica e ocupam no seu conjunto uma superfície emersa de 4.033 km². A superfície de Cabo Verde, entretanto, amplia-se com a inclusão da chamada Zona Económica Exclusiva (ZEE), que se estende por cerca de 750.000 km². Este aspecto lembra que além do setor emerso há aquele marinho, de grande importância.

Segundo Serralheiro (1970), as primeiras manifestações vulcânicas tiveram lugar no Período Terciário (paleogénico), com erupções submarinas. No caso particular da ilha do Maio, estas atividades eruptivas levantaram os calcários do mesozóico que, atualmente afloram à superfície. Do conjunto das ilhas, Balcelar Bebiano admite que as ilhas orientais – Sal, Boa Vista e Maio são as mais antigas, e as mais recentes são: Brava, Fogo e Santo Antão (BEBIANO, 1932, apud SEMEDO, 2004, p.22).

FIGURA 1



O afastamento de Cabo Verde em relação ao Continente Africano teria constituído, de acordo com o segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente² durante a fase da sua emergência, uma barreira importante na sua colonização florística e faunística, a par de períodos de intensa erupção em que os ecossistemas em fase de formação, seriam destruídos por correntes de lavas, ou sufocados por cinzas vulcânicas, pelo que do ponto de vista biogeográfico, este arquipélago, pode ser considerado uma insularidade longínqua.

2.1.1 Aspectos climáticos

Apesar de sua posição insular, Cabo Verde tem um clima semi-árido, semelhante ao resto do Sahel³, do qual forma uma extensão ocidental. A sua localização em pleno Oceano Atlântico constitui um importante fator moderador da temperatura. As amplitudes térmicas anuais e diurnas são relativamente baixas quando comparadas com países vizinhos situados à mesma latitude, no continente. O estado do tempo em Cabo Verde é condicionado por três massas de ar:

I – A movimentação dos ventos do nordeste, influenciados pelo anticiclone da parte sudeste dos Açores que gira no sentido dos ponteiros de relógio. “Esta massa de ar no seu trajecto conserva certa umidade, torna-se estável devido ao percurso sobre as correntes frias das Canárias e a inversão térmica em altitude” (SEMEDO, 2004, p. 27). A influência da movimentação dos ventos é predominante nos meses de dezembro a julho, durante o período seco.

II – A monção do atlântico sul move na direção sudoeste-nordeste. Essa massa de ar quente e úmida proveniente do anticiclone de Santa Helena causa instabilidade atmosférica que provoca chuvas em Cabo Verde. A zona de convergência inter-tropical estabelece limite entre essas duas massas de ar. A sua posição varia durante o ano, de acordo com a força relativa de cada uma delas e o ar é caracterizado pela instabilidade geral que causa a queda da chuva. Entretanto, esta posição excessiva varia ano após ano, fazendo com que a estação seca ocorra

² PANA II. Direção Geral do Ambiente (Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente). Praia, 2004

³ Sahel – Palavra de origem árabe que significa zona climática de transição entre a savana africana e o deserto do Sahara.

quando esta frente de convergência não atinge o arquipélago (CUNHA, apud GAMBÔA, 1996, p. 16).

III – O harmatão, formado nas zonas de altas pressões saharianas, é uma massa de ar que é muito seco. Apesar de percorrer cerca de 500 milhas da massa oceânica, quase que não muda as suas características iniciais (ver a fig. n.º 1). Este vento sopra de Outubro a Junho, principalmente, no final da estação chuvosa (idem).

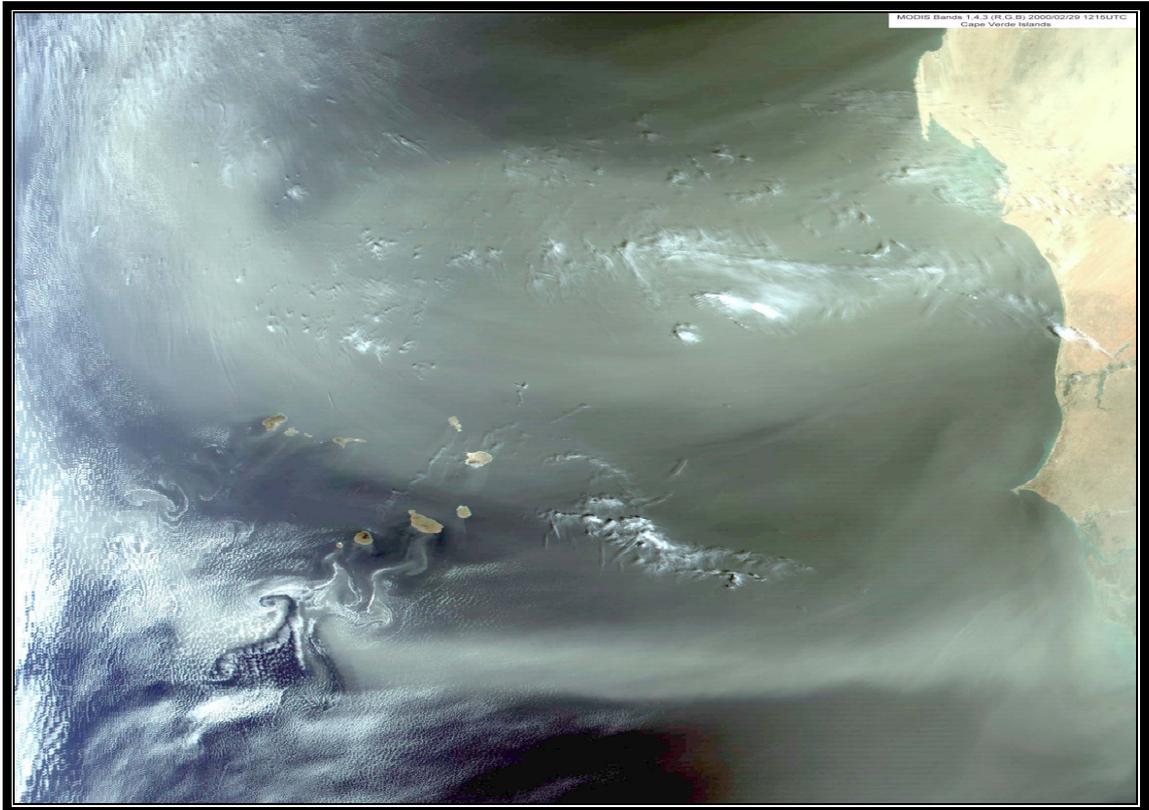


Figura nº 1 - Estado da atmosfera provocado pelo vento harmatão, proveniente do continente africano, transportando o ar quente e seco e grande quantidade de areia do deserto do sahara, influenciando o clima de Cabo Verde, de outubro a junho.

Fonte: Modis Bands (RGB) 29/02/00. Site: <http://www.cworld.files.wordpress.com>. Acesso 05 de maio de 2006.

A estação da chuva é muito curta, resumindo-se em três a quatro meses (de Julho a Outubro). Existe uma grande irregularidade nos ciclos de chuva, variando de acordo com a topografia e latitude das ilhas. As mais chuvosas são: Fogo (495 mm), Santiago (321 mm), Brava (268 mm) e Santo Antão (237 mm). A menor precipitação registra-se nas ilhas do Sal (60 mm) e Boa Vista (68 mm), enquanto o restante das

ilhas apresentam precipitação intermédia, ou seja, Maio (150 mm), São Nicolau (142 mm) e São Vicente (93 mm)⁴. Ressalta-se ainda que a precipitação é por vezes torrencial e muito mal distribuída no espaço e no tempo. Nos últimos cinquenta anos vem-se registrando uma expressiva redução da queda pluviométrica anual, ao mesmo tempo em que a frequência dos anos secos vem aumentando com fortes reflexos nos ecossistemas naturais.

A grande seca de 1968 a 1974 pôs em relevo os desequilíbrios entre as condições de existência humana e as condições ecológicas e também acentuou a responsabilidade do homem na propagação do fenómeno da desertificação⁵.

2.1.2 Relevo e natureza do solo

Estes constituem outros dois fatores limitantes, responsáveis pela fragilidade ecossistêmica do País, uma vez que Cabo Verde apresenta, no seu conjunto, um relevo bastante acidentado, à exceção das Ilhas do Sal, Maio e Boavista, de origem mais antiga. O cume mais alto atinge 2829 metros (Vulcão – Ilha do Fogo), 1978 metros (Topo de Coroa – Santo Antão), 1394 metros (Pico de Antónia – Ilha de Santiago).

Quanto à geologia, o material geológico é essencialmente de basalto, fonólitos, lapilli e tufos vulcânicos. Os solos que aí se desenvolvem são geralmente pouco evoluídos, superficiais ou pouco profundos, pedregosos e permeáveis. De pH neutro a alcalino, eles são pobres em materiais orgânicos, mas ricos em elementos químicos de origem inorgânica provenientes das rochas e são geralmente bastante erodíveis⁶.

⁴ Instituto Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos. Visão Nacional sobre a água, a vida e o ambiente no Horizonte 2025. Praia, 2000, p. 20.

⁵ Idem.

⁶ Idem, p. 19.

2.1.3 Ambiente

Das características físicas expostas até aqui, conclui-se que Cabo Verde apresenta particularidades próprias de pequenos estados insulares, como a fragilidade do seu ecossistema, resultante dos processos de isolamento e de recolonização. Sendo assim, a sua biodiversidade é caracterizada por elevado endemismo e uma grande taxa de perda de espécies, que não deixa de ser preocupante (SEPA, 1999)⁷.

Fatores como insularidade e situação geográfica, a pressão demográfica, as modalidades de introdução de espécies exóticas e a relativa pobreza em recursos naturais das ilhas, fazem com que o equilíbrio ecológico dos diferentes ecossistemas (Terrestres e Marinhos) seja muito frágil. Esta fragilidade e a constante pressão climática e demográfica que sobre eles se vem exercendo ao longo dos tempos conduziram ao estado de degradação dos organismos vivos e de seus habitats, não obstante sucessivas recomendações feitas pelos cientistas desde a década de 30 (Chevalier, 1935; Brochmann, 1986; Gomes e Vera Cruz, 1993).

A diversidade biológica de Cabo Verde tem várias aplicações, desde o valor dos recursos halêuticos na alimentação humana até a aplicação das plantas na medicina tradicional. Para além dessa importância socioeconômica, os recursos faunísticos e florísticos cabo-verdianos detêm valores que fazem parte do patrimônio mundial, razão pela qual suscitam particular atenção das autoridades nacionais e da comunidade científica internacional.

Foi neste contexto e com objetivo fundamental de gerir racionalmente os seus fracos recursos genéticos ameaçados de esgotamento total que Cabo Verde “aderiu aos princípios de desenvolvimento sustentável enunciados na agenda 21, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento em Junho de 1992 e elaborou o primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente”⁸. A partir desse evento assinou e ratificou as três convenções saídas da

⁷ SEPA (Secretariado Executivo Para o Ambiente) - Ministério da Agricultura, (Alimentação e Ambiente), 1999

⁸ ROCHA, MERINO e NEVES (2007, p 32). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental. Praia, Abril de 2007.

Conferência do Rio (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção da Luta Contra a Desertificação nos Países gravemente afetados pela seca e/ou desertificação). No ano de 1999 foi elaborada a Estratégia e o plano de Ação sobre Mudanças Climáticas; em 2000, foi aprovado Programa de Ação Nacional da Luta contra a Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca e a Estratégia e Plano de Ação sobre a Biodiversidade e, em 2002, o Plano de Ação Nacional para o Ambiente, e Planos Ambientais Municipais.⁹

Apesar das estratégias e ações desenvolvidas em diversos setores de atividades sob importantes parcerias dos organismos internacionais, nomeadamente, a ONU e suas agências especializadas, desde a nossa independência até o presente, persistem ainda em Cabo Verde, problemas ambientais que despertam a atenção de todos.

A grande questão que se coloca na presente conjuntura é: como conciliar a fragilidade de um ecossistema insular, a pressão demográfica e um desenvolvimento que se quer sustentável? Trata-se de um problema complexo que deve ser bem equacionado, o que requer não apenas a vontade política do governo, mas sobretudo, uma grande capacitação técnica dos seus quadros, principalmente os vocacionados pelas questões ambientais.

3.1.4 Crescimento Demográfico e Dinâmica populacional

A população residente em Cabo Verde era, segundo os resultados do Censo realizado em 2000, de 434.625 habitantes. A taxa do crescimento da população foi, na década de noventa, de 2,4%, mais forte do que na década anterior (2,2%), apesar da diminuição da taxa de fecundidade de 5,8 para 4 filhos por mulher, de 1990 para 2000.

⁹ Idem.

Para o ano 2005, as projecções demográficas indicam uma população de 478.163 habitantes, dos quais 51,5% de mulheres e 48,5% de homens, uma taxa de urbanização de 53,7%, uma densidade de 119 habitantes por km² e uma taxa anual de crescimento demográfico estimada em 2,1%. A ilha de Santiago concentra 54% da população do país e Praia, a capital, localizada na mesma ilha, com 106.348 habitantes, concentra cerca de um quarto da população do país.

O País apresenta uma população maioritariamente muito jovem, não obstante, a faixa da população com menos de 15 anos, na população total reduziu-se ligeiramente, passando de 47,2% em 1970 para 42,3% em 2000. Essa juventude da população, se explica pelo nível relativamente elevado de fecundidade e à forte emigração da população ativa que o país conheceu nas décadas passadas.

As pessoas com mais de 60 anos mantêm a sua proporção relativa, enquanto que aquelas com mais de 70 anos viram a sua importância na população total aumentada passando de 3,3% em 1970 para 4,2% em 2000. A esperança de vida à nascença passou de 56,3 anos em 1970 para 71 anos em 2000. Em 2005, ela foi considerada de 72,1 anos (66,5 anos para os homens e 74,9 anos para as mulheres).

Ao nível do país, nota-se certo desequilíbrio espacial, devido à forte migração interna, com os centros urbanos como principais pólos de atração, nomeadamente as cidades da Praia (que aumentou em média, cerca de 3.500 habitantes em 1990 e 2000), do Mindelo (aproximadamente, 1.700 habitantes) e a ilha do Sal, cuja população duplicou neste período. Essas desigualdades na distribuição da população pelas ilhas e cidades, impulsionaram a uma grande variação da densidade demográfica e diferentes níveis de pressão sobre a distribuição dos recursos (PND, 2002-2005).

3.1.5 Situação econômica

Do ponto de vista econômico, Cabo Verde apresenta certa fragilidade, por ser fortemente condicionado pela exigüidade de recursos naturais economicamente exploráveis. Constituído por ilhas dispersas e pequenas, o país apresenta dificuldades estruturais ligadas à fraca capacidade de produção, e ao desequilíbrio do mercado externo.

Em face de esses constrangimentos, poucas condições o país oferece para um desenvolvimento econômico equilibrado, embora se tenha desencadeado grande esforço para o equilíbrio macroeconômico e o desenvolvimento humano. É assim que, a partir da sua Independência, em 1975

o país se lançou num programa de desenvolvimento nacional, primeiro com envolvimento do Estado na economia, num sistema de partido único e posteriormente num processo de reformas, visando inserir o país na economia de mercado em um regime de democracia multipartidária¹⁰

Graças a essas reformas, o crescimento econômico atingiu em média 6,4%, devido à liberalização de mercado, ao desenvolvimento do sistema privado e à privatização de empresas públicas. No final da década de 90 do século passado estimava-se o PIB per capita em 1200 USD. Cerca de 70% do PIB em 2000, é dominado pelo setor dos serviços. Os setores da indústria e da construção representavam 20% do PIB em 2000. Os investimentos externos realizados neste domínio nos últimos anos são considerados como grandes responsáveis pela dinâmica da indústria ligeira de exportação. A agricultura apenas contribui com o percentual de 10% a 12% do PIB, devido às condições precárias em que é praticada.

¹⁰ Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)- Ministério das Finanças e do Planeamento, Edição revista, Setembro de 2004, Pag.31.

A emigração, a cooperação internacional, o investimento direto estrangeiro e a prestação de serviços, mormente turísticos, são os principais pilares do desenvolvimento deste pequeno estado insular, independente há 32 anos.¹¹ No entanto, o país apresenta grande vulnerabilidade devido à sua dependência em relação às remessas dos emigrantes e das ajudas públicas para o desenvolvimento (APD), que em conjunto representam cerca de 34% do PIB.

Um outro fator de vulnerabilidade prende-se com a forte pressão demográfica, combinada com os fenômenos de degradação dos solos na agricultura, o que tem provocado impacto negativo sobre o rendimento rural por habitantes, contribuindo deste modo por um aumento da desigualdade na repartição dos rendimentos, pois a excessiva concentração da riqueza está no fato de 10% da população mais pobre ter apenas 1% de rendimento. Já quando se apresenta a distribuição de rendimento por regiões, a ilha de São Vicente apresenta o maior índice de concentração de riqueza, seguida das de Santo Antão, São Nicolau e Santiago.

2.2 Município de Santa Catarina - Características Gerais

O Concelho de Santa Catarina¹² está situado na parte Central e litoral Oeste da Ilha de Santiago, entre 14° 55' e 15° 15' de latitude Norte e 23° 35' e 23° 50' de longitude Oeste. Faz fronteira a Norte com o Concelho do Tarrafal, a Nordeste com o de S. Miguel, a Este com o de Santa Cruz e a Sul com o Concelho da Praia, (como se pode observar na fig. nº 1, p. 28). Abrange uma superfície de 243 km², representando 25% da superfície emersa de Santiago e 6% da superfície do País. É o segundo maior Município da Ilha, a seguir ao da Praia, quer em dimensão quer do ponto de vista demográfico.

Ocupa a parte Central de uma das Ilhas mais acidentadas do País (Santiago), onde se destacam duas principais massas montanhosas que a caracterizam. A

¹¹ Idem.

¹² Parcela Territorial, ou seja, termo que representa a Divisão administrativa do País. Tem o mesmo significado que Município.

primeira a sudeste compreende uma cadeia com seis picos com cerca de 1100 metros de altitude, (em média) de nordeste para sudeste, cujo pico d'Antónia é o ponto mais alto com 1394 metros de altitude. A segunda é Serra Malagueta com 1063 metros, no norte da Ilha. As duas massas montanhosas estão separadas por cerca de 15 km, pelos vastos planaltos de Santa Catarina, genericamente denominados por "achadas", inclinando-se suavemente para o mar, com um relevo muito limitado por recortes profundos de ribeiras passando de áreas montanhosas até o mar.¹³ Segundo Amaral (1964),

uma erosão violenta, possivelmente ativada por movimento de emersão da Ilha, está representada pela rede de vales profundos que vai cortando aquela superfície, por vezes com individualização de fragmentos como sucede com Achada-Grande, a sul da ribeira dos Engenhos (sector de Águas Belas).

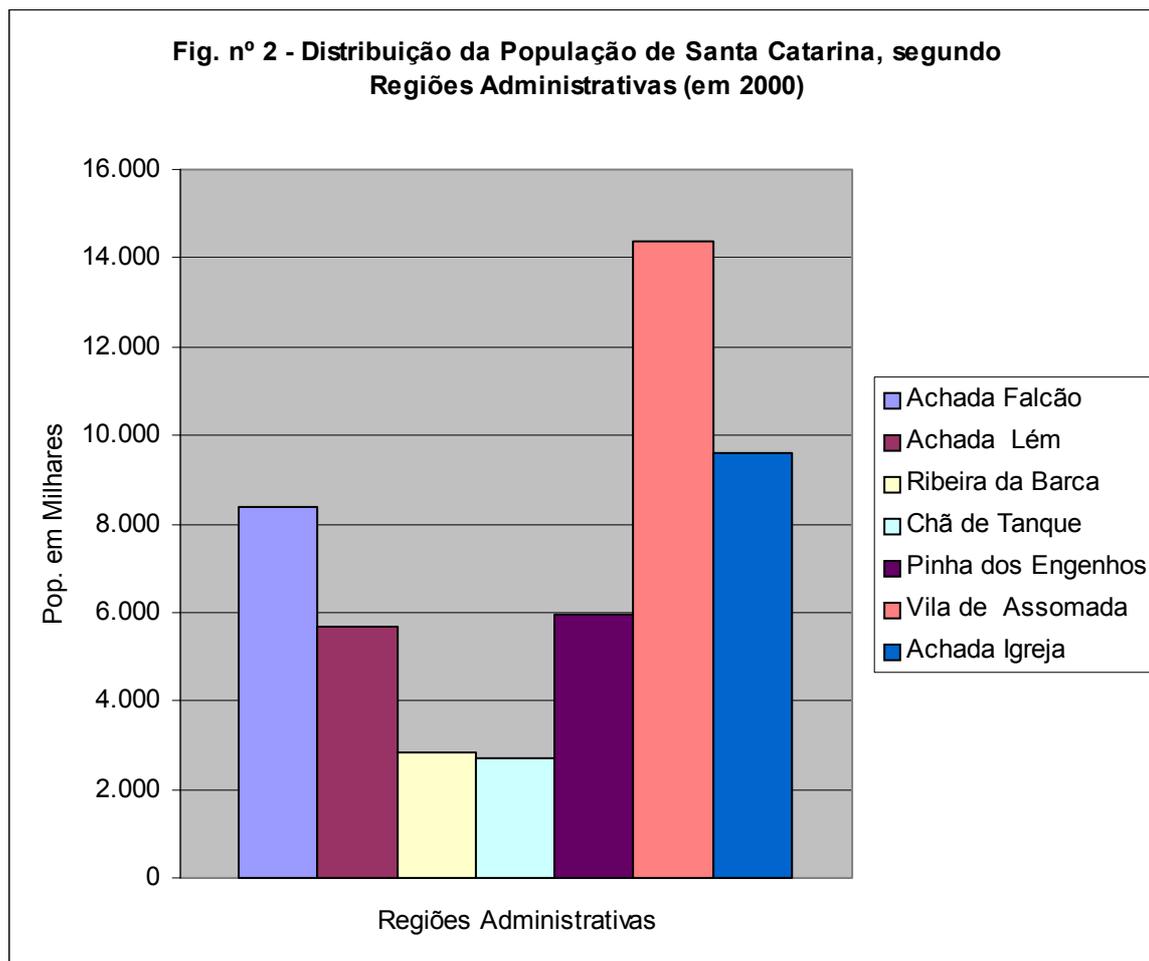
Quanto ao clima do Concelho, é tropical seco, à semelhança ao do País, com tendência para árido, devido a sua localização na faixa do deserto do Sahara, donde recebe forte influência durante o ano. Porém, podem-se diferenciar os seguintes estratos climáticos: árido, semi-árido, sub-úmido e úmido.

Todo o litoral do Concelho (Rincão, Achada-Leite, Ribeira da Barca), é dominado por grande aridez, passando para semi-árido, sub-úmido e úmido, nas regiões mais ao centro e parte nordeste do Concelho, particularmente, em Serra Malagueta, onde a configuração do relevo desempenha um importante papel (Gambôa, 2002).

Administrativamente, o Concelho está dividido em duas Freguesias¹⁴, a de Santa Catarina com 40.657 habitantes distribuídos por cinquenta Localidades e a de S. Salvador do Mundo com uma população de 9.172 habitantes distribuídos em 19 Localidades, segundo o Censo 2000. O território municipal foi subdividido em cinco regiões administrativa, com a seguinte distribuição da população conforme o gráfico a seguir representado (fig. n.º 2).

¹³ Projet de Développement Rural Intégré de Ribeira da Barca . FIDA (Fond International de Développement Agricole), Maio de 1983.

¹⁴ Idem, Parcela Territorial (um Concelho pode-se dividir em uma ou mais Freguesias).



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados do Censo 2000. Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.

O Município de Santa Catarina possui uma estrutura etária bastante jovem (cerca de 47,5% da população tem menos de 15 anos), é majoritariamente feminino (54,7% da população), das quais 64,3 % se encontram em idade de procriar, de acordo com o Censo 2000. Um outro dado importante é que a maior parte da população se concentra no meio rural (86%) contra 14%, no meio urbano. No entanto, a tendência é para um aumento dessa cifra a favor do meio urbano, que verificou um aumento significativo a partir dos anos noventa, devido ao êxodo rural entre outros fatores.

Um outro problema que merece reflexão e uma análise cuidadosa prende-se com o rápido crescimento populacional, registrado nos últimos anos e conseqüentemente, uma intensificação da ocupação do solo urbano, associada a

um deficiente ordenamento e aproveitamento racional do espaço, dando assim origem a uma urbanização de certa forma desregrada¹⁵, impondo fortes impactos socioambientais.¹⁶

2.3 Contexto Sócio-Espacial: Elementos da Gênese e Trajetória do Lugar

Não é possível compreender as transformações recentes ocorridas no Município, com destaque para seu principal núcleo urbano (Cidade de Assomada), sem se fazer um recuo no tempo, focalizando, mesmo que sinteticamente, o processo de ocupação e urbanização desde os primórdios da colonização do país. Qualquer estudo fundamentado na categoria socioespacial, segundo Santos (1982), deve começar tratando a gênese dessa formação e definindo o processo histórico responsável por sua forma atual, isto é, a materialidade concreta expressa no espaço.

Após o descobrimento de Cabo Verde, entre 1460 e 1462, a ilha de Santiago foi a primeira a ser ocupada pelos portugueses, em sistema de donatária, entregues à António de Nóli, responsável pela capitania do sul com sede na Ribeira Grande e Diogo Afonso, a capitania do norte, com sede em Alcatraz (CARREIRA, 1972 apud FURTADO 1993). “O valor da ilha consistia prioritariamente em ser um ponto de apoio à circulação transatlântica” (Cf. CORREIA e SILVA, 1991, p. 199).

O reduzido número de brancos e a dificuldade em se proceder o povoamento de Cabo Verde, à semelhança de Madeira e Açores, deve-se, segundo Andrade (1985, p. 34), ao rigor do clima, às dificuldades para se desenvolver culturas cerealíferas – às quais as famílias européias estavam habituadas – e a uma reduzida população da metrópole que não permitia um povoamento maciço. Daí a

¹⁵ Ausência de Instrumento de gestão: Plano Diretor Municipal (PDM) e Plano de desenvolvimento Urbano (PDU).

¹⁶ O termo Socioambientais, passou a ser empregado para evidenciar que alguns problemas ambientais têm forte conotação social, e que devem, portanto, serem tratados levando-se em consideração, tanto elementos naturais quanto os sociais que os constituem (Mendonça, 2004)

primeira carta régia do rei D. Afonso V, em 1466, concedendo vários privilégios aos moradores da ilha de Santiago.

Foi no contexto citado que se desenvolveu o primeiro núcleo de povoamento e que veio a se transformar, em 1533, na primeira Cidade europeia dos trópicos, “a Cidade de Ribeira Grande”, localizada no sudoeste da Ilha de Santiago, que dispunha de um plano ambicioso e alguns condicionalismos naturais, como a dureza das condições climáticas e topológicas, isto é, situada numa ribeira¹⁷ de vale profundo e estreito e com um porto de condição limitada (CORREIA e SILVA, 2004, p. 127). Essa localização parece obedecer, segundo o autor, a dois imperativos naturais exemplarmente conjugados: o porto e a ribeira. Esta última possibilita a água para beber, para a prática de agricultura e outros usos, além de fornecer proteção ao hábitat em relação à insolação e aos ventos. O porto, por sua vez, assegura o acesso a uma rede de circulação oceânica tão vital à reprodução do povoado quanto a ribeira. Ainda sobre a relevância do respectivo porto, Amaral (1964) citado por Carneiro (1996) faz a seguinte apreciação:

A organização da vida na ilha girava em torno do porto de Ribeira-Grande (...) teve o seu período áureo, com Sé-Catedral, em plano ambicioso, Paço Episcopal, Seminário, Misericórdia, Hospital, Casa da Câmara e Prisão, Igrejas e Conventos, casas de boa construção e fortes bem artilhados. (AMARAL, 1964, *apud* CARNEIRO, 1996, p. 46).

A prosperidade da referida cidade foi muito efêmera, visto que a sua decadência se deu num curto espaço de tempo, tendo contribuído para tal situação fatores como: i) a insalubridade do clima, que levou alguns dos seus habitantes a se fixarem na Praia; ii) a diminuição do tráfico comercial resultante da concorrência de outras potências coloniais; iii) a pequenez do seu porto, que dificultava o acesso de barcos com maiores dimensões; iv) sucessivos ataques de corsários e piratas atraídos pelas riquezas que passavam pelo porto (CARNEIRO, 1996, p 47).

Segundo esse autor, as primeiras habitações, edificadas junto aos portos naturais, refletiam modelos europeus, principalmente do sul de Portugal, de onde era a proveniência da maior parte dos colonizadores. Eram feitas com materiais locais, com os quais ainda hoje se constroem, isto é, habitação térrea, de forma retangular,

¹⁷ Termo localmente utilizado e corresponde à bacia hidrográfica.

com pavimento em terra, sem instalações sanitárias e com uma porta e duas janelas. Modelo esse que ainda domina por todo o arquipélago, não obstante uma tendência para seu desaparecimento.

A intensificação das trocas comerciais entre esses povoados, a Costa da Guiné e Portugal foi de tal ordem que levou a Coroa a aplicar a Carta Régia de 1472, obrigando os moradores de Santiago a produzir, na própria ilha, os bens que vendiam. Essa medida propiciou a valorização do interior da ilha e contribuiu para o reconhecimento das suas potencialidades, fomentando, conseqüentemente, seu povoamento. “A agricultura encontrava-se então submetida à dominância mercantil das ilhas. [...] O algodão, o açúcar e o gado eram os principais indicadores da acentuada mercalização atingida pela agricultura” (CORREIA e SILVA, 1995. p. 73).

A prosperidade da cidade de Ribeira Grande foi de curta duração, bem como da recém-formada vila da Praia, pois houve ataques de navios franceses aos barcos portugueses e castelhanos nos seus portos. A partir da década de oitenta (século XVII), as condições de segurança agravaram-se. Corsários Ingleses passaram a atender não apenas os navios, mas também a própria Vila. Essa insegurança, associada à carência de água – ocasionada pela sucessão de anos secos, ocorridos entre 1606 e 1611 –, provocou os êxodos urbanos, fazendo com que muitos abandonassem suas casas nos burgos em favor de fixação definitiva no interior da ilha de Santiago (CORREIA e SILVA, 2004, p.154).

A transferência da população do litoral para o interior, devido à decadência do comércio, marcou a segunda etapa da ocupação no interior da ilha, e a base da economia do arquipélago passou então a ser a agricultura e/ou pecuária. Surgiram assim grandes propriedades (Morgadios e Capelas)¹⁸ no seio das quais se construíram casas senhoriais com dois pisos (os denominados “sobrados”), onde

¹⁸ Morgadios e Capelas são vínculos correspondentes às grandes e médias propriedades, instituídos na Ilha de Santiago e Fogo, pertencentes aos senhores escravistas no início do povoamento. “Os instrumentos jurídicos de instituição consignam cláusulas destinadas a regular a formação de Morgadios e Capelas, e a fixar regras de transmissão, por morte dos instituidores, assim como as obrigações de natureza civil e religiosa que sobre eles deveriam recair (acervos em terra, moradias, capelas e ermidas, engenhos de açúcar e respectiva aparelhagem...)” (CARREIRA, 1977, p. 26).

viviam os Morgados – modelos diferentes das habitações edificadas no início do povoamento (CARNEIRO, op. cit., p. 53).

Destaca-se que estes se instalaram nas melhores terras, isto é, no fundo dos vales, abundantes em água e que apresentavam um clima mais saudável:

O interior da ilha abrigado de ventos do sul, menos expostos às calmarias, e sujeito aos alísios de nordeste, constituía um espaço muito mais sadio aos europeus do que a cidade¹⁹. (...) É também no enlaço destes homens e dos seus escravos que se implanta no coração das principais ribeiras, a igreja da freguesia, marcando a centralidade sobre a região envolvente. A freguesia centrada na ribeira é, na sociedade rural, a unidade socio-espacial de base (CORREIA e SILVA, 1995, p. 284).

Concomitante a essa, ergueram-se formas de povoamentos dispersos e pouco concentrados, desenvolvidos, predominantemente, por mestiços e negros livres que ocuparam-se das terras menos férteis, das “achadas e cumes”, praticando uma agricultura de subsistência que predomina até hoje.

O Município de Santa Catarina inclui-se nas características acima mencionadas, isto é, excelentes fatores de atratividade humana (amenidade do clima, água nas suas ribeiras etc.). Ele é constituído por um extenso planalto encaixado entre dois sistemas montanhosos (Pico de Antónia e Serra Malagueta), com uma altitude média de cerca de 500 metros e ladeado por um conjunto de ribeiras expressivas e abertas em que se destaca a de Águas Belas e/ou de Engenho, onde foi instalado um dos mais importantes Morgadios de Santiago e mesmo de Cabo Verde (Morgadio de Mosquito). Esse fato demonstra sua expressividade no contexto das oito freguesias descritas por Correia e Silva ao se falar de “ilha-adentro”, conforme caracterização feita na altura (op. cit., p. 279). Vieira (1993) reforça a idéia segundo a qual, mesmo antes da criação do Concelho de Santa Catarina, os morgados já tinham optado em se fixarem em seus domínios no interior, dada a situação de insegurança prevalecente.

O Concelho de Santa Catarina foi criado em 1834, na sequência da transferência não-oficial da sede do Concelho da Cidade da Ribeira Grande para os

¹⁹ Pe Baltasar Barreira citado por C. e Silva, 1995. A sociedade agrária, gentes das águas: Senhores, Escravos e Forros. *In* História Geral de Cabo Verde, v. II, p. 277.

Picos, Freguesia de São Salvador do Mundo. Segundo Vieira (op. cit.), a sede, que sofria frequentes ataques dos piratas e corsários, foi transferida para as seguras terras do interior de Santiago, embora não houvesse nenhum decreto Régio que outorgasse tal medida (idem p. 14).

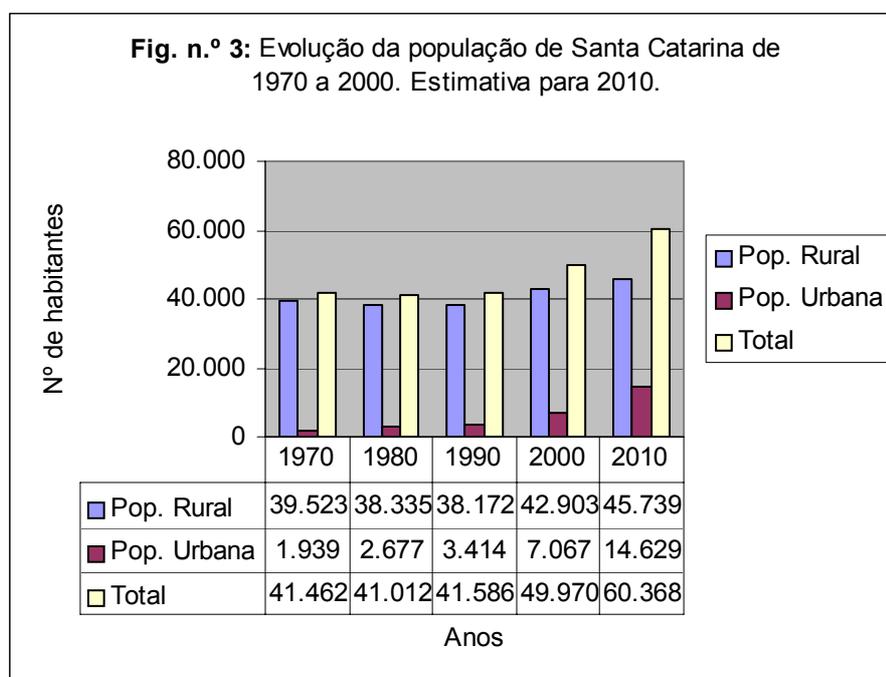
Registra-se que a iniciativa de Manuel António Martins, então Governador da Província de Cabo Verde, contribuiu para a criação de infra-estruturas e para o desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina e, de um modo geral, todo o interior da ilha de Santiago.

Outro fato digno de realce nessa primeira fase prende-se às vicissitudes pelas quais a sede do Concelho passou durante um longo período (de 1834 a 1912), até que, pela portaria N.º 146 de 4 de Maio de 1912, Assomada adquiriu definitivamente a posse da sede do Concelho de Santa Catarina.

Embora carecendo de documentos que permitam fazer uma análise das motivações que estiveram na base das sucessivas mudanças da sede desse Concelho, denota-se que a transferência para o interior se relaciona com problemas ligados à insegurança e à conseqüente decadência de Ribeira Grande. Também o interesse de caráter hegemônico pode ser apontado como uma das razões em virtude da importância da agricultura e o papel que os grandes proprietários desempenhavam no seio da sociedade. Os Presidentes da Câmara e Administradores eram escolhidos entre os Proprietários. Sendo assim, as respectivas casas serviam de Paços de Concelho. Nesse caso concreto, Amaral aponta exemplo de localidades que desempenharam tal função, como: Ribeira da Barca, em 1845; Casa grande nos Picos, em 1845 e de 1851 a 1857; Flamengos, entre 1846 e 1849; Achada Falcão (em Carreira) – 1859; e “Mangue” no Tarrafal, em 1869 ” (op. cit., p. 326).

3 -ENTRE O RURAL E O URBANO: INTER-RELAÇÕES, REALIDADE ATUAL E COMPLEMENTARIDADES. CABO VERDE E MUNICÍPIO DE SANTA CATARINA

Neste capítulo pretende-se analisar as relações entre o rural e o urbano em Cabo Verde, suas trajetórias e complementaridades, com enfoque para o município de Santa Catarina, uma das parcelas do território nacional com elevado índice de “ruralidade”²⁰ – fato bem evidenciado pelo Censo 2000, o qual aponta que apenas 14% da população do município vivem no espaço urbano. Além disso, é notória a forte dinâmica que este vem ganhando nas duas últimas décadas, de forma a duplicar seu quantitativo, passando de 3.414 habitantes em 1990 para 7.067 habitantes em 2000, e a previsão para 2010 é de cerca de 13.000 habitantes (ver a fig n.º 3).



Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos dados do Censo 2000. Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.

Na fig n.º 3, (representando a população do Município de Santa Catarina de 1970 a 2000 e sua projeção para 2010), verifica-se um ligeiro decréscimo da sua população

²⁰ O termo foi utilizado por SARACENO (1996), que considera ruralidade “um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sobre essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito do urbano”. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbana/textos>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

na primeira década 1970/1980 (41.462 para 41.012 habitantes)²¹ e um aumento significativo de 1990 para 2000, acusando uma taxa de crescimento médio anual (TCMA) de 1,9%. O comportamento da população de acordo com o meio de residência revela uma quebra em termos absoluto de cerca de 1.188 habitantes para o meio rural nessa mesma década. Ao invés, houve um crescimento progressivo da população urbana até 1990 e duplicação de seu efetivo na década seguinte (1990/2000) passando de 3.414 para 7.067 habitantes.

No cômputo geral, Cabo Verde segue a tendência da urbanização comum aos países em desenvolvimento, com destaque para os do continente africano que apresentam as maiores taxas de urbanização em todo o mundo. Paradoxalmente, também, é onde existe a maior percentagem de população vivendo no meio rural. A população urbana cabo-verdiana passou de 35,5% em 1980 para 45,9% em 1990 e 53,9% em 2000. Nessa data, a população do país era de 434.625 habitantes, sendo 53,9% urbano e 46,1% rural. Nota-se, ainda, que esta se distribui de forma desigual pelo arquipélago (conforme evidencia a tabela 1), o que exige uma reestruturação e novas complementaridades entre ilhas e regiões, a fim de atender às novas exigências impostas, não só para refrear o êxodo rural, mas, sobretudo, para atender a crescente globalização da economia, com a abertura e inserção dinâmica do país ao mercado mundial, protagonizada a partir dos anos noventa.

No cômputo geral, Cabo Verde segue a tendência da urbanização comum aos países em desenvolvimento, com destaque para os do continente africano, que apresentam as maiores taxas de urbanização de todo o mundo. Paradoxalmente, é também, nesse Continente onde existe a maior percentagem de população vivendo no meio rural. A população urbana cabo-verdiana passou de 35,5% em 1980 para 45,9% em 1990 e 53,9% em 2000. Nesse ano, a população do país era de 434.625 habitantes, sendo 46,1% rural. Nota-se ainda que esta se distribui de forma desigual pelo arquipélago (conforme evidencia a tabela 1), o que exige uma reestruturação e novas complementaridades entre ilhas e regiões a fim de atender às novas exigências impostas, não só para

²¹ Nota-se que essa década foi fortemente marcada pelo movimento migratório, tanto em direção à Cidade da Praia, quanto para o exterior.

refrear o êxodo rural, mas, sobretudo, para atender a crescente globalização da economia, com a abertura e inserção dinâmica do país ao mercado mundial, protagonizada a partir dos anos 90.

O Rural e o Urbano Em Cabo Verde: Breve Contextualização Histórica

A formação histórica do meio rural cabo-verdiano apresenta características particulares que a diferenciam dos demais meios rurais, não só devido à exiguidade e descontinuidade territorial (ilhas dispersas), mas pelo contexto em que se deu o povoamento do país e pelas vicissitudes por que tem passado todo o processo de ocupação e colonização, conforme já visto. As ilhas foram povoadas com o objetivo inicial de se formar um apoio logístico à navegação marítima expansionistas, notadamente portuguesa, mas transformaram-se rapidamente num importante entreposto comercial, com a intensificação do comércio com a costa da Guiné e, principalmente, o tráfico de seres humanos (mão-de-obra escrava) entre a África, as Américas e a Europa.

Nesse contexto, a primeira cidade ali estabelecida (cidade de Ribeira Grande) passou desde então a assumir funções específicas, centralizadas “na troca, na circulação e na administração, demarcando assim, dos espaços rurais dominados pela agricultura e/ou pecuária. (...) [passou a ser] ponto intermediário entre o ‘interior agrário’ e os mercados externos” (CORREIA e SILVA, 1991, p. 207).

Em Cabo Verde, o mundo rural foi historicamente percebido como fazendo parte de um “espaço diferenciado”, que corresponde a formas sociais e funções econômicas distintas. Essas particularidades foram enfatizadas por C. Silva, recorrendo-se às descrições de Francisco de Andrade para caracterizar a dicotomia rural/urbano na ilha de Santiago, a maior do arquipélago, na sua fase “áurea” (primórdios da colonização), diferenciando a cidade da Ribeira Grande e a vila da Praia do “interior agrário”, “ilha adentro”, designações que, segundo o autor, denotam a oposição litorâneo-portuário-urbano *versus* interiorano-agrícola/agrário. Aponta ainda, como linha divisória desses dois subespaços, não apenas a

demarcação do ponto de vista geográfico, mas, sobretudo, no que se refere à estrutura econômica, social e até mental.

A relação entre a população rural e urbana representa o peso da circulação face à produção, do trabalho produtivo face ao não-produtivo, dentro da economia. A cidade é o lugar privilegiado dos comerciantes, funcionários, clérigos e mendigos. Ela não vive de produção direta (...) o que a sustenta são impostos, salários, lucros, dádivas, etc. A sua expansão está na razão direta do crescimento da circulação das trocas e do comércio com o exterior (CORREIA e SILVA, 1991, p. 207).

As cidades e vilas são espaços humanizados de elevada densidade comparativamente ao campo. Elas assentam as suas identidades e especializações funcionais na troca, na circulação e na administração, diferenciando-se assim dos espaços rurais dominados pela agricultura e/ou pecuária (SILVA, 1995, p. 275). No que concerne a esse último espaço, realça-se que os recursos hídricos e pedológicos constituem vectores estruturadores do espaço, fazendo, nesse caso, com que toda a dinâmica da vida agrária se circunscrevesse às diferentes ribeiras.

São nelas que se fixam os “vizinhos” mais ricos e poderosos da ilha, onde constroem suas casas de moradas, erguem capelas de devoção... É também no enlaço desses homens e dos seus escravos que se implanta, no coração das principais ribeiras, a igreja da freguesia, marcando inequivocamente a centralidade sobre a região envolvente (CORREIA e Silva, 1991, p. 284).

Ainda sobre o papel e a importância dessa primeira cidade, Amaral (2000) lhe atribui uma dimensão de relação com um espaço simbólico muito mais amplo, que ultrapassa a fronteira, exiguidade territorial e riqueza do arquipélago pelo fato deste se transformar, em 1533, na Capital administrativa, militar e eclesiástica das ilhas de Cabo Verde e dos ‘Rios da Guiné’, já que, segundo o autor, “as exigências da colonização requeriam funções urbanas a que se associavam às portuárias para serviços de amplos espaços transoceânicos” (Amaral, 2000, p. 17). Nessa ótica, as relações urbanas/rurais se estendiam até os rios da Guiné.

A intensificação dessa relação e a fixação dos ‘vizinhos’ mais poderosos da ilha, no “interior agrário”²², deve-se à necessidade de produtos alimentares para abastecimento dos barcos que aportavam à ilha de Santiago, bem como à procura

²² Cf. Correia e Silva, op. cit.

externa de produtos agropecuários no comércio com a Costa da Guiné e com Portugal. Amaral (1964) afirma que “só depois da ruína da cidade (Ribeira Grande) começou efetivamente a exploração agrária do interior, divididas as terras em propriedades relativamente grandes. As capelas e os morgadios.” (AMARAL, 1964, p. 19).

A fuga para as regiões montanhosas do interior da ilha dos forros, escravos e, mesmo colonos, uns em busca da liberdade, outros fugindo das invasões piratas, permite a ocupação das terras devolutas para o cultivo agrícola. Outras vezes trabalhavam-se como assalariados dos morgados ou então como rendeiros (FURTADO, 1993, p. 31).

É de se destacar que o meio rural cabo-verdiano reserva até hoje traços da forma de ocupação do espaço mencionado, fortemente influenciado pela agricultura, em que as grandes propriedades rurais (capelas e morgadios) constituíam “centralidades” e em torno dos quais se disseminavam pequenos povoamentos dispersos, ocupados por rendeiros e/ou parceiros, praticando uma agricultura de subsistência. A dispersão das casas no interior das terras arrendadas é o reflexo do próprio regime de propriedade, segundo Amaral. Daí o fato de o autor indicar a agricultura como o fator primordial que presidiu o povoamento não só em Santiago como no resto do arquipélago.

No que se refere às funções urbanas, ao se falar da Ilha de Santiago, na década de 60 do séc xx, Amaral, qualifica a cidade da Praia como a única a desempenhar esse papel, com concentração de serviços administrativos e políticos do país. As vilas de Assomada e do Tarrafal seriam centros rurais de características vagamente urbanas (AMARAL, op. cit., p. 247). Essa constatação foi também feita por Andrade (1985), justificando que durante a época colonial nenhuma mutações profundas tenham sido registradas, e as cidades cabo-verdianas preservaram as características das cidades europeias dos séculos VXIII e XIX, submetidas aos conflitos sociais e políticos característicos de países sob dominação colonial (*apud* CARNEIRO, 1996, p. 50).

Uma outra particularidade que marcou grande contraste entre a cidade e o campo na ilha acima referida, até finais da década de 60, prende-se com à ausência

de infra-estruturas de comunicação terrestre entre seus pontos extremos. A ligação entre a cidade da Praia e regiões importantes, como Assomada e Tarrafal, era bastante dificultada pela péssima qualidade e/ou ausência de estradas. Furtado (op. cit., p. 155) aponta ainda outros problemas, como as secas, acompanhadas de desemprego, fome e mortes, o que levou a administração colonial, sob fortes pressões, quer do PAIGC²³, quer da própria comunidade internacional, a adotar algumas medidas para mitigar tais situações, com destaque para a abertura das frentes de trabalho. Dos empreendimentos realizados, a construção de novas rodovias teve uma importância particular na integração da ilha, o que veio a se intensificar após a independência, com a conclusão das iniciadas e ampliação de outras, permitindo assim, uma integração total da ilha.

Segundo o autor, a emigração e a independência do país foram dois fatores que impulsionaram profundas transformações, tanto na paisagem urbana quanto na rural.

a vivência urbana em grandes cidades dos países industrializados por parte dos trabalhadores cabo-verdianos oriundos do meio rural vai-lhes permitir adquirir uma nova experiência, incorporar novos valores, estes tipicamente urbanos. [...] considerando a influência que eles exercem sobre a família, que, geralmente, continua residindo no campo, permite perceber-se a real dimensão da sua influência no (e sobre) o campo. [...] depois da independência, ao tornar-se capital do país e o centro de poder e das principais decisões, a cidade da Praia torna-se um centro atrativo e de demanda por novos trabalhadores. O fim da situação colonial mudou a imagem que os trabalhadores faziam desta cidade que fora capital da então Província de Cabo Verde, sediando o poder de um regime repressor e autoritário (idem, *ibidem*, p. 142 e 156).

As transformações políticas, econômicas e sociais, decorrentes dos processos acima citados, marcam mudanças significativas no modo de ser da relação rural-urbano, em que se verifica cada vez maior complementaridade e uma crescente interpenetração entre as duas dimensões socioespaciais. Nesse sentido, o enfoque polarizador e dicotômico que aborda o urbano e o rural (cidade-campo) como realidades distintas e que predominou durante o período colonial até o presente já não consegue explicar os processos que vêm ocorrendo nesses espaços, conforme será discutido no item seguinte.

²³ Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde.

A Inter-Relação entre o Campo e a Cidade no Município de Santa Catarina: Uma Abordagem no Contexto das Pequenas Cidades

Apesar de os chamados núcleos secundários apresentarem uma dinâmica urbana moderada, quando comparados com os dois principais pólos urbanos (cidade da Praia e cidade do Mindelo²⁴), as estratégias do desenvolvimento econômico traçadas ultimamente primam por uma reestruturação e um planejamento territorial que visam valorizar as potencialidades de cada região ou parcela territorial. Deve-se realçar que o planejamento do território põe claramente a questão de equilíbrio entre a cidade e o campo; do abastecimento urbano, particularmente, das maiores cidades. O problema chave dessa interação é o de favorecer o crescimento do pólo urbano sem provocar uma emigração massiva; sem a transferência da pobreza para o espaço urbano.

Ainda que existam diferenças óbvias entre o desenvolvimento urbano e o rural, o que faz com que sejam necessárias intervenções diferentes, em última análise, o desenvolvimento sustentável não pode e não deve incidir exclusivamente num ou noutro²⁵.

Nesse contexto, espera-se da pequena cidade de Assomada um papel ativo, dada a sua potencialidade e posição privilegiada na parte central da ilha de Santiago, servindo de ponto de ligação entre os diferentes municípios do interior, norte e centro. Faz fronteira com todos os quatro municípios, Tarrafal, São Miguel, Santa Cruz e São Domingos. Porém, tal potencialidade só pode ser percebida quando associada ao desenvolvimento rural e vice-versa, não no sentido do que vem sendo realizado até aqui²⁶, mas segundo as formulações feitas nas Grandes

²⁴ É a segunda cidade mais importante do país, depois da cidade da Praia, quer do ponto de vista demográfico quer em infra-estruturas e equipamentos.

²⁵ Discurso de KOFI ANNAN, Secretário-geral da ONU por ocasião do Dia Mundial do Hábitat, em 4 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.runic-europe.org/portuguese/ecosoc/habitatday2004.html>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

²⁶ Nota-se que, desde a época colonial e mesmo após à independência, os maiores esforços, em termos de investimentos, foram canalizados para os principais centros e parcelas territoriais consideradas, *a priori*, possuírem maiores vantagens competitivas para o desenvolvimento do país, enquanto que outras áreas eram utilizadas de forma residual, o que provocou um fosso muito grande entre diversas ilhas e/ou regiões, quer em termos de desenvolvimento, quer em contingentes humanos.

Opções do Plano (GOP 2002-2005), que colocaram grande ênfase sobre a necessidade de um planejamento do espaço rural e das bacias hidrográficas; entre as várias propostas feitas, o que beneficiará, sobremaneira, segundo essa perspectiva, a região de Santa Catarina.

O estabelecimento de um equilíbrio entre o campo e a cidade, em termos de condição de vida, exige uma política acertada no quadro do desenvolvimento rural que permita evitar a transferência de pobreza para a cidade. (...) uma sólida aliança entre a agricultura e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, econômica e social, é uma condição necessária para o bem-estar das populações do campo (GOP 2002-2005, p. 36).

De acordo com esse ponto de vista, o reconhecimento da importância do planejamento do espaço rural e das bacias hidrográficas marca uma nova viragem na forma de perceber o território nacional e a possibilidade de reajustar as graves irregularidades inter e intra-ilha, entre o espaço rural e o espaço urbano, na geração de riquezas, bem como na concentração dos contingentes humanos. Conforme fez notar PINHEIRO (2001), “a grande tradição rural deu origem a uma excessiva concentração da população no setor da agricultura, apesar do país não possuir a vocação agrícola” (PINHEIRO, 2001, p. 18).

Não obstante essa última constatação, depara-se que toda a política do desenvolvimento rural se encontra vinculada a esse setor. Essa situação pode ser confirmada não só pelos investimentos públicos aplicados no setor primário, logo após a Independência (1982-1985)²⁷, mas, principalmente, pelo esquema de planejamento geral do território nacional elaborado em 1981 e posto em prática no segundo plano nacional de desenvolvimento (II PND de 1986-1990) para suprir as desigualdades demográficas e econômicas. O esquema centraliza-se nas principais ilhas com vocações agrícolas (Santo Antão, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), integrando-as com as mais próximas e que possuem outras características e vocações (LESOURD, 1995, p. 182 e 183). Segundo o mapa representado por esse autor, o país fica dividido em quatro subgrupos, isto é, integra a região agrícola de Santo Antão a São Vicente, a de São Nicolau às ilhas do Sal e Boa Vista, a de

²⁷ “O Plano Nacional de Desenvolvimento, 1982-1985, propõe a duplicação da superfície irrigada, a multiplicação por 2,5 o valor acrescentado da agricultura e pecuária. (...) o governo procurou investir... uma média de 20% em relação ao total de investimento” (FURTADO, 1993, p. 106).

Santiago à ilha do Maio e, por último, Fogo à Brava. No que concerne à ilha de Santiago e para limitar o êxodo rural em direção à Praia, os três pólos de urbanizações secundárias (Assomada, Pedra Badejo e Tarrafal) animarão a região agrícola do interior da ilha.

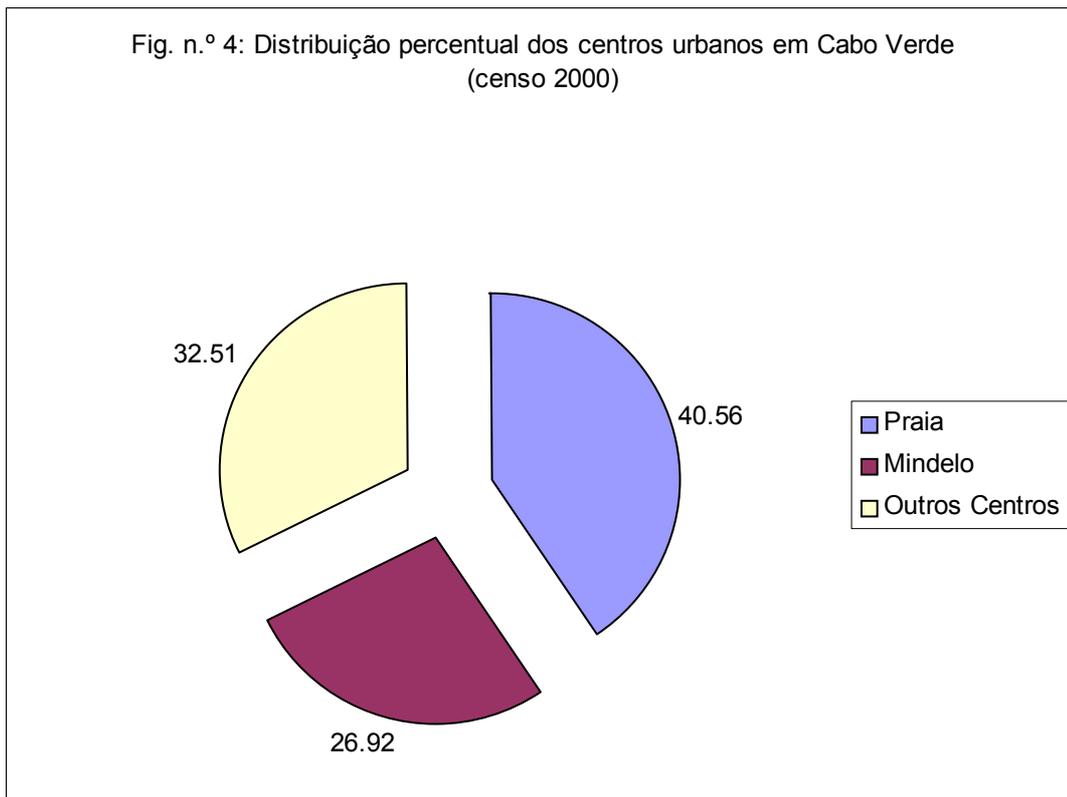
Constata-se que esse esquema de planejamento fortemente embasado no setor agrícola, como suporte de interação para fixar as populações no meio rural e assim reduzir as assimetrias regionais, não teve praticamente eficácia, tendo em conta um acelerado crescimento da cidade da Praia nesse percurso. O Capital do país, que contava com 38.000 habitantes em 1980, passou para 61.644 habitantes em 1990 e 94.161 em 2000, representando nessa data 67% da população urbana do país e 36% da população total. Esse crescimento deve-se a um importante fluxo de pessoas provenientes das outras ilhas e, sobretudo, do interior de Santiago, atingindo, na década de 90, um aumento de 3.500 pessoas/ano. No que diz respeito à cidade do Mindelo, registrou-se um aumento de 1.700 pessoas/ano, enquanto que a ilha Sal duplicou a sua população nesse lapso de tempo. São várias as razões para essa situação dada a redução continuada do peso da agricultura na economia nacional, redução dos níveis do rendimento agrícola, fraca capacidade para atrair investimento em outros setores, condições de vida e trabalho pouco atrativas e problemas ambientais como a seca e a desertificação. Esses fatores são, em resumo, as principais fragilidades que enfermam o espaço rural.

O quadro n.º 1 e com apoio na fig. 4 elucida bem esse forte contraste entre diferentes ilhas e municípios bem como entre os núcleos urbanos principais e secundários, variando entre 94.161 habitantes (para a cidade da Praia) e 358 habitantes no caso dos Mosteiros (sede do município de mesmo nome).

Quadro n.º 1 – Repartição da população urbana e rural em Cabo Verde no ano 2000.

Ilhas e Municípios	Pop. Meio urbano	Tipo/Nome	Pop. Meio Rural	Pop Total
Santiago	122.086		112.854	234.940
Praia	94.161	Cidade da Praia	10.792	104.953
Santa Catarina	7.067	Cidade de Assomada	42.762	49.829
Santa Cruz	8.519	Vila Pedra Badejo	24.446	32.965
São Domingos	1.600	Vila de São Domingos	11.705	13.305
São Miguel	4.967	Vila da Calheta	11.137	16.104
Tarrafal	5.772	Vila de Tarrafal	12.012	17.784
Santo Antão	14.222		32.820	47.042
Paul	1.796	Vila das Pombas	4.174	8.383
Porto Novo	7.685	Cidade do Porto Novo	1.507	17.179
Rª Grande	4.741	Vila de Rª Grande	16.739	21.480
São Nicolau	5.495	Vila de Rª Brava	8.152	13.647
São Vicente	62.497	Cidade do Mindelo	4.174	66.671
Sal	13.089	Vila dos Espargos	1.507	14.596
Boa Vista	2.024	Vila de Sal Rei	2.182	4.206
Maio	2664	Vila Porto Inglês	4.076	6.740
Fogo	8.218		29.137	37.355
Mosteiro	358	Vila dos Mosteiros	9.111	9.469
São Filipe	7.860	Cidade de São Filipe	20.026	27.886
Brava	1.852	Vila de Nova Cintra	4.940	6.792
Total do país	232.147		199.842	434.625

Fonte: Elaboração do autor, com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Censo 2000.



Fonte: Elaboração do autor, com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Censo 2000.

A situação acima postula a necessidade de um planejamento do território que agregue o todo nacional nas suas diversidades e complementaridades e deve ser alicerçado em novos pressupostos para abordar o desenvolvimento rural. A esse respeito, Abramovay (2000), perfilhando as idéias de autores internacionais, nomeadamente dos Estados Unidos e da Europa, bem como organismos como Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização de Cooperação e desenvolvimento Econômico, justifica a convergência entre estes quanto ao conceito do rural e do urbano e argumenta:

O rural não é definido por oposição e sim, na sua relação com as cidades. (...) Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que domicílios rurais (agrícola e não agrícola) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas (FAO/SDA (1998) *apud* ABRAMOVAY, 2000, p. 2 e 6).

Nesse sentido, qualquer medida política a ser adoptada deve-se ter presente as dimensões de cada um desses subespaços, isto é, seguir uma abordagem espacial que assente sobre o postulado da multisetoridade, em que “as cidades não são definidas pela indústria e nem o campo pela agricultura” (ABRAMOVAY, op. cit. p. 6).

Em relação ao último aspecto, citado acima, que pressupõe a setorização do campo pela agricultura, no caso concreto de Cabo Verde, apesar da maior percentagem da sua população viver dessa atividade, as melhores oportunidades de melhoria de condições de vida são encontradas fora da agricultura. Isso se revela, por um lado, pelo carácter sazonal em que é praticada a agricultura (tendo em conta as condições climáticas), que, por sua vez, possibilitaria ao camponês se dedicar a outras atividades complementares, adquirindo, segundo a expressão de Furtado (1993), a função de “trabalhador multifuncional que além de trabalhar a terra, ele geralmente domina um determinado tipo de saber e de técnica em outras áreas como: carpintaria, construção civil, artesanato” (FURTADO, op. cit., p. 53). Por outro lado, é de se realçar as marcas do passado histórico como condicionante no acesso à terra por parte dos camponeses e/ou sua dependência em relação a um número reduzido de proprietários que concentram a maioria das propriedades. Nessa perspectiva, o campo constitui um fator de repulsão das suas gentes, que passam a se dedicar a outras atividades nos maiores centros urbanos e/ou na emigração. Denota-se, então, que

(...) A grande divisão de terras, numa sociedade onde a terra arável é limitada, em função do tamanho das ilhas e da relação população/terra arável disponível, implica quase sempre num excedente de mão-de-obra no campo, por um lado, e, por outro, a que muitas famílias tivessem acesso a parcelas de terras tão pequenas, que não era capaz de produzir o suficiente, sequer para a própria reprodução (idem, p. 52).

A crescente polarização e a hegemonia urbana verificada em Cabo Verde desde a época colonial, mas, sobretudo, no período pós-Independência (1975), com incidência sobre a cidade da Praia e a do Mindelo (em menor grau), encobriram a influência do rural das pequenas cidades e vilas, marcadas pela economia e pela cultura do campo, no qual se insere a cidade de Assomada. Essa polarização e

subordinação da importância do campo em detrimento dos dois centros mencionados reflectem o modelo de desenvolvimento económico traçado pelo país e arquitetado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo privilegiado três pólos de desenvolvimento, dotados, segundo a expressão de Lesourd, “de complementaridade, desigualmente ligados entre si” (Santiago, São Vicente e Sal): Praia – Capital e principal centro administrativo, comercial e industrial; Mindelo e sua praça portuária e comercial; Sal, pelo turismo e serviços aeroportuários. O autor acrescenta ainda que: « Le problème du Cap Vert est de mieux associer ces arrières-pays à leurs centres respectifs afin de valoriser les complémentarités croisées, lorsqu’elles existent Maio-Santiago, Santo Antão-São Vicente » (LESOURD, op. cit., p. 187).

Denota-se porém que a lógica da estrutura de desenvolvimento seguida não contribuiu para a fixação da população no campo, visto que os maiores investimentos públicos foram concentrados nas duas capitais (Praia e Mindelo), cabendo às regiões rurais o papel de fornecimento de alimentação a uma população cada vez mais crescente nesses centros. A ausência de uma política de investimento em setores que permitissem o desencravamento de certas regiões, que mantivessem o emprego, em suma, a elevação da “qualidade de vida”, provocou desigualdades entre regiões e entre o campo e cidades, conforme pode ser evidenciado no quadro 1 (p. 54) sobre a distribuição da população rural e urbana nos municípios de Cabo Verde, de acordo com o Censo 2000. Nesse contexto, Michel Lesourd, embasado no exemplo da sub-região São Vicente – Santo Antão, fez a seguinte observação:

Como reforçar Mindelo sem fazer um pólo de atração ainda mais forte em Santo Antão, que arriscaria de ver atingido a produção agrícola da ilha e de impedir o crescimento reequilibrado dos pequenos centros que são Porto Novo e Ribeira Grande? (idem, p. 185).

O exemplo acima focalizado pode ser extensivo às outras regiões do país, principalmente, a de Santa Catarina, a mais rural de Cabo Verde e com grande potencialidade no domínio agropecuário que, segundo o Censo 2000, contava com 21,3% de população rural do país e 37,9% em nível de Santiago. De igual modo, poder-se-ia perguntar: como desenvolver a cidade da Praia sem antes fazer um pólo

ainda mais forte no interior da ilha, de forma a prover os núcleos urbanos ali existentes de meios que lhes permitam um reequilíbrio e uma rede no seio da grande região de Santiago?

Mudanças estruturais que se consolidam na fase hodierna e já referenciadas no início deste texto²⁸ exigem novas leituras e categorias analíticas do rural e da ruralidade, que, de certa forma, tendem a suprimir as fronteiras das definições apresentadas até aqui, em que o meio rural cabo-verdiano foi encarado mais pelo seu conteúdo agrícola, o que demonstra certa setorização do espaço rural, fruto de uma herança histórica, política e sociocultural.

A partir de 1990, novos princípios assistiram a população cabo-verdiana: a descentralização do poder, a intervenção e a responsabilização dos cidadãos na gestão da vida política, social, econômica e cultural através da sua representação junto aos poderes públicos locais, favorecendo ao mundo rural trilhar

o quadro de um sistema socioeconômico complexo onde as relações de interdependência multisetorial ganham cada vez mais importância. Disso resulta um processo de “Neo-ruralização” em que poderão criar-se novas oportunidades de empregos nos setores não tradicionais como serviços, artesanato, turismo rural, agro-indústria. O Estado já não terá o papel preponderante e nem será o único protagonista do desenvolvimento, mas antes um estimulador de iniciativas privadas e promoção ao engajamento individual e coletivos no processo de desenvolvimento socioeconômico (III Plano Nacional de Desenvolvimento, p. 29).

Segundo Saraceno (1996)²⁹, “ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito do urbano” (SARACENO, 1996, p. 2). Nessa mesma perspectiva, Abramovay propõe uma definição espacial em detrimento da definição setorial de áreas rurais e justifica: “A abordagem espacial e

²⁸ Refere-se às transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas a partir dos anos 90. O pluripartidarismo, a liberalização econômica e a descentralização do poder impõem uma reestruturação e novas complementaridades entre ilhas e regiões a fim de atender às exigências da crescente globalização da economia com a abertura e inserção dinâmica do país no mercado mundial.

²⁹ SARACENO, Elena. O Conceito de Ruralidade: Problemas e Definições em Escala Europeia. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbana/textos>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

o pressuposto da multissetorialidade do meio rural permitem que não se suponha, mesmo nas nações desenvolvidas, que o campo tenha-se “urbanizado” (ABRAMOVAY, op. cit. p. 6). Acrescenta ainda:

ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do processo da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas (...). Esta definição não é útil apenas para as áreas desenvolvidas, ela pode revelar dimensões inéditas das relações campo-cidade e sobretudo, mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem do seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global (*idem*, p. 25 e 26).

Esse autor argumenta que hoje existe grande entendimento, na literatura internacional, no que diz respeito à volta de três aspectos básicos sobre o meio rural: i) a relação com a natureza; ii) a importância das áreas não densamente povoadas; iii) a dependência do sistema urbano.

Ferrão (2000) no seu artigo, após uma breve retrospectiva histórica sobre a dicotomia entre o mundo rural e o urbano e suas transformações ao longo dos tempos, põe ênfase naquilo que ele denominou de “invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola”, marcando, dessa forma, a viragem dos anos 80, alicerçado numa nova percepção dos mundos rural e urbano, ou seja, redescobrir velhas complementaridades e gerir espaços patrimoniais de baixa densidade.

A primeira idéia focalizada por esse autor é de que a produção de alimentos pode não ser a função mais importante do mundo rural, nem a agricultura a atividade principal. Indica também a dimensão não-agrícola como um outro aspecto valorizado e socialmente construído a partir da idéia de patrimônio:

- a. movimento de renaturalização centrado na conservação e proteção da natureza;
- b. procura de autenticidade, que leva a encarar a conservação e proteção dos patrimônios históricos e culturais como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelo processo de globalização;

- c. mercantilização das paisagens como respostas à rápida expansão e novas formas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres, de melhoria das condições de vida de importantes segmentos da sociedade.

Por último, o autor enfatizou a transformação do mundo rural em espaços multifuncionais com valor patrimonial como forma de garantir multirrendimento às famílias campestres e fixá-las nesse espaço (FERRÃO, 2000, p. 3). Realçou ainda que a idéia de um mundo rural não-agrícola modifica uma vez mais a relação urbano-rural e argumenta:

é na procura urbana que parece residir o essencial da evolução futura das áreas rurais onde a atividade agrícola orientada para o mercado não alcança uma expressão significativa. (...) o futuro dos “mundos rurais” decide-se, no essencial, em sede urbana (*idem*, p. 4).

O tema do Dia Mundial do Hábitat (2004), “As cidades motores do desenvolvimento rural”, justifica as premissas descritas atrás sobre a relação urbano/rural, em que a ONU, através do seu líder, alerta aos decisores de que as zonas rurais e urbanas fazem parte de um só sistema económico e social, e não de dois mundos separados ou isolados. “Neste Dia Mundial do Hábitat, deve-se reconhecer que as cidades podem dar um contributo fundamental para o desenvolvimento rural e que o desenvolvimento deve ser abordado de uma maneira global que espelha essa noção”³⁰.

Todos esses aspectos abordados até aqui coincidem de certa forma com as três características sobre o meio rural já mencionado anteriormente, ou seja, uma “nova ruralidade” alicerçada sobre: a relação com a natureza; a importância das áreas não densamente povoadas; e a dependência do sistema urbano.

Segundo o organismo acima indicado, nos próximos tempos, as cidades terão ainda um crescimento muito expressivo, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

³⁰ KOFI ANNAN, Secretário-geral da ONU por ocasião do Dia Mundial do Hábitat, em 4 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.runic-europe.org/portuguese/ecosoc/habitatday2004.html>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

Esse fenômeno se registrará principalmente nas cidades de pequenas dimensões e comerciais, próximas das áreas rurais que poderão vir a contribuir para travar o crescimento desmesurado das grandes cidades e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

O município de Santa Catarina insere-se perfeitamente nos pressupostos acima descritos, dadas as suas características físicas particulares no contexto da ilha de Santiago³¹, o que se permite fazer uma análise da inter-relação rural/urbano sob esse viés. Nessa perspectiva, a pequena cidade de Assomada, pela sua tradição comercial e posição privilegiada que ocupa, poderá vir a desempenhar um papel relevante no interior da ilha.

Efectivamente, nos últimos tempos, Assomada vem conhecendo uma dinâmica assinalável no seu crescimento, com uma certa projeção e visibilidade não só em Santiago, mas em termos do país que, “pela sua vocação e tradição de «carrefur» e «cidade pivot» da ilha de Santiago,”³² poderá vir a se transformar, a curto e médio prazo, num dos principais pólos de desenvolvimento da ilha e do próprio Cabo Verde. Mas, para que isso aconteça, o crescimento terá de ser bem gerido, isto é, serão necessários investimentos significativos nas comunicações, nas vias de transportes e noutras infra-estruturas, e terão que ser envidados esforços para assegurar a todos, o acesso a serviços adequados.

Apesar de importantes avanços conseguidos a partir dos anos de 1990 em termos de “desenvolvimento humano”, com a implantação de infra-estruturas de comunicação (telefone, rede de cabo com fibra ótica), bem-estar (eletricidade rural, água potável), estruturas da educação e da saúde pública, melhorias no saneamento do meio etc., um pouco por todo o país denota-se que o município de Santa Catarina padece ainda de grandes constrangimentos e carências, sobretudo, nas áreas rurais, conforme ilustra o quadro e o gráfico n.º 3, p. 45 alguns indicadores do desenvolvimento humano, segundo meio de residência).

³¹ Possui um clima propício à prática da agricultura. O fato de ser o segundo maior município, depois da Praia (pela dimensão e pelo contingente populacional), implica em seu “super povoamento rural” cf. mostra a tabela 1, dispersão e fraca densidade de alguns de seus povoados.

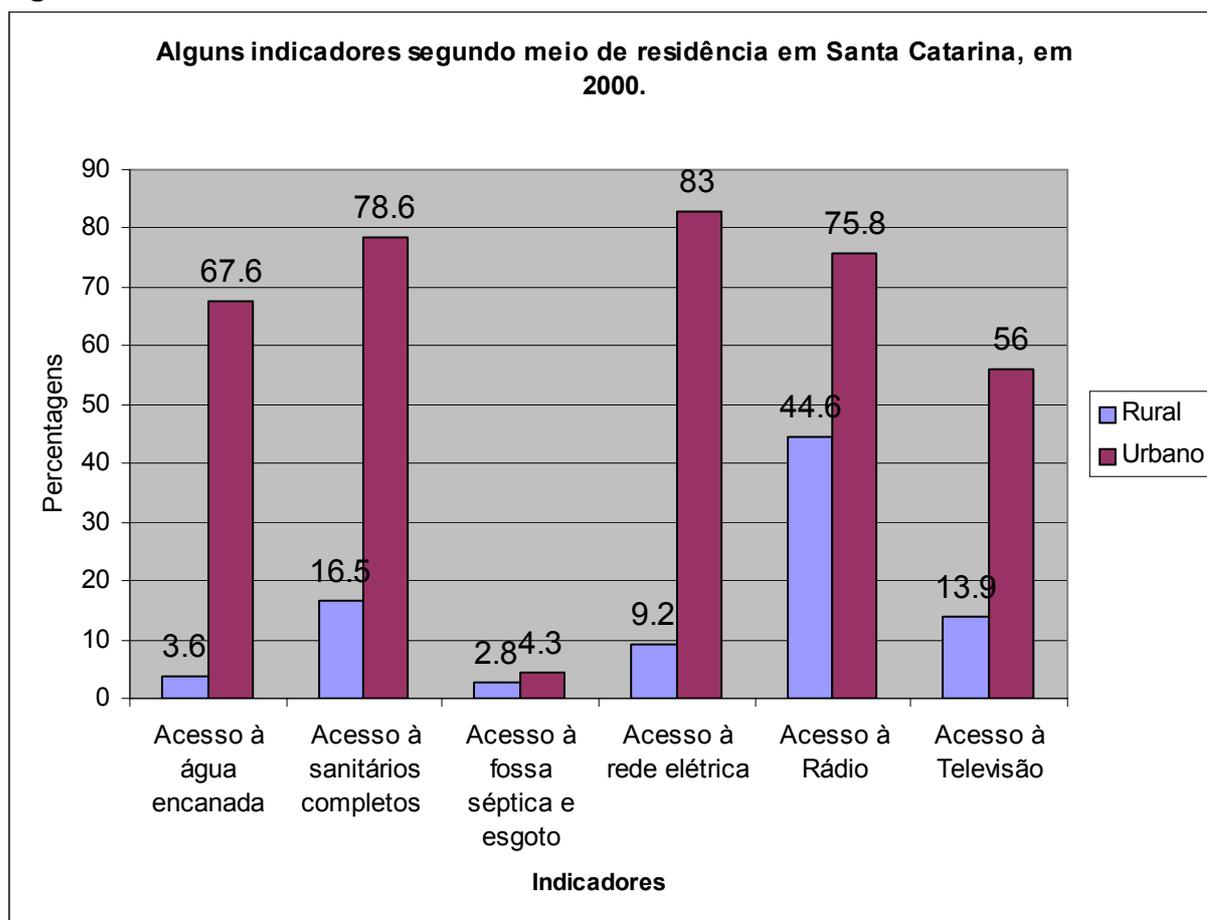
³² Tavares (2006). Santiago: Potencialidades e Desafios. In Revista Iniciativa, n.º 15, novembro/dezembro de 2006, p. 91.

Quadro Nº 2: alguns indicadores do desenvolvimento humano, segundo meio de residência.

Indicadores	Meios de Residência			
	Rural	(%)	Urbano	(%)
Acesso à água encanada	297	3,6	1142	67,6
Acesso à sanitários completos	1356	16,5	1327	78,6
Acesso à fossa séptica e esgoto	232	2,8	718	42,5
Acesso à rede elétrica	753	9,2	1401	82,9
Acesso à Rádio	3670	44,6	1280	75,8
Acesso à Televisão	1144	13,9	945	55,6
Total dos agregados	8.221		1.689	

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo 2000. Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.

Fig. n.º 5



Fonte: elaboração do autor, com base em dados do Censo 2000. Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde.

O quadro n.º 2 evidencia as afirmações atrás descritas, isto é, grande contraste entre os dois meios em análise, principalmente no que concerne aos indicadores básicos utilizados normalmente para determinar a “qualidade de vida”. Observa-se uma área urbana, embora ainda carente, relativamente privilegiada nos vários domínios, nomeadamente, no acesso à rede elétrica, à água encanada e a domicílios com instalações sanitárias, mas com um certo déficit quanto ao acesso à fossa séptica e rede de esgotamento, tendo em conta que o valor correspondente é inferior à média urbana nacional, que é de 54% (cf. os dados do Instituto Nacional de Estatísticas)³³.

A mesma consideração já não se pode fazer em relação às áreas rurais, com percentagens muito baixas em praticamente todos os índices apresentados, refletindo, de certo modo, aquilo que ocorre nacionalmente nesses domínios. Por exemplo, no que diz respeito aos dois meios de evacuação das águas residuais (rede de esgotamento e da fossa séptica), são indicadas pelo INE³⁴ como sendo as mais preocupantes, ou seja, apenas cerca de 30% das famílias cabo-verdianas têm acesso a esses meios que se encontram repartidos da seguinte forma: 54% das casas no meio urbano e cerca de 9% das casas no meio rural. Outro grande contraste é focalizado nos municípios, com destaque para Sal, com 73,5% de famílias que utilizam esses meios de evacuação; São Vicente, com 55,8%; e Praia, com 44,9%, enquanto que os municípios de Santa Catarina, do Fogo, da Ribeira Grande, de Santiago e de São Salvador do Mundo, são indicados como os que possuem os mais baixos índices de acesso, cujas percentagens não ultrapassam os 3%.

As situações prevalecentes e descritas acima são corolários do modelo de desenvolvimento adotado, em que os maiores investimentos públicos foram direcionados para os municípios referidos, o que reflete uma certa centralidade destes em relação aos demais municípios e regiões do país. Aliás, vários estudos de carácter estatístico denotam esse aspecto quando tomam como elementos de

³³ Relatório Municipal dos Progressos Realizados para atingir os ODM (Objetivos para o Desenvolvimento do Milénio). INE, Cabo Verde, abril de 2007, p. 64.

³⁴ Resultado do Inquérito às Despesas e Receitas familiares entre outubro de 2001 e outubro de 2002, p. 64.

referência a cidade da Praia, São Vicente, Sal e municípios rurais do interior de Santiago e de Santo Antão (como exemplo, por inteiro) para comparar determinados fenômenos, tendo em vista a fraca representatividade populacional e econômica do restante dos municípios. Esse fato deixa transparecer um certo marco divisório entre o mundo urbano e o rural.

De acordo com o documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza, 37% da população do país é considerada pobre, residindo, na sua maioria, no meio rural (62%). Reforça-se ainda que a pobreza tem uma distribuição regional por ilha, sendo a maior percentagem na ilha de Santiago (55% dos pobres de todo o país), seguido de Santo Antão (com 16%) e de São Vicente e Fogo (com 10%), respectivamente.

Apesar da fragilidade do ecossistema do meio rural cabo-verdiano e a precariedade no domínio da infra-estrutura e saneamento do meio de que padece, existe uma relação de fatores físicos do município de Santa Catarina que permite considerar que este possui condições favoráveis para um desenvolvimento econômico das atividades agropecuárias, necessitando, porém, de infra-estruturas adequadas e prosseguimento da modernização e sensibilização para a proteção ambiental. Essa afirmação pode ser confirmada pela atenção que vem sendo demonstrada, nos últimos tempos, materializada a partir do Plano de Desenvolvimento Municipal (2001-2006), que elegeu esse setor rural como pedra basilar para desenvolver e dinamizar a economia, sem excluir outras potencialidades que o município possui de ressaltar o seu rico patrimônio agrário, histórico e cultural que, bem explorados, reverterão em importantes *inputs* para a alimentação do turismo e outras atividades afins.

Nesse sentido, o plano traçou um esquema de planejamento do território, dividindo Município em cinco regiões³⁵ centralizadas nos diferentes Núcleos de Povoamento Concentrados (NPC), considerados mais importantes, como forma de fortalecer as mais- valias desses e ainda criar outras potencialidades, numa

³⁵ Região central – com a cidade de Assomada como pólo de desenvolvimento; Região Norte – tendo Ribeira da Barca como seu Núcleo de Povoamento Concentrado; Região Sul – com Pinha dos Engenhos/Telhal como seu Núcleo de Povoamento Concentrado; Região Leste – tendo Chã de Tanque como seu Núcleo de Povoamento Concentrado; Região Oeste – com Achada Leitão/Achada Igreja como seu Núcleo de povoamento Concentrado (Câmara Municipal de Santa Catarina). Plano Municipal de Desenvolvimento, 2001-2006, p. 16.

perspectiva socioeconômica integradora a partir de sete categorias essenciais de investimento:

- construção de um sistema viário como facilitador da prestação de serviços de ligação de carga e de passageiros;
- infra-estruturação básica progressiva dos futuros NPC selecionados, em termos de fornecimento de água potável, energia e rede fixa de telefones;
- infra-estruturação progressiva das bacias hidrográficas como garantia de fornecimento de água, de preferência pela captação das águas de escoamento superficial e sua canalização e energia;
- potenciação dos recursos locais a partir da valorização dos recursos humanos, através da sua formação permanente;
- transformação artesanal local a ser garantida, numa fase experimental, pelas Unidades Modelo de Transformação Artesanal e de Produção Agropecuária;
- organização do comércio e comercialização da produção local;
- criação de bases para o suprimento da “grande cidade de Assomada”, centro econômico, comercial e cultural do Concelho e da região norte de Santiago³⁶.

Em termos de setores de atividades econômicas, esse documento indica que, dos 11.223 trabalhadores distribuídos por atividades da agricultura, comércio e construção, 6.846 dedicam-se à agricultura, silvicultura e pecuária, ou seja, o setor primário fornece 61% da ocupação na região. As indústrias extrativas e transformadoras, eletricidade e gás, empregam aproximadamente 5% da população. Realça-se, ainda que, o nível de qualificação nos empregos é relativamente baixo, o que determina, o nível sócioeconômico das populações. No que concerne a esse último aspecto, de acordo com Mascarenhas (2000), 54% dos trabalhadores não tem nenhuma qualificação, 29% são trabalhadores especializados, 14% são qualificados, 1% são quadro médio e 2% quadros superiores.

No que diz respeito à superfície cultivável, o Município ocupa 8.230 hectares³⁷, o que representa 23,8% da área cultivável nacional.³⁸ Esse fato

³⁶ *Idem*, p. 19 e 20.

demonstra que Santa Catarina é, portanto, um município agrícola, cobrindo cerca de 20% da população ocupada nessa atividade no País.

No recenseamento agrícola de 1988, a população ligada a essa atividade era de 34.244 pessoas, sendo 14.984 do sexo masculino e 19.260 do sexo feminino, para um total de 6.266 famílias, o que, por sua vez, corresponde ao número de explorações agrícolas. Registra-se ainda que, das 6.266 explorações, 5.000 eram só de sequeiro,³⁹ 1.260 eram mistas (sequeiro e regadio) e 6 eram de regadio. Das formas de explorações agrícolas⁴⁰ existentes, predomina, no município, a forma indireta, tanto no “sequeiro” como no “regadio,”⁴¹ e todas as implicações advenientes dessa relação (ver o quadro n.º 3).

Quadro n.º 3: Áreas das parcelas segundo as formas de exploração e em percentagem no município de Santa Catarina.

Regime	Formas de de exploração						
	Conta Própria	Parceria	Renda	Posse Úti Jurís	Posse útil de Fato	Comandato	Aforamento
Sequeiro	25	9	60	5	-	-	-
Regadio	29	21	46	5	0	0	0

Fonte: Recenseamento agrícola de 1988. Ministério do Desenvolvimento Rural e Pesca.

Um outro aspeto focalizado no documento acima referido e que desperta a atenção é o fato de que a maioria dos chefes das explorações se situam na faixa etária entre 60 anos e mais. Fato esse indutor de grande conservadorismo no campo, o que reflete o fenômeno migratório que caracteriza o município. Esse aspecto também tem dificultado o empreendedorismo e as inovações por parte dos agricultores que, na sua maioria, não são os verdadeiros donos das parcelas que

³⁷ A reduzida área para a prática agrícola se deve à acentuada inclinação do relevo na grande extensão da ilha Santiago e “Achadas” (planaltos) áridas e pedregosas, impróprias para a prática da agricultura.

³⁸ Fórum para Desenvolvimento Socioeconômico de Santa Catarina, 2000.

³⁹ Tipo de agricultura sazonal praticada num curto espaço de tempo (de julho a outubro), portanto, durante o período de chuva.

⁴⁰ Direta – exploração por conta própria direta por excelência; indireta – distribui-se por renda, parceria e aforamento; semi-direta – posse útil de fato de terreno do Estado e ao Comandato de terrenos de privados. (op cit.)

⁴¹ Explorações sujeitas à irrigação.

trabalham, e, por isso, a sua fraca motivação e aderência em atividades de conservação e correção do solo, bem como as novas técnicas que vêm sendo promovidas pelo Estado. Aliás, das estratégias de investimentos nas diversas regiões, o documento analisado aponta a formação como a que impõe maior resistência psicológica e cultural a ser enfrentada, pelo que este deve ser adaptada à realidade local, ou seja, voltada para as potencialidades regionais e locais.

4 IMPACTOS DECORRENTES DA EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE ASSOMADA

Gênese e Evolução Urbano. O Papel do Sítio – Suas Condições Ambientais

A escolha de zona de habitação, de sítios, das aldeias ou dos tipos de casas, procede da necessidade de levar em conta tudo (...) Se o homem vive dentro de um certo quadro de existência, é porque um encadeamento de circunstâncias atraiu ou repeliu seus ancestrais ao lugar em que vive, seja por processo de conquista, seja por processo de frustração.⁴²

O povoado que deu início à Assomada, atual sede do Município de Santa Catarina, localizado na parte meridional desse município, remonta, de acordo com Amaral (1964, p. 326), à segunda metade do Século XIX, na seqüência da criação do Concelho de Santa Catarina em 1834 para substituir o da Cidade de Ribeira Grande. Além desse povoado o autor faz também referência, ao de Ribeira da Barca (com cerca de 400 habitantes), surgida por volta de 1840, a partir da dinâmica do comércio de “purgueira”⁴³ ali armazenada, para exportação. Caracteriza todo o resto como lugares dispersos pela vasta área do Concelho.

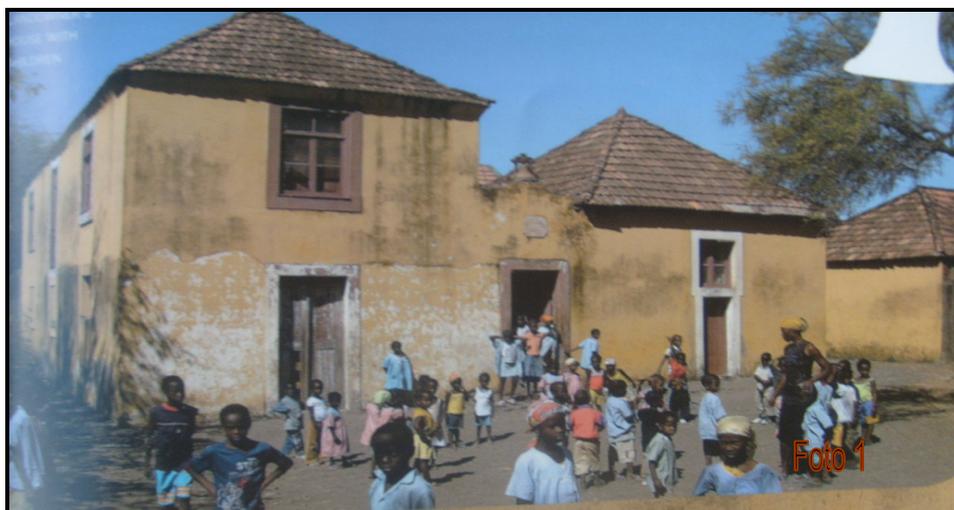
Dois situações estavam subjacentes à transferência acima descrita: por um lado, a constante insegurança que assolava as populações da antiga sede e capital do país (Ribeira Grande atual Cidade-Velha), devido aos sucessivos ataques dos corsários ingleses e franceses às populações, por outro, a atratividade do clima do interior da ilha, que já despertava o interesse de homens influentes que, a partir desse momento, passaram a fixar suas residências definitivamente, no interior, dedicando-se às práticas de agricultura e do comércio (cf. pode ser ilustrado pelas fotos nº 1 e nº 2⁴⁴), que representa uma das antigas casas senhoriais, localizada na localidade de “Telhal” (Engenhos), pertencente a José Coelho Serra com a data de 1897 e hoje, desempenhando novas funções. Um outro aspecto que merece ser

⁴² Pierre George *et al.* Tradução de Gil Toledo. 3ª. ed. São Paulo, 1973. p. 16.

⁴³ Nome vulgar atribuído à “*Jatropha Curcas*”, planta oleaginosa muito procurada pela metrópole no século XIX, dada a importância da sua semente, de onde se extraía um óleo utilizado como fonte de energia .

⁴⁴ Ver Nogueira (2005) sobre “Ribeira dos Engenhos”. In Fragata – Revista de Bordo da TACV Cabo Verde Airlines. Nº 2- III Série, 2005.

destacado prende-se com as constantes mutações que a sede do Concelho de Santa Catarina, bem como o seu espaço territorial, tem sofrido ao longo dos tempos.⁴⁵



As Fotos 1, em cima e 2, representam aspectos exterior e interior de um dos "sobrados" (antiga casa Senhorial)⁴⁶, um dos ícones da localidade dos Engenhos, dado à sua riqueza histórico-cultural.

Fontes: NOGUEIRA (2005). In *Fragata – Revista de Bordo da TACV Cabo Verde Airlines*. Nº 2- III Série, 2005; Site: <http://www.ecaboverde.com> Acesso 22 de Outubro de 2007.

⁴⁵ De 1834 até 1912, diversas regiões desempenaram tal função, nomeadamente, Casa grande nos Picos, Ribeira da Barca, Flamengos, Achada Falcão e "Manque" no Tarrafal. Faziam parte do Concelho de Santa Catarina: as freguesias de Santa Catarina, de Santo Amaro Abade (no Tarrafal) e de São Miguel, cobrindo uma área de 120 hectares (VIEIRA, op cit. p.43). Houve período em que pertencia ao referido Concelho, as freguesias de Santa Catarina e São João Batista, (ver Amaral 1964, p. 113) e mais recentemente, as freguesias de Santa Catarina e a de São Salvador do Mundo.

⁴⁶ Sobrado, corresponde, segundo Araújo (1988) a um tipo de habitação evolutiva, representativa do modelo arquitetónico, concebido em função de determinadas possibilidades económicas, que até a década de 60 do Século xx, marcou a paisagem das vilas, aldeias e cidades cabo-verdianas. Diferentemente do tipo de habitação de carácter provisório, construído pelos europeus nos primeiros aglomerados portuários, a partir de materiais locais, o sobrado era construído com materiais importados.

A transferência da sede municipal para a povoação de Assomada ocorreu em 1912, pela portaria N.º 146, de 4/5/1912, de Judice Bicker – Governador da província de Cabo Verde.⁴⁷ Com essa iniciativa, foram provisoriamente instalados os respectivos serviços administrativos numa casa alugada na localidade de Nhagar (VIEIRA, op. cit. p. 42).

Quanto à elevação da povoação de Assomada à categoria de vila, os documentos são omissos a esse respeito, isto é, não existe uma data precisa. No entanto, pressupõe-se que tal fato possa ser enquadrado na sequência da transferência da sede do Concelho para essa povoação e subseqüentes medidas adotadas para seu apetrechamento em termos de equipamentos essenciais para a administração pública e outros serviços. Aliás, a esse propósito, Vieira, no seu trabalho sobre a vila de Assomada, elenca um conjunto de realizações levadas a cabo, quer pelo poder público, quer por alguns dos grandes proprietários e comerciantes, para concretizar a iniciativa referida, entre os quais se destacam alguns, considerados relevantes para o crescimento econômico e espacial desse núcleo urbano: **i)** cedência de terras por um preço baixo para instalação da futura vila e locação de edifícios para instalação da Câmara Municipal e para a escola primária, por parte de um dos proprietários; **ii)** pela portaria n.º 146, de 3/5/1912, Assomada passou a se beneficiar da estrada que a liga ao porto Ribeira da Barca, reforçando assim as transações aduaneiras pela dinâmica do comércio; **iii)** instalação da rede telefônica entre Praia e Santa Catarina, em agosto de 1917; **iv)** construção do mercado municipal, em 1931, para substituir o que existia no sítio de “cutelo”, desde o início da vila; **v)** expropriação da nascente denominada “Água Grande” na propriedade do Engenho para abastecimento de água à Assomada. Pela portaria n.º 797 de 1/9/32, foi regularizada a administração para o fornecimento de água nos fontanários e nos prédios particulares; **vi)** construção da Enfermaria Regional, em 1948, em substituição ao primeiro Posto Sanitário, de reduzida proporção, que passou desde então a ser utilizado como Posto Policial, e, em 1949, foi inaugurada a Igreja de Nossa Senhora de Fátima. Dois anos mais tarde, em 1951, foi instalada a luz elétrica.

⁴⁷ BOLETIM OFICIAL N.º 18, de 4 de maio de 1912, p. 162.

As fotografias abaixo ilustradas, representam alguns dos edifícios públicos e privados, importante, que marcaram o arranque da vila de Assomada, referenciadas por Santa Rita Vieira.⁴⁸



Foto 3 - Vista Parcial da antiga rua Júdice Biker. **(A)** Edifício da Fazenda e Correios (Atual Museu da Tabanca e Centro Cultural);
Foto 4 – Aspeto do edifício da Câmara Municipal; **Foto 5** – Edifício da Enfermaria regional (construção de 1940); **Foto 6** – Vista parcial da Igreja de Nossa Senhora de Fátima

Importa afirmar que, apesar das realizações acima expostas, o crescimento de Assomada foi, do ponto de vista urbanístico, bastante limitado, espelhando a própria conjuntura do país nesse domínio durante todo o período que antecede a independência nacional em 1975. Período esse marcado por grande predomínio da vida agrária, com a concentração de terras nas mãos de uma minoria e, segundo Andrade, “com a permanência de relações de produção de tipo semi-feudal (proprietários fundiários, rendeiros e parceiros) e autêntico despotismo entre proprietários e rendeiros, sobretudo, em Santa Catarina” (ANDRADE, 1985. p. 210).

⁴⁸ A Vila de Assomada. Edição Associação dos Amigos de Santa Catarina, 1993.

Além do acirramento de relações proprietários-rendeiros⁴⁹, aquela autora aponta ainda outras situações que condicionaram o agravamento da vida agrária, tais como: a insuficiência técnica, conjugada à subutilização das superfícies cultiváveis, isto é, o predomínio de grandes propriedades fundiárias cujo desenvolvimento não era completamente assegurado, a fragmentação de terra arrendada e a fraca viabilidade econômica. Acrescente-se a tudo isso a degradação natural em que os solos estavam sujeitos e o regime irregular das precipitações. Este último fato é responsável por vários episódios de secas e crises alimentares, sendo uma das mais recentes, que ainda se guarda na memória, ocorrida nas décadas de 40 e 50.

Perante toda essa situação, dois desafios se colocavam, freqüentemente, aos camponeses: submeter-se aos abusos dos contratos de arrendamento e parceria impostos ou então emigrar. Efectivamente, essa última foi a via mais almejada pelos camponeses de Santiago e, particularmente, os de Santa Catarina, para resolver, por um lado, a situação econômica e política que lhes era injusta e hostil e, por outro, responder às crises e fomes que assolavam as ilhas, vitimando milhares de pessoas.

Outro aspecto que se encontra na base dessa fraca dinâmica urbana, no período em questão, e que merece ser realçado prende-se com a ausência da industrialização em Cabo Verde, isto é, os centros urbanos, no caso concreto de Assomada, resumia-se em espaço de prestação de serviços, local de comércio (compra e venda) de produtos agro-pecuários. Sendo assim, constata-se que esses centros não constituíam focos de atração da mão-de-obra de origem rural durante esse lapso de tempo e que a atividade agropecuária referida vem perdendo importância ano após ano, dada a grande aleatoriedade climática do arquipélago, o que tem provocado também oscilações nas ofertas dessas mercadorias nos mercados, mormente, o de Assomada, considerado um dos pólos da atratividade da população de toda ilha de Santiago. Problemas de caráter fundiários (cf referido anteriormente) também se encontram na base desse crescimento lento do espaço

⁴⁹ Desencadeado em várias revoltas camponesas, de destacar: a dos rendeiros dos Engenheiros, em maio de 1822, a revolta de Achada Falcão, em janeiro de 1841, e a de Ribeirão Manuel, em 1910, a qual desencadeou a atuação de polícias rurais e a intervenção do próprio Governador Republicano Marinha de Campos para pôr cobro ao conflito entre Aníbal dos Reis Borges e seus rendeiros.

urbano, pois certos proprietários não permitiam determinados tipos de construções nos seus terrenos.

O traçado urbano de Assomada se desenvolveu à semelhança dos outros centros urbanos do país, num estilo clássico, tipicamente europeu, isto é, a vila se estruturou a partir de uma praça central, em volta da qual eram edificadas a Administração – Câmara Municipal e outros serviços (Correios e Fazenda), a igreja e a escola; noutros pontos ficam: o Mercado e o comércio distribuído pelas casas mistas. As edificações eram distribuídas segundo uma planta composta por “retículas de ruas paralelos, relativamente longas, cortadas por transversais mais curtas de igual modo paralelos” (AMARAL, op. cit., p. 325).

Do ponto de vista demográfico e de acordo com os dados indicados por esse autor, a vila e seu prolongamento até a localidade de Nhagar correspondia apenas 6% da população do município, somando um total de 1.815 habitantes em 1960, enquanto que a população do município, nesse ano, era de 30.207 habitantes. O espaço construído circunscrevia-se, nessa altura, ao atual centro da vila, onde a habitação era concentrada e bem estruturada, parte do Portãozinho e Covão Ribeiro, passando por Nhagar com habitações dispersas e alinhadas ao longo das vias, perfazendo uma área total de 56 hectares, nessa data (cf. a fig. 5, a seguir representada e a fig. 8, p. 83, sobre a evolução do perímetro urbano).

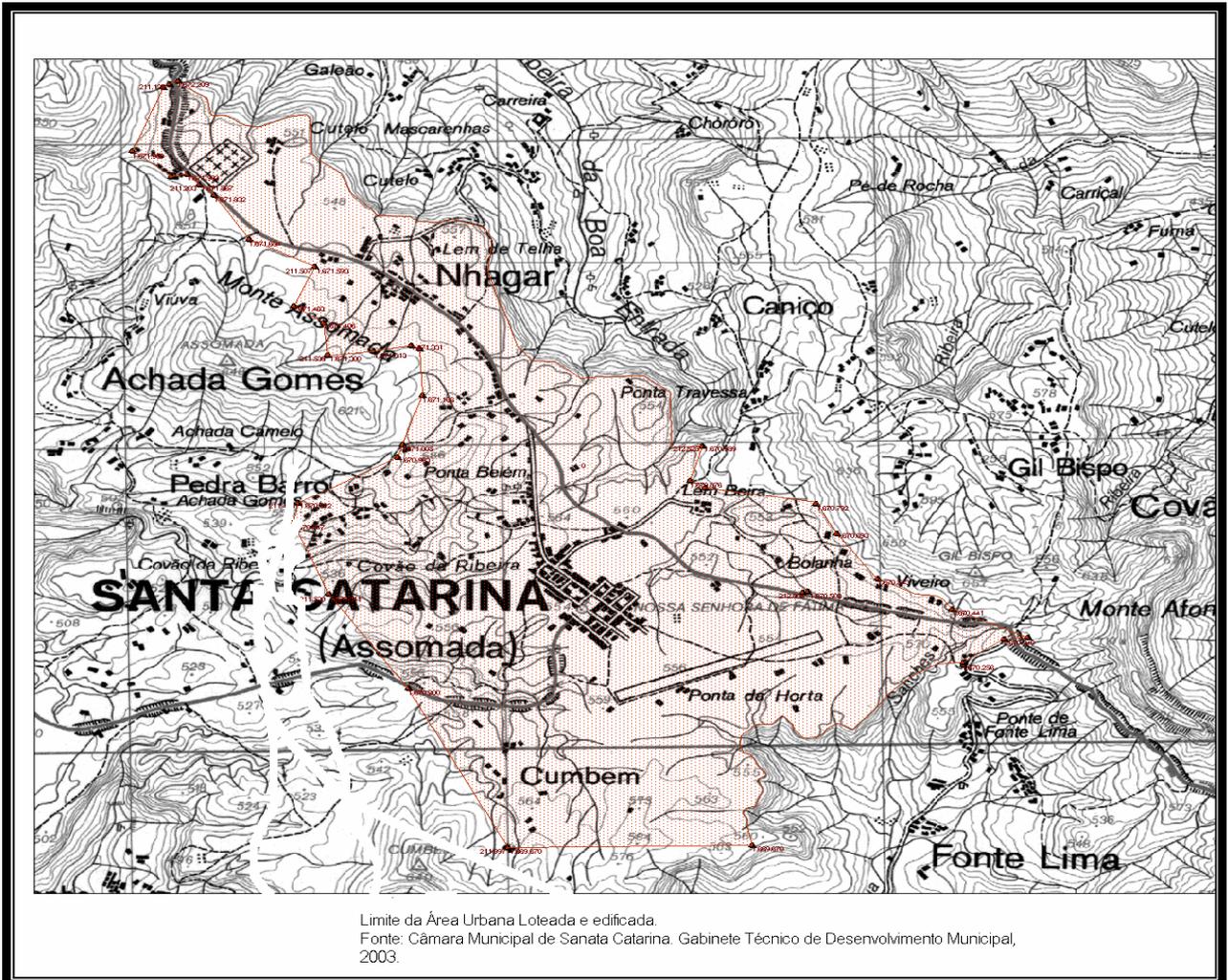


Fig. 6 – Mapa do perímetro Urbano de Assomada, elaborado sobre a Carta militar de Santiago: a mancha rósea corresponde ao limite da área urbana edificada e loteada, em 2000. **Fonte:** Gabinete Técnico Municipal, Assomada, 2003.

No que se refere ao aspecto arquitetónico, pode-se resumir nas seguintes características, descritas pelo PMDSC⁵⁰:

os seus casarões de estilo colonial, pertencentes a grandes proprietários, contrastavam-se com outras moradias modestas, ou ainda, com outras arquiteturas dos anos 50 pertencentes a abastados comerciantes, altos funcionários, ou mesmo, a emergentes proprietários.

Concomitantemente, desenvolviam-se, na periferia da vila, núcleos habitacionais mais modestos e dispersos, seguindo a lógica rural cabo-verdiana. Configurou-se, desse modo, uma certa segregação socioespacial, isto é, de um lado, encontrava-se um espaço “elitista”, constituído por proprietários, comerciantes

⁵⁰ Plano Municipal de Desenvolvimento do Concelho de Santa Catarina (2001 – 2006), p. 15.

e funcionários e, de outro, aqueles desprovidos de recursos que lhes permitissem construir no referido espaço segundo o modelo imposto ou porque eram muitas vezes impedidos de o fazer nas terras de seus “morgados”.

As limitações acima só foram ultrapassadas após a Independência, em 1975, cujas mudanças e transformações implementadas incutiram nas pessoas novas percepções sobre a realidade, o que fez com que estes se enchessem de coragem e passassem a construir segundo novos modelos, preenchendo assim os espaços vazios em direção ao centro da vila. Acrescenta-se que as poupanças enviadas pelos emigrantes jogaram um papel determinante na configuração desse novo ambiente urbanístico.

Esses emigrantes são constituídos pelo grosso de camponeses que outrora foram excluídos da agricultura devido à situação de precariedade vivida no campo e encontraram na emigração a possibilidade de ultrapassar e reverter o quadro de pobreza em que estavam submetidos e, ao mesmo tempo, concretizar o velho sonho de um dia poder ter um “pedaço de terra” e ser o verdadeiro dono da parcela que trabalha. Fernandes (2002) chama atenção para esse último aspecto ao afirmar que “a emigração deixou de significar luta exclusiva pela sobrevivência física para assumir o caráter de luta pela reocupação de espaços sociais desestruturados no decurso de secas e fomes” (FERNANDES, 2002, p. 54). Segundo o autor, mesmo reconhecendo, *a priori*, as condições edafoclimáticas pouco favoráveis à prática agrícola, alguns emigrantes, no seu retorno e fixação, adquiriam as terras ressequidas dos seus ex-morgados, e faziam-se proprietários agrícolas, dando assim a possibilidade dos ex-proprietários se transformarem em comerciantes. Essa situação deixa transparecer o apego à terra, e, acima de tudo, o caráter simbólico dessas aquisições, isto é, a auto-realização pessoal e o reconhecimento social.

Ressalvando essa particularidade, a maioria dos emigrantes, em especial, os detentores de maiores recursos econômicos, fizeram seus investimentos em parcelas irrigáveis em detrimento das pluviais, tendo por objetivo maior produtividade e rentabilidade do capital empregado. Nessa óptica, muitos emigrantes santacatarinenses investiram as suas poupanças não só nas parcelas de regadios do município, mas procuraram investir também em Santa Cruz, a mais

importante área irrigável de Santiago. Reforçando ainda a importância desse tipo de investimento, Lesourd⁵¹ sublinha casos em que muitas famílias de Santa Catarina e Santa Cruz utilizaram suas transferências para alugar propriedades, devido à carência e ao elevado custo que elas representavam para sua aquisição. Porém, esta não foi a única forma de investimento feito pelos emigrantes, pois existem outros setores, como os transportes rodoviários, pequenos comércios e a construção civil, que também foram alvos de grandes empreendimentos. Dessas, a última foi a que ganhou a maior dinâmica, tendo inicialmente o objetivo de suprir a falta de habitação no *locus* de origem e, posteriormente, nos centros urbanos.

Com efeito, os emigrantes passaram a ser um dos principais atores que, direta ou indiretamente contribuíram para produção do espaço urbano e a atual situação urbanística, de certa forma desregrada, que se vive no país. Esse último fato não se deve em si à procura de novos espaços para construir, mas sim nas respostas e soluções encontradas pela Administração para resolver essa demanda cada vez mais crescente. Ao se referir a esse aspecto, Tavares (2004, p. 54) afirma que a Administração aproveita de tais situações para vender lotes para construção em zona da cidade da Praia, Assomada e Mindelo em muitas áreas urbanisticamente desaconselháveis, sem estudo de conjunto e avaliação de impactos e sem se acautelar a reserva dos terrenos indispensáveis à instalação de equipamentos sociais de proximidade.

A Expansão Urbana e a Dinâmica Espacial Recente

Conforme foi evidenciado no capítulo anterior, a Independência nacional registrada em 1975 e a emigração foram dois fenômenos preponderantes que ditaram mudanças significativas no seio da sociedade cabo-verdiana, no domínio político, econômico, social, demográfico e técnico. O primeiro acontecimento contribuiu para ultrapassar as barreiras políticas de um regime repressor, com impacto principalmente no campo, devido a uma relação de produção marcada pela prepotência dos proprietários, acrescida da indiferença da própria metrópole

⁵¹ Op. cit., p. 389.

portuguesa perante a situação de crises e misérias que assolavam o país.⁵² O segundo acontecimento permitiu aos cabo-verdianos, principalmente os de origem rural, não só a transferência de divisas para subsidiar seus familiares, o que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida, mas, sobretudo, na apropriação de novos aportes culturais e técnicos nas grandes cidades receptoras dos países industrializados que, por sua vez, foram corporizados nos investimentos em vários domínios, em especial pela área da construção civil.

Os fenômenos acima marcaram uma nova era e deram início proporcionalmente, àquilo que Santos (2005, p. 38) denominou de “meio técnico-científico e informacional”, ocorrido no Brasil no período após a Segunda Guerra Mundial e reforçada na década de 60, caracterizado, segundo a expressão do autor:

pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação.

No contexto cabo-verdiano, essas transformações poderão ser, de certa forma, equiparadas ao que se tem verificado no período pós independência e, de modo mais acentuada, a partir dos anos 90, com maior abertura ao exterior e liberalização da economia. Nessa ótica, Reis (2000, p. 153), na sua abordagem sobre o desenvolvimento nesse período, demarca duas vias estratégicas, empregues pelos sucessivos governos: “a estratégia socialista e redistributiva, cuja direção era determinada por um Estado centralizador e interveniente, e a estratégia aberta, que procura dinamizar o mercado e promover actividades exportadoras e, no plano social, procura realizar o desenvolvimento humano”.

Segundo aquele autor, de 1975 a 1990, priorizou-se o investimento no desenvolvimento rural, nos transportes e nas comunicações, na educação e na indústria (metálica, elétrica e mecânica), tidas como um setor determinante. Já no período subsequente, a ação do Estado estava voltada para o investimento público

⁵² Ver, a esse propósito, Furtado (op. cit., p. 101).

no domínio do urbanismo, habitação, saneamento básico, transportes e comunicações, desenvolvimento rural e educação. Inversamente à fase anterior, o Estado desempenha um papel regulador, privilegiando o investimento privado no desenvolvimento da indústria de exportação e Turismo (REIS, 2000, p. 153).

Vale ressaltar que a supremacia atribuída ao setor primário e particularmente, ao desenvolvimento rural, nessa primeira fase, prende-se com resoluções de problemas imediatos capazes de responder às necessidades dos centros urbanos em constante expansão; das indústrias agro-alimentares; aumentar excedentes para a exportação e absorção da mão-de-obra rural, o que impulsionou, conforme Furtado, “os fortes investimentos consentidos e a preocupação com a modernização do setor com novas tecnologias, insumos agrícolas, melhoramento genético, criação de institutos de pesquisas agrícolas e de formação profissional” (FURTADO, 1993, 192). Não obstante, constata-se que a contribuição do sector primário para a formação do PIB, de acordo com o Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano,⁵³ tem-se apresentado frágil desde 1980 com uma taxa de 20,5%, contra 62,1% para os serviços e 17,4% para a indústria. Verifica-se a partir desse período, uma redução progressiva, passando em 1990 para 16,0%, em 2000 e 2002 8,6% e 8,5% respectivamente. Esse relatório indica o setor dos serviços como sendo a mais importante na participação do PIB, principalmente, a partir dos anos noventa, com a incrementação e desenvolvimento das novas tecnologias de informação e da comunicação, com o objectivo de relançar Cabo Verde na economia global:

graças aos efeitos conjugados da modernização das telecomunicações, da extensão da cobertura e da diversificação dos serviços. [...] as NTIC contribuem para o crescimento global ou sectorial e para o melhoramento da contribuição dos factores de produtividade em Cabo Verde (RNDH, 2004, p.137 e138).

Um dos aspectos característicos desse novo quadro, resultante das alterações ocorridas nesse lapso de tempo e que merece atenção, diz respeito à grande dinâmica populacional e, conseqüentemente, um alastramento das áreas urbanas no país, com particular destaque para a cidade da Praia na ilha de Santiago

⁵³ Preparado pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano – Cabo Verde, 2004, p. 136.

e a cidade do Mindelo em São Vicente. Os chamados “Centros Secundários”, nos quais se inclui a cidade de Assomada, conheceram também um crescimento significativo. Entretanto, nota-se que não houve qualquer plano orientador ou regulador que acompanhasse essas transformações por parte do Estado, situação que foi ressaltada por Tavares (2005):

As autoridades não foram capazes de ler os sinais do território que caminhava para o desordenamento e acumulava disfunções. A questão do planeamento do território foi relegada para um segundo plano em termos de prioridades. [...] As atuações territoriais casuísticas passaram a predominar, permanecendo ainda hoje (TAVARES, 2005, p. 53).

Apoiado nos trabalhos de Campos (1983), Carneiro (1996), Paiva (1998), e nos estudos realizados sobre a problemática acima, Tavares (2005) apresenta um conjunto de limitações e constrangimentos vividos pelo país, no decurso desse período, não obstante as ações políticas e legislativas protagonizadas pelos Organismos do Estado ligados ao setor. Considera que, durante a vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento (1981-1985), as ações do Ministério da Habitação e Obras Públicas (MHOP) estavam vinculadas à infra-estruturação do país, saneamento e abastecimento interno, denotando, desse modo, “um vazio em termos de regulamentação sobre o ordenamento do território e urbanismo” exceptuando um estudo encomendado por esse Ministério ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal para realizar o ordenamento físico.

Ainda segundo Tavares, os primeiros planos urbanísticos começaram a se efetivar com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1986-1990), sob a orientação do Ministério da Administração Local e Urbanismo (MALU), com recurso a consórcios estrangeiros, dada a falta de preparação das instituições cabo-verdianas nesse domínio. Concomitante a esses, vários outros estudos/planos foram implementados sem, contudo, conseguirem acompanhar a dinâmica demográfica verificada e os problemas que marcaram as principais cidades do país. Reforça aquele autor ainda que um dos problemas que mais agrava o setor do planejamento do território/urbanismo em Cabo Verde não é a ausência de regulamento, mas sim a ineficiência da sua materialização.

Constata-se que os estudos/planos referidos acima estavam tripartidos entre as áreas urbanas do país consideradas mais dinâmicas (Praia, Mindelo e Sal), devido, por um lado, às maiores pressões populacionais e aos problemas de desordenamento que se desenhavam e, por outro, à própria filosofia do desenvolvimento econômico do país, proposta no II PND, estar ancorada nessas três regiões e, por tal razão, deveriam ser dotadas de infra-estruturas exigidas para contrabalançarem essas dinâmicas. No que concerne aos chamados “Centros Secundários”, as ações daquele II PND se direcionavam mais para São Filipe, Pedra Badejo e Porto Novo, tendo por base a seguinte argumentação: “dever-se-à privilegiar aqueles que se mostrarem estratégicos no movimento populacional conforme a sua capacidade de reter o êxodo rural para os centros urbanos principais.”⁵⁴

Assomada, apesar de constituir a sede de um dos municípios mais populosos de Santiago, não foi enquadrada no rol dos centros secundários mencionados acima. Também não se conhece nenhum plano de carácter urbanístico digno de registro, pelo menos nos primeiros períodos pós-independência⁵⁵. Entretanto, a cidade ganhou, pontualmente, algumas infra-estruturas e equipamentos públicos, nos finais da década de 70 e princípio da de 80 do século passado, dentre os quais se destacam: o edifício do Banco Comercial do Atlântico; edifício do complexo de Ensino (atual Escola Secundária Amílcar Cabral), no final de 1980, os dos Correios de Cabo Verde, do Hospital regional de Santa Catarina e mais recentemente, a remodelação e ampliação do edifício da Câmara Municipal (cf. ilustram as fotos 7, 8, 9, e 10, na p. 80).

Esses novos equipamentos passaram a exprimir, segundo Araújo (1988, p 84), um modelo arquitetônico moderno, com recurso aos materiais importados e embasados em novos aportes estético-funcionais das habitações exteriores ao país, concebidos pelos técnicos formados no exterior e pelos emigrantes. Esses últimos são considerados pelo autor, como os principais responsáveis pela transferência

⁵⁴ Ministério do Plano e Cooperação. Relatórios Setoriais, Plano Nacional de Desenvolvimento (1986-1990), p. 160.

⁵⁵ Nota-se que esse instrumento de gestão já tinha sido elaborado para vila de Pedra Badejo (Concelho Santa Cruz) nos anos 80.

desse modernismo para o meio rural, caracterizado por uma simbiose entre o moderno e o tradicional.



Foto 7 - Vista parcial da agência de Assomada do Banco Comercial do Atlântico, um dos primeiros edifícios construídos num novo estilo arquitetônico, diferente dos "casarões e/ou sobrados" que dominavam a paisagem daquela vila até finais de 1970.



Foto 8 – Vista parcial da Delegação dos Correios de Cabo Verde em Assomada.



Foto 9 – Vista parcial da Escola Secundária Amílcar Cabral, um dos edifícios mais bem estruturados de Santa Catarina. O revestimento da fachada exterior demonstra o recurso ao material local utilizado.

Fonte: Google Earth. Acesso em 12/10/2007



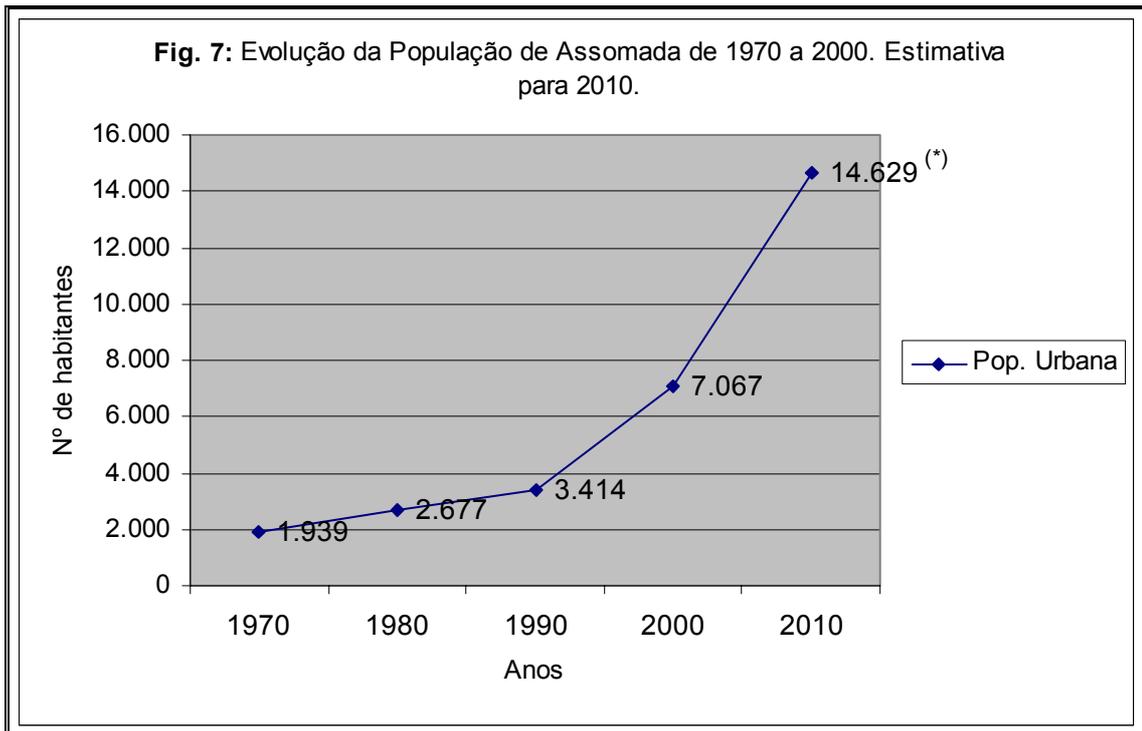
Foto 10 – Vista parcial do edifício da Câmara Municipal de Santa Catarina.

Fonte: Fotografia cedida pelo Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Santa Catarina.

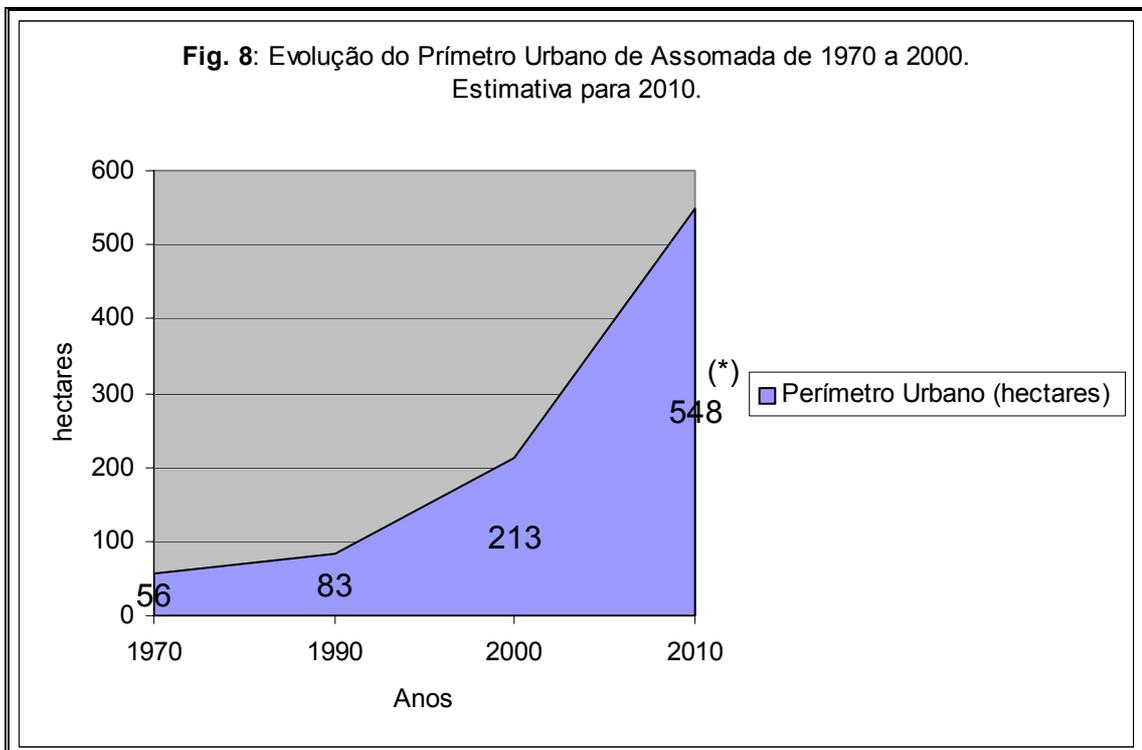
Esses equipamentos desempenharam papéis determinantes não só pelas necessidades que passaram a cobrir a partir de então, mas, sobretudo, pelo dinamismo que imprimiram no seio da sociedade, constituindo como que “pedra basilar” para uma nova configuração territorial. Com efeito, após um período marcado por certa letargia, em que a área urbana era muito retraída e por isso,

classificada, por Amaral (op. cit. p. 247), nos finais dos anos sessenta, de “centro rural de característica vagamente urbana”⁵⁶, registrou-se, nos últimos trinta anos, à semelhança do que se tem verificado em nível do país, mudanças significativas no domínio político, econômico, social, demográfico e técnico, conseqüentemente, um crescimento acelerado da sua população e no mesmo ritmo, o seu perímetro urbano passou a ocupar espaços cada vez maiores, principalmente, a partir dos anos noventa, atingindo em 2000, 213 hectares, conforme pode ser evidenciado nos gráficos das figuras 7 e 8 e a figura 9 sobre a evolução da urbanização de Assomada no período que decorre de 1961 a 2003, representando áreas ocupadas pela edificações.

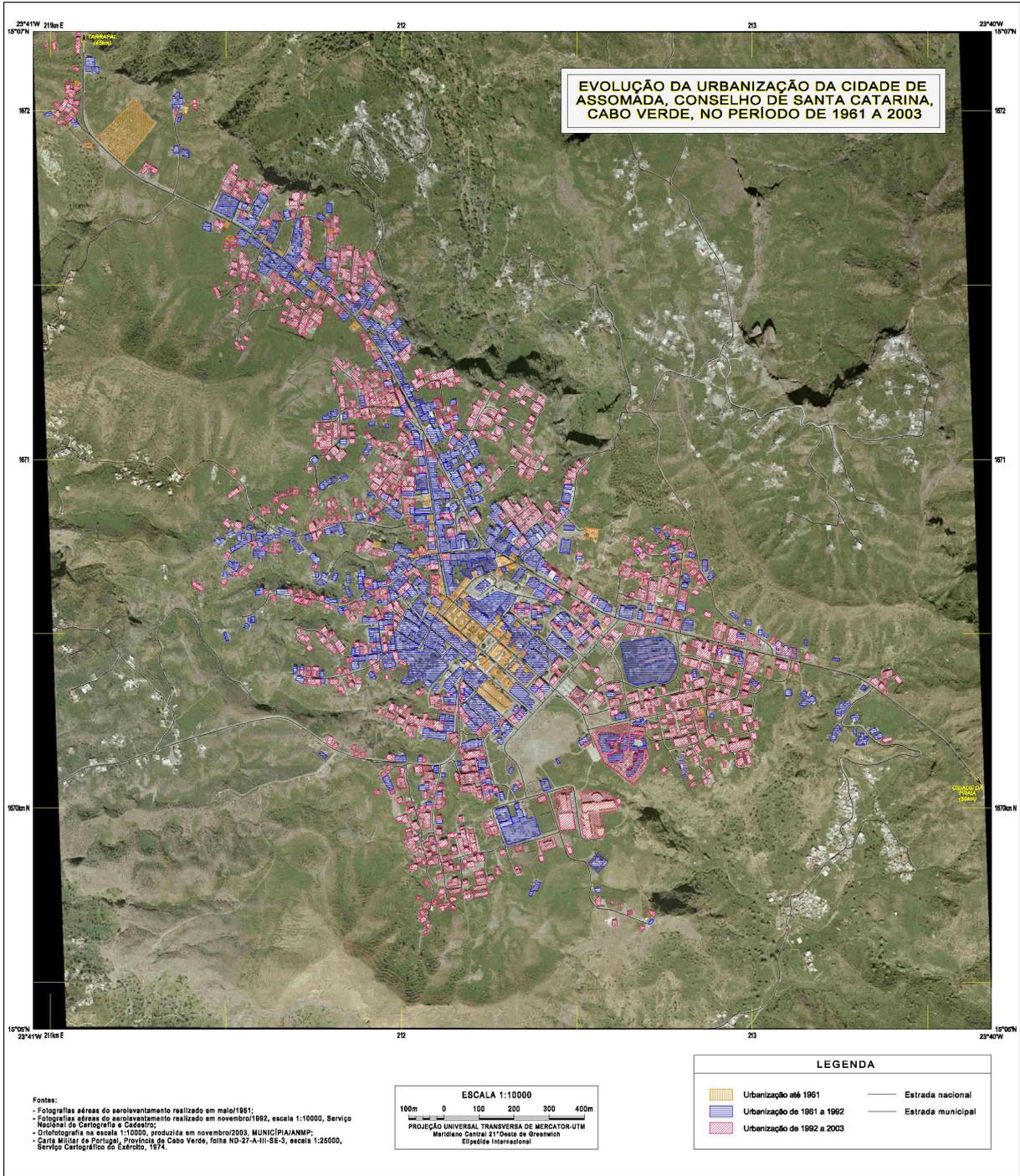
⁵⁶ Expressão utilizada pelo autor para realçar a fraca função urbana da vila de Assomada, relativamente à cidade da Praia, tendo em vista a sua pequena dimensão (cerca de 56 hectares) e aspectos rurais que a caracterizava.



Fonte: elaboração do autor, com base em dados do Censo 2000. Instituto Nacional de Estatísticas, Cabo Verde. (*) Estimativas.



Fonte: Gabinete Técnico Municipal de Santa Catarina. Conceito Estratégico, 2003. (Adaptação do autor). (*) Estimativa



Uma breve observação e leitura atenta do mapa da evolução urbana da Cidade de Assomada (fig. 9) e dos gráficos (fig. 7 e 8) permite verificar a rápida transformação das estruturas urbanas e territoriais, ocorridas recentemente, corroborando as afirmações feitas a esse respeito se for comparado o espaço construído no período anterior a 1970 e o período subsequente e, sobretudo, a partir de 1990. Porém, esta não deve ser feita com base numa análise ligeira, desvinculada do contexto nacional nem das circunstâncias e/ou fatores que estiveram na essência dessas transformações. Segundo Santos (1985, p. 15), somente o contexto, que é mais do que a síntese total das variáveis, pode fornecer os elementos de explicação que se busca. Reforça ainda que “o espaço não é um pano de fundo impossível e neutro, não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais”.

Assim, constata-se que as transformações acima são essencialmente corolários da ação conjugada de dois processos que marcaram a sociedade cabo-verdiana nos últimos tempos, conforme abordagens feitas anteriormente: a Independência nacional ocorrida em 1975 e a emigração, particularmente, as mais recentes, direcionadas em massa para os países europeus, a partir das décadas de 50 e 60, com uma cifra bastante significativa, segundo a indicação de Furtado, que aponta cerca de 138.083 pessoas saídas de Cabo Verde, entre 1950 e 1973, protagonizando, desse modo, uma maior entrada de divisas e investimentos (Furtado, op. cit., p. 78). No caso concreto de Santa Catarina, estima-se que cerca de 15.000 pessoas vivem no estrangeiro, particularmente, em Portugal, EUA, França, Holanda e Luxemburgo.

Com efeito, após a independência, o país passou a se beneficiar de amplos programas de Cooperação internacional, o que veio reforçar a sua importância econômica e política, visualizada através de projetos industrializantes, infra-estruturas e equipamentos de diversas naturezas, bem como a expansão e reestruturação dos serviços públicos. Nessa sequência, Assomada passou a beneficiar também de importantes empreendimentos públicos de caráter socioeconômico no domínio da

banca, da educação, da saúde e das telecomunicações, transformando-se num verdadeiro pólo de atração.

Nota-se que esses investimentos públicos despertaram uma nova demanda junto aos emigrantes que, a partir de então, passaram a ser um dos principais agentes de desenvolvimento socioeconômico, reforçado pela ação catalizadora do Estado, pelos incentivos concedidos. Esses fatos podem ser resumidos na seguinte expressão de Spínola (2004, p. 38): “Assomada é, hoje, razoavelmente bem servida. Existem várias repartições públicas e privadas, instituições sociais, religiosas, casas comerciais, instituições escolares de diversos níveis, restaurantes, centro cultural, mercado, etc”. Esses equipamentos públicos e privados, bem como as infra-estruturas e os serviços, conferiu-lhe, de acordo com a afirmação de Santos (op. cit., p. 16), “uma mudança de conteúdo das formas geográficas e uma mudança na distribuição de valor no espaço”. As considerações tecidas pelos autores justificam a consumo que este espaço passou a ter a significativa expansão ao longo dos últimos anos, não apenas em função do seu crescimento natural, mas também pela pressão das populações provenientes do meio rural e mesmo de outros centros urbanos de Santiago, sendo os emigrantes os que mais contribuíram para esse processo acelerador na ocupação do espaço.

De acordo com a revista da Câmara Municipal de Santa Catarina⁵⁷, “cerca de 80% das infra-estruturas em construção na cidade pertencem aos ‘filhos da terra’ o que faz do emigrante o parceiro fundamental do desenvolvimento deste Concelho [através] de iniciativas privadas e empresariais como a construção de residências e constituição de empresas”. As ilustrações que se seguem (fotos 11, 12, 13 e 14) dão um panorama dessas realizações.

⁵⁷ Revista Nº 1 – maio de 2006, p. 17.



Foto 11 – Vista parcial do Hotel Prestige



Fotos doutor /maio, de 2007

Foto 12 - Vista parcial da Empresa Veiga Car



Foto 13 - Vista parcial do Hotel Avenida

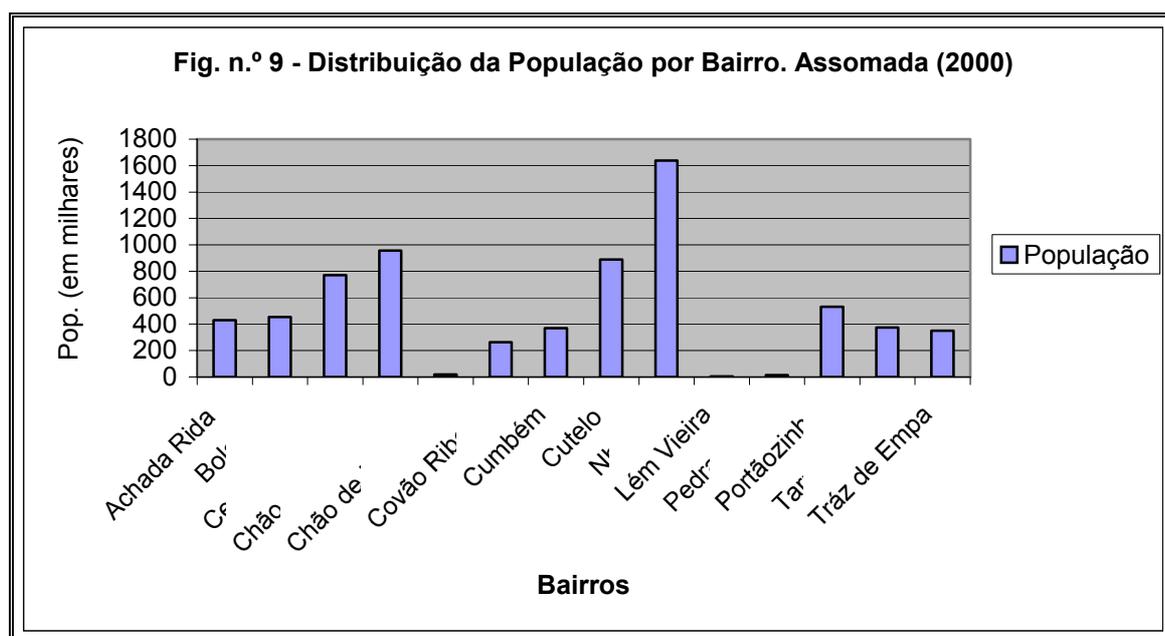


Fotos do autor /maio, de 2007

Foto 14 Empresa Cabo Verde Telecom (instalado no Prédio de um emigrante)

Denota-se que a intensificação das construções e ocupação do espaço a partir dos anos 90 (conforme ilustra o mapa da evolução urbana da p. 84), deve-se ao novo ambiente político instituído no país, orientado para a liberação da economia e a descentralização do poder, conferindo a autonomia ao Poder Local. Porém, o novo poder instituído tem-se deparado com carências de recursos de várias ordens para se fazer face a essas pressões cada vez mais crescentes, principalmente no domínio das infra-estruturas e alguns equipamentos sociais, provocando assim grande descompasso e problemas ambientais. Não obstante essas limitações, o Poder Público constituiu o principal agente na produção do espaço urbano por meio de Planos de Loteamentos, intervenções urbanas, como exemplo as novas localizações para áreas urbanas, os investimentos nas funções urbanas mais essenciais como sendo a aprovação dos projetos privados, fiscalização e a infra-estruturação dos lotes. Tudo isso numa ausência total de qualquer instrumento de planejamento urbanística, com destaque para o Plano Diretor Municipal. Consciente

da sua importância, o atual Presidente da Câmara Municipal,⁵⁸ em entrevista à revista “Santa Catarina”, por ocasião do 5º aniversário da elevação de Assomada à categoria de cidade, tece a seguinte consideração: “ o Plano Diretor vai trazer-nos orientações importantes, não só em matéria de ocupação do solo, dos espaços verdes e da arquitetura, mas, também as perspectivas dos assentamentos populacionais”⁵⁹. Reforça ainda que, só a partir de 2001 é que se começou a trabalhar os planos urbanísticos detalhados, contemplando os bairros de Achada Riba, Cumbém, Lém-Vieira, Nhagar e Achada Galego (ver a figs. 9 e 10 correspondente ao mapa da divisão dos Bairros de Assomada e a respectiva distribuição da população).



Fonte: elaboração do autor, a partir dos dados do Censo 2000, relativo ao Município de Santa Catarina.

⁵⁸ Que também acumula as funções de Vereador para área do urbanismo.

⁵⁹ In Revista da Câmara Municipal de Santa Catarina. Nº 02 - Dezembro de 2006, p. 5.

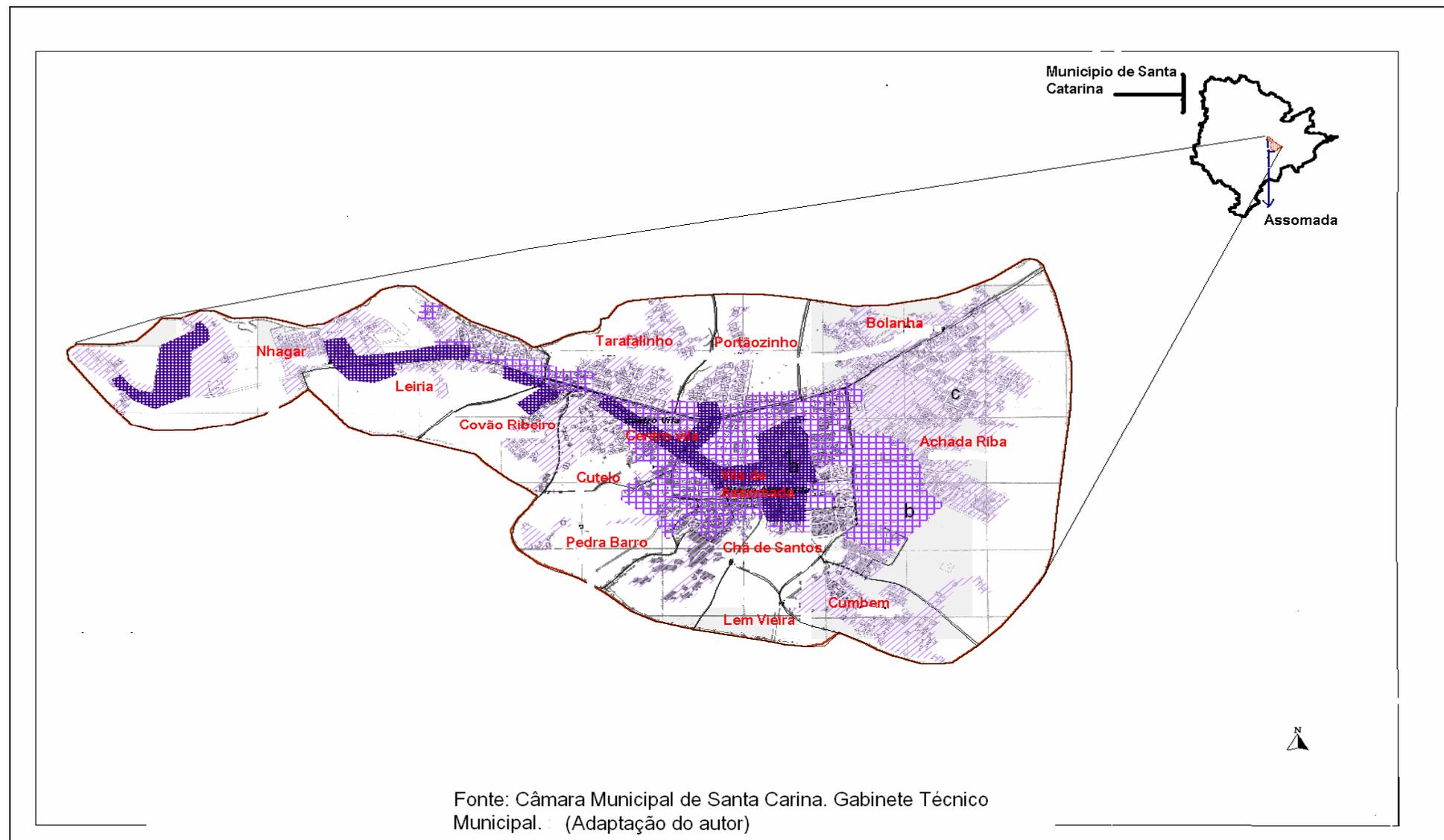


Figura 10: Mapa da divisão dos Bairros da Cidade de Assomada. **Legenda:** a - área construída antes de 1970; b - de 1970 a 1990; c - de 1990 a 2000.

É interessante realçar que a ausência do Plano Diretor Municipal e outros instrumentos de gestão urbanística favoreceu o surgimento e desenvolvimento de grupo de pequenos proprietários fundiários e agentes imobiliários que, estimulados por propósitos económicos em busca da maximização da rentabilidade mediante a valorização do preço da terra, tendem a provocar diversos embaraços no que concerne à manutenção da qualidade do meio ambiente urbano. Ao se referir sobre essa problemática, a Ordem dos Arquitetos de Cabo Verde⁶⁰ acusa a Administração Municipal como facilitadora da situação reinante, justificando que: “sem recursos indispensáveis para cumprirem as suas obrigações, os municípios, de forma geral, estão a se endividar da pior forma, ou pagando com favores fundiários os serviços prestados por privados”.

A situação esboçada tende a induzir a expansão urbana por meio de ocupações desordenadas, legais ou ilegais, nas áreas periféricas; ocorrência de um certo vazio no perímetro urbano, principalmente, na região central, contribuindo desse modo para a elevação do custo da manutenção da cidade por um lado e, por outro, a escassez provocada e o elevado custo na aquisição dos lotes contribui para uma certa segregação espacial e degradação ambiental, visto que a população de menor recurso económico procura muitas vezes áreas de ricos para as suas construções, acarretando vários problemas e impactos ambientais que vão ser analisados no item seguinte.

⁶⁰ Comunicado Nº 2 de 21 de fevereiro de 2005. Site: <http://ordemdosarquitectos-cv.org/index>. Acesso em 15 de julho de 2007.

A Ocupação do Solo Urbano e Impactos Ambientais Decorrentes em Assomada

Vários conceitos estão subjacentes aos termos solos, ocupação do solo e impactos ambientais, dependendo do contexto de seu emprego. Para Garnier (1997, p. 72) o solo “é a extensão concreta, a parte propriamente espacial do espaço, a superfície na qual se inscreve a ocupação sob as suas diversas formas. No que concerne ao segundo conceito a FAO/IIASA (1993) define que:

o uso do solo diz respeito à finalidade para a qual a terra é usada pela população humana local e pode ser definida como as atividades humanas que estão diretamente relacionadas à terra, fazendo uso de seus recursos ou tendo um impacto sobre eles (apud ALMEIDA, MONTEIRO & CÂMARA, 2005, p. 1).

O impacto ambiental, diz respeito, segundo Coelho (2000) “à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimuladas pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada”.

No bojo dessas considerações, denota-se que a questão ligada à ocupação do solo urbano bem como a dimensão que esta vem ganhando tem despertado, atualmente, a atenção de vários autores e mesmo de organismos internacionais ligados aos assentamentos humanos, como a ONU, devido às implicações provocadas no seu uso, sobretudo, nos países em desenvolvimento.

De acordo com aquele organismo, os espaços que ocupam os assentamentos humanos está aumentando mais rapidamente que a própria população urbana. Aponta estimativas pouco encorajadoras, segundo as quais a população urbana no mundo aumentará cerca de 72% entre 2000 e 2030 e que a superfície da área edificada onde vivem 100.000 pessoas poderá aumentar em 175%.⁶¹ Reforça ainda que a crescente taxa de expansão bem como a localização e forma como se

⁶¹ UNFPA (Fundo das Nações Unidas Para a População). Estado de la Población Mundial 2007. Liberar el potencial del Crecimiento Urbano. p. 45-46. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br>>. Acesso em: 20 jul.de 2007.

incorpora a terra ao perímetro urbano tem considerável implicação para a população futura, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. No que concerne a esse último aspeto, chama particular atenção pelo fato de muitas cidades se localizarem em terras agrícolas férteis ou outras dotadas de grande diversidade biológica. Nesse sentido, a ampliação do perímetro urbano invadirá uma maior superfície de terras produtivas e irromperá importante ecossistema.

No caso específico de Cabo Verde, a questão exposta acima assume extrema importância e tem merecido grande destaque, nos últimos tempos, por parte dos cientistas, das autoridades e da sociedade civil, tendo em conta que a potencialidade em solo é muito condicionada pela reduzida dimensão de seu território; ilhas de natureza vulcânicas e de relevo muito acidentado e uma área arável que cobre apenas 9,6% de superfície total⁶². Essas limitações têm provocado diversos conflitos: por um lado, registra-se uma urbanização bastante acelerada, por outro, as necessidades de desenvolvimento rural que implicam uma maior conquista de terras para atividades agro-silvo-pastoris. À essas limitações é mister ressaltar uma outra particularidade que é o fato de o solo ser, segundo as considerações de Correia (2002, p. 240), “um recurso único nas suas qualidades como fator de produção: é fixo quanto à sua localização, imóvel, e não é praticamente possível aumentar o volume da sua oferta potencial”. Acrescenta-se ainda a tudo isso uma deficiente prática de planejamento para uso do território, capaz de regulamentar essas práticas sócio-espaciais.

Os conflitos acima mencionados se revelam extensivos ao Município de Santa Catarina dadas às suas características climáticas, relativamente favoráveis, ⁶³ dispondo de um dos solos mais férteis do país, segundo a classificação de Diniz & Matos (1986⁶⁴). Esses solos localizam-se, sobretudo, nos planaltos onde se inserem o da Cidade de Assomada e outras duas localidades determinadas pelo Plano

⁶² Ministério da Agricultura e Ambiente. PANA II (II Plano de Acção Nacional para o Ambiente, 2004-2014), p. 31 e 32.

⁶³ Tendo em conta o contexto do clima semi-árido cabo-verdiano, por ser muito influenciado pelo fator altitude (cerca de 500 metros), ela apresenta maiores regularidades nas precipitações em relação às outras regiões de Santiago.

⁶⁴ Corresponde a Phaeozemes háplicos (Hh), que são solos de texturas finas, medianamente espessos (de 30 a 50 cm), de coloração pardo-escura ou pardo-avermelhada escura no horizonte superficial, caracterizando-se por uma boa textura ao longo do perfil [...] e teor relativamente elevado em matéria orgânica (DINIZ e MATOS, 1986, p. 48).

Municipal de Desenvolvimento, para a sua expansão – Achada Falcão e Achada Lém, respectivamente (ver foto n.º 15).

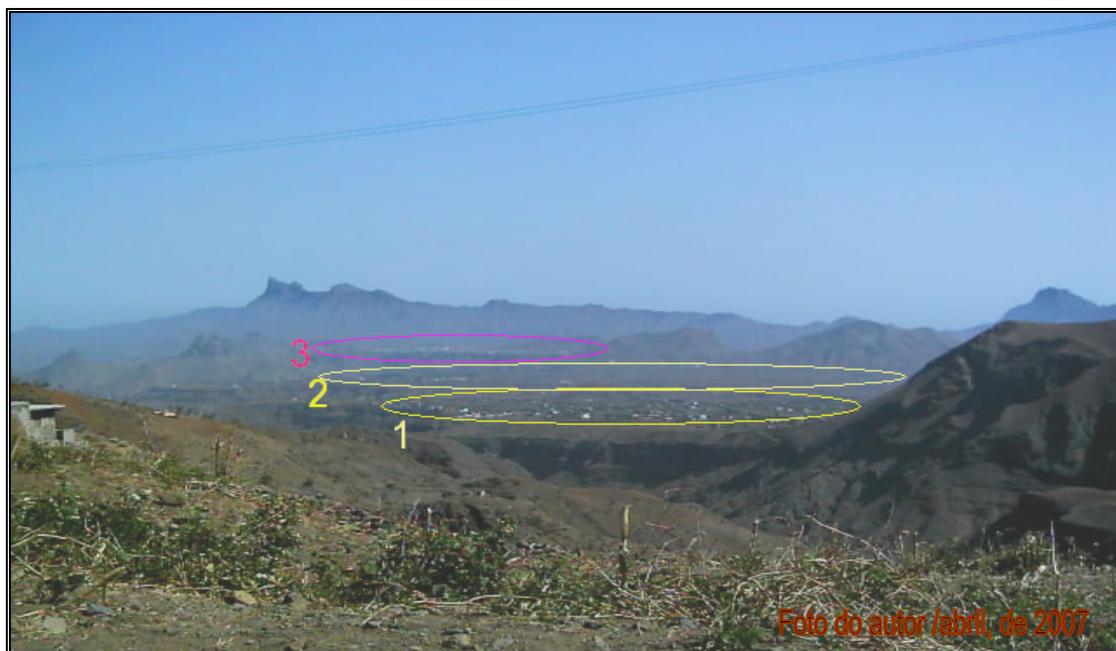


Foto 15 - Vista parcial da superfície de Santa Catarina vista a partir de Serra Malagueta. Observa-se no primeiro plano, a localidade de Achada Lém (1), Achada Falcão (2) e a de Assomada (3). No fundo, à esquerda, o pico de Antónia.

Se durante muito tempo o espaço rural desse município se revestiu de grande importância, atendendo certa valorização da atividade agropecuária, a crescente urbanização provocou mudanças significativas tanto no seu uso quanto no valor de troca, com todas as implicações daí advenientes, visto que, no mercado imobiliário, conforme a afirmação de Singer (1978, p. 23):

a oferta do espaço não depende de preço corrente, mas de outras circunstâncias. A produção de espaço urbano se dá em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham usos agrícolas. (...) A “valorização” da gleba é antecipada em função de mudança na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso, o especulador se dispõe a esperar um certo período, até que as condições propícias se tenham reduzido.

Assim, o fenômeno focalizado por esse autor vem ocorrendo também, em maior ou menor grau em Assomada, que, a partir dos anos 90, registrou uma busca desenfreada de espaço para construção de habitações e outros equipamentos públicos e privados, o que levou a um aumento significativo no custo de terreno em

relação ao praticado até esse momento. Pode-se exemplificar esse fato, a título ilustrativo, pelo o que tem ocorrido nas proximidades do centro histórico, em que, nos finais dos anos de 1980, 1 m² (um metro quadrado de terreno) custava de 350 a 400 escudos cabo-verdiano (correspondente a cerca de 4 Euros) e duplicou para 1000\$, já na primeira metade da década de 1990 (cerca de 9 Euros). Nota-se que normalmente, esse valor chega a atingir o dobro do preço oficialmente praticado devido à especulação. Tendo em vista que a maior procura são feitas pelos emigrantes que, devido a morosidade da Câmara Municipal em efetuar o loteamento e a respectiva distribuição sentem-se muitas vezes obrigados a adquirirem lotes nos especuladores, dado à emergência na sua aquisição e ver resolvido a situação em termos de moradia. Esse processo vem provocando, o encarecimento do preço dos lotes para toda a população e, portanto, dificultando a acessibilidades.

Importa realçar que a carência e a elevação do preço de terreno no perímetro urbano têm empurrado a população de menores recursos e mesmo certos emigrantes para áreas periféricas, onde passam a construir as suas habitações sob alguns riscos ambientais, tendo em vista o espaço escolhido para o efeito (cf. Ilustra a foto n.º 16).



Foto 16 – Aspecto da auto-construção em espaço pouco adequado e sujeito ao risco ambiental (erosão com formação de voçorocas).

Apesar de as construções “clandestinas” não constituírem graves problemas urbanísticos para a cidade,⁶⁵ se for comparado com outros centros urbanos do país, é notória uma tendência para a proliferação dessa prática se não forem adoptadas medidas administrativas urgentes. A título exemplificativo se destaca o caso de Junco (Bairro periférico a cerca de três quilômetros da cidade), que, embora não faça parte do perímetro urbano, dada a sua proximidade e a sua bela panorâmica sobre boa parte da cidade e toda a bacia hidrográfica dos Engenhos (ver foto 17), constitui uma potencial área para a expansão da cidade e condições para integração de importantes conjuntos habitacionais, caso seja revitalizada e adoptadas medidas técnicas que adaptem as condições do terreno. Entretanto, a imagem que se tem é, de certa forma, desoladora e desperta a atenção pela forma como tem sido ocupado (ver fotos 18 e 19).



Foto 17 - Vista parcial de Assomada a partir de Junco. Observa-se no primeiro plano o aglomerado populacional de Fonte Lima (bacia dos Engenhos).

⁶⁵ Cf. a afirmação da Diretora do Gabinete Técnico e desenvolvimento Municipal da Câmara de Santa Catarina.



Fotos 18 e 19 – Aspecto das construções em Junco (periferia de Assomada).

Além das situações descritas, o elevado custo na aquisição de lotes impossibilita muitas vezes as pessoas de realizarem as suas construções em tempo útil, deixando assim muitos espaços vazios e/ou construções inacabadas, o que tem constituído autênticos espaços para a acumulação de lixos, provocando a elevação no custo de manutenção em termos de saneamento do meio e outros serviços. Quanto aos vazios deixados, além do custo de manutenção da cidade no que se refere a infra-estruturas, provoca um forte impacto sobre a rede viária, ocasionando desarticulação dentro do sistema urbano⁶⁶. Essa última questão reporta para o texto de Sposito (1999, p. 19), que, ao se referir sobre as territorialidades e a segregação espacial, tece a seguinte consideração:

Afastadas territorialmente [...] as partes da cidade não se relacionam. A unidade urbana se fragiliza, pois, não há mais um território urbano, no plano físico-territorial, no plano sócio-econômico e, no plano das representações sociais.

⁶⁶ Ver a esse respeito o Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina (2001-2006), p. 16.



Fotos 20 e 21 ilustram aspectos ligados aos espaços vazios na área Central da Cidade e problemas associados em termos de custo de manutenção. A foto acima corresponde ao projeto do Estádio Municipal iniciado no princípio dos anos de 1990 (antigo Estádio de "Achada Riba"); em baixo a acumulação de lixeira e carros velhos abandonados.



Foto do autor/ maio de 2007

Em Assomada, o processo acelerado das construções nos últimos tempos não tem sido acompanhado de infra-estruturas essenciais, notadamente nos novos bairros que vêm surgindo, como rede de água, eletricidade, canais de drenagem das águas das chuvas, calcetamento das ruas, reserva de espaços livres de usos coletivos e públicos bem como de áreas para espaço verde em quase todos os bairros.

No que concerne ao abastecimento da água potável tem sido um dos maiores problemas enfrentados pela municipalidade, não só devido a escassez das chuvas registradas, mas também pelo crescimento e dispersão da população do Município e mesmo das áreas urbanas dado a alguns vazios registrados nos novos bairros⁶⁷ e a localização de algumas áreas periféricas cujas condições físicas dificultam o acesso à rede de distribuição. Nesse caso, destaca-se o bairro de Pedra Barro. De acordo com o “Plano Diretor para Recursos Hídricos 1993-2005”, o Município dispõe dos seguintes recursos:

Águas superficiais – 16,6 milhões de m³/ano; águas subterrâneas em bruto num período médio – 15,1 milhões de m³/ano; águas subterrâneas exploráveis em período médio – 7,9 milhões de m³/ano; águas subterrâneas exploráveis em período seco – 4,2 milhões de m³/ano⁶⁸. Em relação a Santa Catarina, o relatório final sobre o Desenvolvimento da Água Subterrânea na ilha de Santiago, realizado por uma empresa japonesa⁶⁹ em 1999, confirma que: **i)** os aquíferos principais estão na formação geológica de Assomada e Pico de Antónia; **ii)** o planalto vulcânico de Assomada demonstra alto potencial de exploração, principalmente na área setentrional; **iii)** o potencial é também alto nas camadas aluviais. O quadro n.º 4 representa o número de pontos de água e caudal explorado em Santa Catarina em m³/dia.

⁶⁷ Cf pode ser observado nas figs. 9 e 10, relativamente aos bairros que se desenvolveram a partir de 1990 (Tarrafalinho, Cumbém e Bolanha).

⁶⁸ Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. Visão nacional sobre a água, a vida e o ambiente no horizonte 2025. Praia, 2002, p. 29.

⁶⁹ KOKUSAI KOGIO co. LTD, referido no Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina 2001-2006.

Quadro n.º 4: Número de pontos de água e caudal explorado em Santa Catarina, em m³/dia

N.º de pontos de água explorado				Caudal explorado em (m ³ /dia)			
Nasc.	Poço	Furo	Total	Nasc.	Poço	Furo	Total
400	85	50	535	10.563	2.508	1.597	14.668

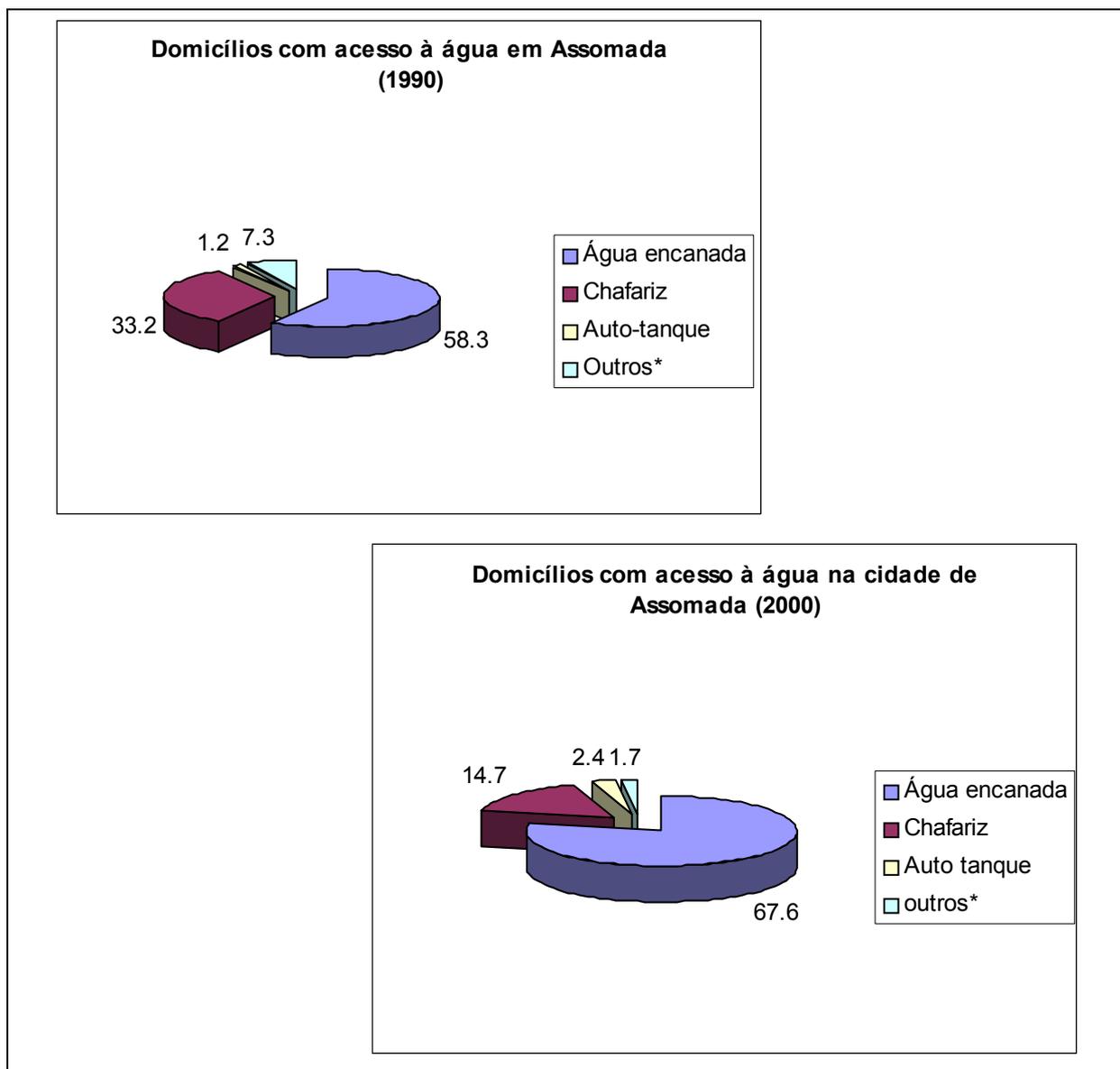
Fonte: Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. Praia, 2000.

De acordo com o quadro 4, pode-se visualizar, em Santa Catarina, um grande predomínio de nascentes, correspondendo a 17,3% do total do país, o que induz a concluir que existe uma grande probabilidade de contaminação e riscos de saúde pública, tendo em conta a sua aquisição e utilização.⁷⁰

No que se refere ao abastecimento e à distribuição desse líquido à cidade de Assomada, não obstante uma significativa melhoria verificada em termos de acesso à rede pública, em que a ligação ao domicílio passou de 58,3% em 1990 para 67,6% em 2000, (cf. dados do INE, expressa na fig. 11 e 12), depara-se ainda com algumas deficiências. Essas deficiências resultam de cortes constantes no fornecimento de energia elétrica⁷¹, desperdício devido às fugas na rede, e também de déficits registrados normalmente, nos meses mais secos do ano (maio e junho), pelo abaixamento dos caudais freáticos, sobretudo nos anos de fraca precipitação. Nota-se também que o abastecimento pelos fontanários públicos (chafarizes) baixou significativamente nesses dez anos, passando de 33,2% em 1990 para 14,7% em 2000.

⁷⁰ Algumas nascentes constituem fontes de abastecimento de água à população e, ao mesmo tempo, servem de bebedouros para os animais.

⁷¹ Nota-se que a bombagem da água nos furos é frequentemente interrompida pela falta de energia elétrica. Soma-se a isso uma fraca capacidade de armazenamento dos reservatórios, ocasionando sucessivos cortes no abastecimento e fazendo baixar, desse modo, a qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, a degradação nas condições higiênicas e perda da qualidade ambiental.



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do Censo de 1990 e de 2000 (INE Cabo Verde), 2000.
*nascente, Cisterna, Levada, poço.

Um outro problema que merece destaque prende-se com a ausência de uma prática de construção de canais de drenagem das águas pluviais, com forte reflexo no saneamento do meio. Essa situação agrava-se sobretudo nas épocas das chuvas com a acumulação e a estagnação de porções de água em determinadas áreas urbanas, principalmente, nas não contempladas com a pavimentação e um sistema regular de recolha de resíduos sólidos, contribuindo para uma proliferação de mosquitos e conseqüente perturbação para população (INGRH, 2003)⁷².

⁷² Instituto Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos. Conselho Nacional de Águas, 2003, p. 7.

Realça-se ainda que a inexistência desses canais e a crescente compactação do solo pelas construções tem como consequência direta a diminuição da infiltração e o aumento do escoamento superficial, que pode levar à ocorrência de inundações em alguns pontos mais baixos da cidade. Assomada se localiza no setor mais elevado, a uma altitude de 450 metros e é recortada a sul e sudoeste pelas bacias hidrográficas dos Engenhos e de Sedeguma, respectivamente, por onde drenam a maior quantidade das águas superficiais, e, no setor norte, fica a bacia hidrográfica da Boa Entrada (cf ilustram as figuras 13 e 14).

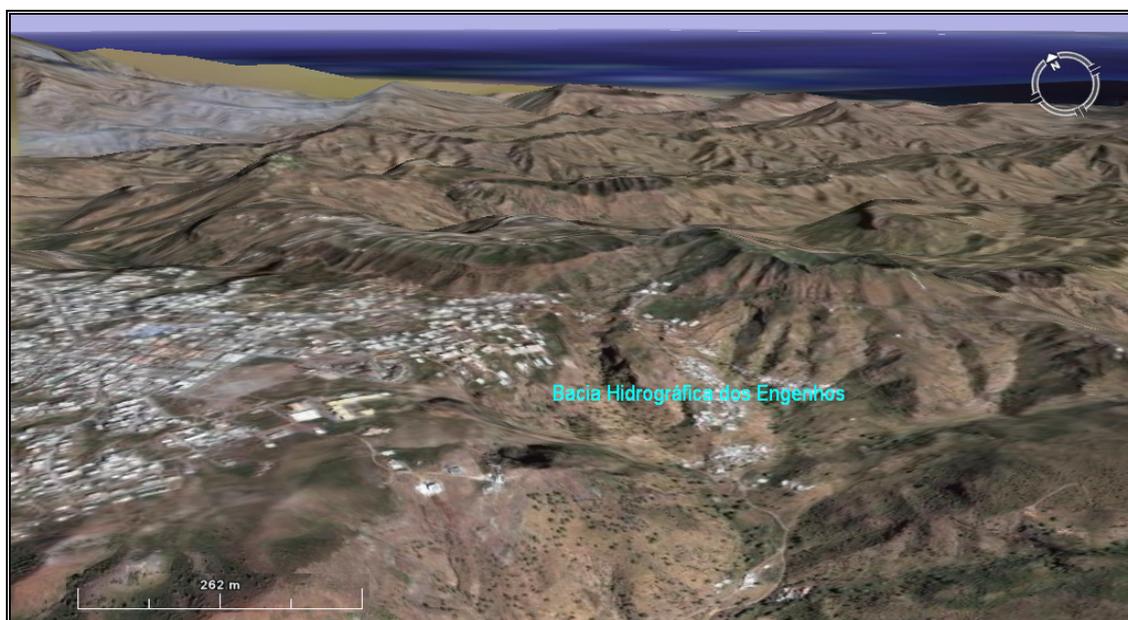


Fig. 13 e 14. Aspectos da bacia Hidrográfica dos Engenheiros, em cima e a da Boa Entrada, em baixo. (ver também fotos n.º 3 e n.º 4 no anexo III)

Fonte: Google Earth, imagem de 30/10/2003. Acesso em 12/01/2007



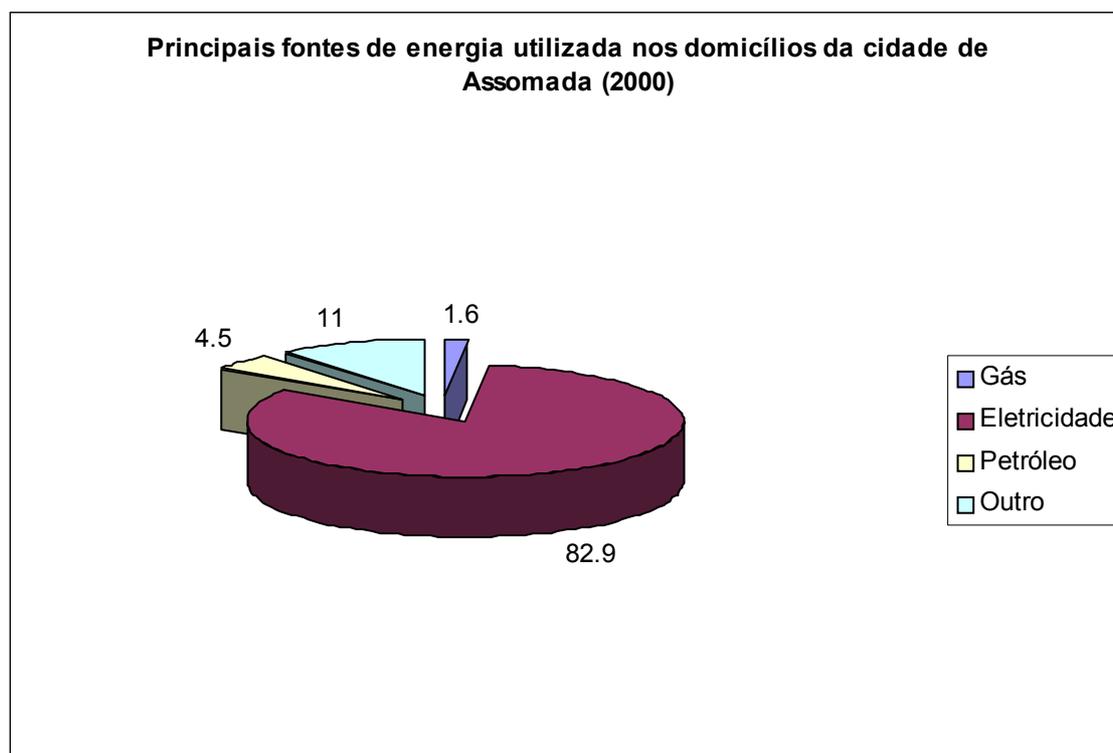
No que diz respeito à infiltração, por suas características hidrogeológicas, a “Formação do maciço de Assomada”⁷³ deixa de exercer essa função ao ser impermeabilizada pelas construções e pavimentação, reduzindo, desse modo, a recarga dos aquíferos e, em consequência, há a diminuição das áreas irrigadas responsáveis pelo abastecimento do mercado com produtos hortícolas.

É importante ressaltar ainda que a urbanização e a constante ocupação de áreas mais propícias à agricultura empurra os novos cidadãos, que na sua maioria são de origem rural, a cultivar nas encostas do entorno da cidade, provocando impactos no que diz respeito à erosão e redução da infiltração, devido à destruição do coberto vegetal e práticas agrícolas inadequadas.

Relativamente à eletricidade, registra-se, em termos de ligação à rede de fornecimento, uma cobertura no total de 82,9% dos alojamentos urbanos. Entretanto, esta é apontada pelas autoridades locais como um dos grandes constrangimentos

⁷³ A formação geológica de Assomada é constituída por mantos de piroclastos (tufos e brechas) com uma espessura superior a 250 metros, representando uma zona de infiltração vertical importante, não apenas pela sua elevada porosidade, mas também pelo fato de se encontrar a uma altitude de 400 a 450 metros, recebendo precipitações abundantes e regulares (HIDROPROJECTO, 2000, p. 42).

para o desenvolvimento do Concelho, não só pelo seu fraco potencial de fornecimento, mas, sobretudo, pela sua irregularidade e pela fraca cobertura no que consiste à iluminação pública, abrangendo parcelas reduzidas da cidade.



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do INE (Cabo Verde), 2000.

A resposta à necessidade de energia elétrica tem sido deficiente face a um crescimento rápido dos bairros e alguns serviços que tem aumentado a capacidade de consumo, o que por seu turno sobrecarrega o sistema e provoca consequentes cortes no seu fornecimento. Nota-se também dificuldades por parte da Empresa fornecedora em controlar roubos e outros desvios nas redes, tendo como resultado importantes prejuízos financeiros.

A aridez urbana⁷⁴ e a perda da qualidade paisagística são aspectos que marcam a cidade nesse processo acelerado de expansão, o que evidencia certa carência em termos de cuidados com a conservação da cobertura vegetal.

⁷⁴ Esse termo é utilizado para caracterizar a falta de cobertura vegetal e de espaços verdes na área urbana.

Normalmente, algumas construções são feitas à custa de destruição de coberto vegetal e não se tem o cuidado para sua substituição por áreas verdes. O adensamento do bairro de Achada Riba é um dos exemplos mais recentes dessa prática.⁷⁵ Nota-se ainda uma ausência de espaços livres de uso coletivo e público bem como de áreas verdes nos diferentes planos de loteamentos e, quando “teoricamente” isso acontece, são posteriormente ocupados por novas ocupações com diferentes tipos de construções. Essas ausências contribuem para a degradação da qualidade de vida urbana, visto que, concomitantemente à ampliação da cidade, vem se registrando também, um crescimento no uso dos meios de transportes motorizados⁷⁶ e, conseqüentemente, nos níveis de poluição sonora e atmosférica. Nesse sentido, a população do espaço adensado precisará de mais áreas livres e espaços verdes para lazer. Segundo a explicação de Odum (2004, p. 713): “a vegetação das cinturas verdes e espaço aberto em geral poderá ser de um valor tão grande na melhoria das condições referentes ao ruído como na purificação do ar”.

Em Assomada, o processo acelerado de expansão urbana reflete-se na perda da sua qualidade paisagística, dando assim a imagem de uma cidade em crescimento e inacabada (cf. ilustrações das fotos 23 e 24).

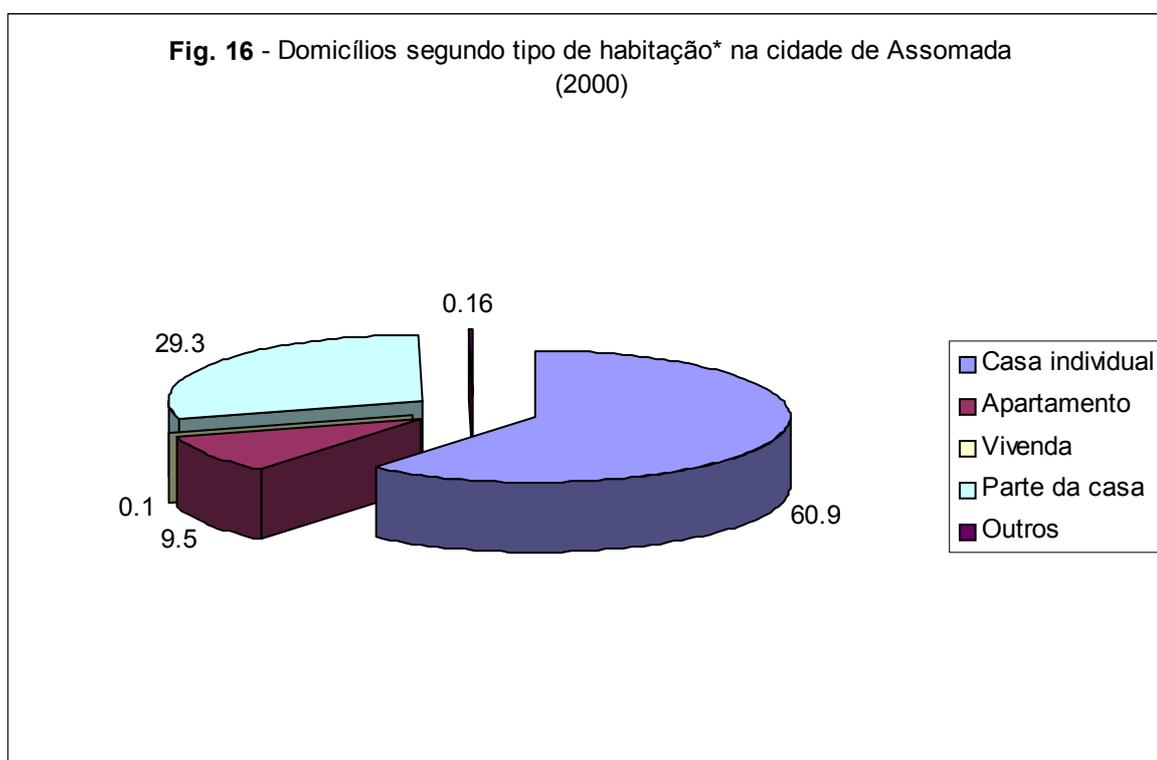


As fotos 23 e 24 – Ilustram o aspecto acinzentado de uma cidade em crescimento e inacabada.

⁷⁵ Ver a esse propósito, Spínola, 2004, p. 49.

⁷⁶ De acordo com os dados da Direção Geral dos Transportes Rodoviários sobre o parque de viaturas de aluguel em Cabo Verde, relativo ao ano de 1999, Santa Catarina possuía 652 viaturas, ocupando o terceiro lugar, logo a seguir a Praia (com 966) e São Vicente (com 689), respectivamente. Soma-se a isso um grande fluxo de veículos em direção à Assomada para a tradicional feira que acontece todas as quartas e os sábados.

Isto se deve em grande medida pela forma predominante da produção urbana, que é feita em sistema de autoconstrução de carácter individual (ver a fig. 16). Essas práticas intensificam a propagação horizontal das construções em detrimento da verticalização e, conseqüentemente, um maior espraiamento da cidade. Denota-se que uma das razões que se encontram na base dessa tendência prende-se, por um lado, ao fraco poder aquisitivo da maioria da população, o que justifica, de certa forma, a fraca presença das grandes imobiliárias na produção de conjuntos habitacionais multifamiliares e uma política de crédito habitacional praticada pelos Bancos, cujo critério de concessão só contempla pessoas a partir de um certo teto salarial, sendo que os elevados juros praticados não incentivam muita gente a contrair financiamentos para o efeito. Por outro lado, muitas construções são realizadas por etapas, ou seja, a partir das poupanças dos emigrantes que, normalmente, aproveitam das suas férias para darem prosseguimento às suas habitações, levando, por isso, vários anos para a sua efectivação.



Fonte: elaboração do autor a partir dos dados do INE (Cabo Verde), 2000.
Tipo de habitação.⁷⁷

⁷⁷ Segundo o conceito Estatístico de INE - Casa Individual, corresponde a unidade habitacional fechada, com paredes de material durável (pedra ou bloco), reunindo as condições essenciais para

Porém, esta não é uma prática generalizada por todos, na medida em que, nesse conjunto, destaca-se um número considerável de prédios habitacionais bem como outros empreendimentos, bem concebidos arquitetonicamente e com excelentes acabamentos, dando assim uma nova panorâmica ao tecido urbano.

O mapa da expansão urbana (fig. 9 da p. 84 bem como algumas fotografias recolhidas, nomeadamente, as de n.º 25 e n.º 26) evidencia uma separação nítida entre uma área urbana adensada e bem estruturada e os novos bairros, que se desenvolveram a partir dos anos 90, marcados por algum vazio, onde ainda prevalece um misto entre o rural e o urbano, dado que muitos desses espaços são ocupados com a agricultura e certas práticas que põem em risco a qualidade ambiental urbana⁷⁸.



Foto 25 – Vista parcial da Avenida da Liberdade (no Centro da Cidade).

uma habitação humana (não ultrapassando 1 piso); Apartamento – unidade habitacional multifamiliar (podendo ser um bloco ou vários blocos); Vivenda – unidade habitacional unifamiliar cercada com muro e jardim interior, construída no estilo moderno e com bom nível de acabamento (número quartos superior a três); Parte da casa - é uma casa individual, que possa evoluir para reunir as condições essenciais para a habitação humana (um ou mais quartos de uma casa ocupados por um agregado familiar).

⁷⁸ Nesse caso, destaca-se certos hábitos rurais transferidos para a cidade, como a criação de animais em espaços pouco adequados para o efeito.



Foto 26 – Vista parcial de um dos novos Bairros que se desenvolveu a partir dos anos 90. No primeiro plano observa-se o Bairro de Cumbém, apresentando um misto entre o rural e o urbano.

Vale ressaltar ainda que mesmo nas áreas urbanas consolidadas registra-se situações que, de certa forma, tendem a gerar conflito em termos de uso atribuído a alguns prédios urbanos e o Código de Postura Municipal, principalmente, no que concerne ao saneamento do meio. Essa constatação se deve ao fato de alguns desses prédios pertencerem aos jovens emigrantes que, na sua maioria, são de origem rural, no entanto, dado que estes continuam residindo no exterior, normalmente, as habitações são ocupadas e/ou administradas pelos pais ou familiares, transferindo certos hábitos rurais – como a criação de animais.

Concomitantemente à expansão urbana, registrou-se, a partir dos anos 90, uma proliferação do comércio informal que, apesar da sua importância para a arrecadação de receitas municipais, tem provocado um certo impacto, dada a forma desordenada como é praticado. Com efeito, o crescimento desse tipo de comércio ultrapassou de longe a capacidade de absorção oferecida pelos equipamentos existentes, sobretudo, nos dias de maiores movimentações (quarta-feira e sábado): em consequência disso, as calçadas e algumas ruas do centro da cidade passaram a ser os pontos de colocação de mercadorias diversas (cf. ilustram as fotos 22 e 23), violando desse modo, o Código de Posturas Municipal, nesse capítulo.



Foto 22 – Vista parcial do Mercado Municipal de Santa Catarina (inaugurado em 1931).
Fonte: Google Earth. Acesso em 12/10/2007

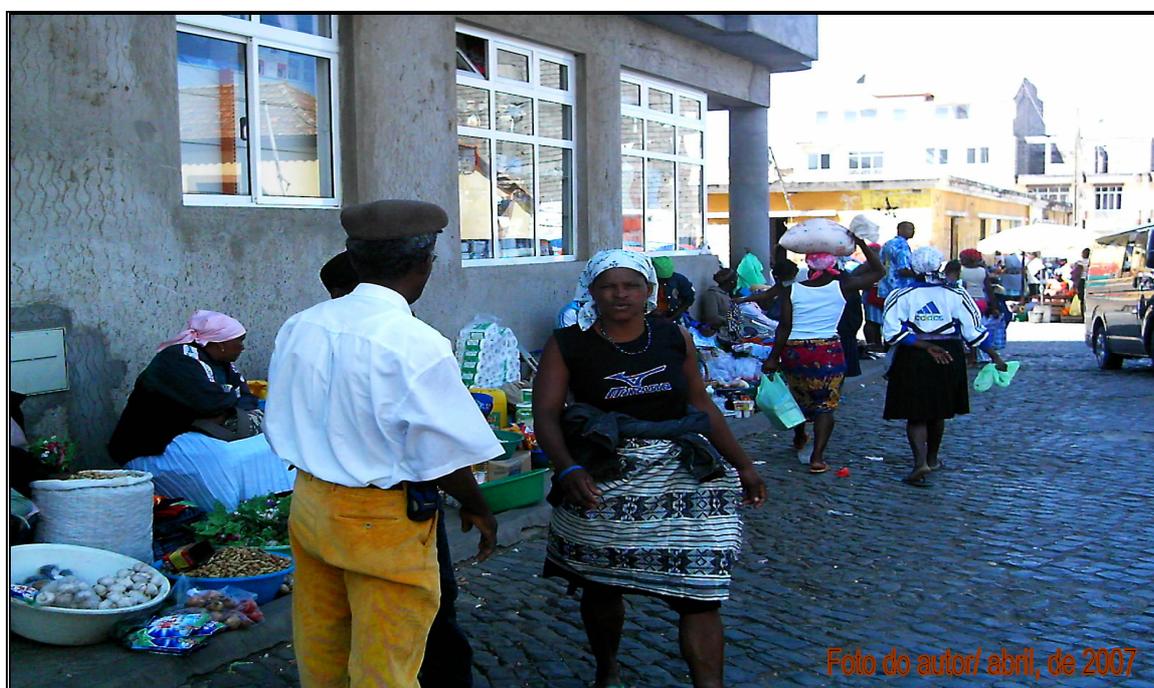


Foto 23 – Aspecto de Assomada numa 4ª feira, um dos dias da maior movimentação do mercado local, convergindo gentes de diversos pontos da ilha de Santiago.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para fundamentar este estudo sobre “Impactos Decorrentes da Expansão urbana da Cidade de Assomada” procurou-se evidenciar alguns aspectos físicos e ambientais do País, do Concelho de Santa Catarina, e, em particular, da cidade de Assomada. Ao lado desses aspectos foram levantados os principais antecedentes sócio-espaciais, visando entender as interações entre as limitações físico-territoriais e a dinâmica da (re) produção do espaço urbano, registrada nas últimas décadas.

Analisamos para o efeito dados da sua ocupação, que remonta à segunda metade do século XIX, na seqüência da crise e decadência da primeira cidade de Cabo Verde (Ribeira Grande, atual Cidade-Velha) e as conjunturas regionais e nacionais que condicionaram sua trajetória, bem como os agentes intervenientes na transformação desse primeiro núcleo urbano do Conselho (Estado, proprietários da terra e comerciantes), a partir de 1912, altura em que se processou a transferência da sede do Concelho de Tarrafal para a Povoação de Assomada.

A documentação por nós referida atesta uma grande limitação desse espaço, do ponto de vista urbanístico, até a década de 70, causada pela fragilidade da agricultura⁷⁹ e com ela a própria economia da região e do país. Fragilidade essa que está na estreita dependência das características próprias de Cabo Verde, fortemente marcado por acontecimentos meteorológicos e históricos. Ao se referir sobre o consumo de espaço, Garnier (1999, p. 86) considera que:

a proximidade de recursos agrícolas foi, durante séculos, indispensável para a manutenção da população aí concentrada, dada a precariedade e a lentidão dos meios de transportes. Nestas condições, **todo o crescimento urbano entra directamente em concorrência com a utilização agrícola do solo** (grifo nosso).

⁷⁹ Atividade essa eleita por Amaral (1964) como principal fator de fixação de população no interior de Santiago.

No que concerne ao último aspecto focalizado pela autora, constatou-se que, em Santa Catarina, a interferência do poder hegemônico dos grandes proprietários de terra e, mais recentemente, os emigrantes (também eles, na sua maioria, novos proprietários), na determinação de novas localizações e produção de espaço urbano foram uma constante ao longo da sua história⁸⁰.

Esse estudo demonstrou ainda que a “ruralidade” é uma das características mais marcantes de Santa Catarina, correspondendo a 21,3% da população rural do país e a 37,9% daquela da ilha de Santiago. Essa situação vem colocando em pauta a necessidade de uma abordagem espacial que discute o urbano e o rural sob esse viés de análise, numa visão estratégica que permita a maior complementaridade possível entre esses dois meios, e não como tradicionalmente tem sido encarado, em que o mundo rural foi percebido como fazendo parte de um “espaço diferenciado”, que corresponde a formas sociais e funções econômicas distintas. Foi perante esta perspectiva que Kofi Annan (2004) afirmou:

ainda que existam diferenças óbvias entre o desenvolvimento urbano e rural, o que faz com que sejam necessárias intervenções diferentes, em última análise o desenvolvimento sustentável não pode e não deve incidir exclusivamente num ou noutro.

Segundo Ferrão (2000, p. 5), a nova relação rural-urbano, desenvolvida na ótica dos espaços rurais, poderá assentar em dois objetivos de âmbito geral: consolidar relações de proximidade mutuamente benéficas e de natureza sinérgica em detrimento de relações assimétricas e predadoras do mundo rural; transformar as cidades em pontes efetivas entre as áreas rurais e o mundo exterior.

A Independência Nacional ocorrida em 1975 e a emigração, sobretudo, as saídas mais recentes, direcionadas em massa para países europeus, a partir das décadas de 50 e 60, imprimiram mudanças significativas, no seio da sociedade, no domínio político, econômico, social, demográfico, técnico e, conseqüentemente, num grande desenvolvimento da “**configuração territorial**”, expressão utilizada por

⁸⁰ Ver a esse respeito Vieira (1993) e Furtado (1993).

Santos (2005, p. 38) para designar “o conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza”.

Do ponto de vista urbanístico, o mapeamento da evolução da urbanização de Assomada referente à área ocupada pelas edificações no período que decorre de 1961 a 2003, permitiu-nos perceber um crescimento bastante acelerado desse espaço urbano, sobretudo, a partir dos anos 90. Senão vejamos: até 1961 a área urbana edificada era muito reduzida, ocupando cerca de 4,35 hectares; passou para 25,95 hectares em 1992 e para 31,21 hectares em 2003, respectivamente. Verifica-se, portanto, uma grande ruptura entre o período que antecede à independência e o período subsequente, ou seja, em 31 anos (1961 a 1992) registrou-se um aumento de aproximadamente 500% de área edificada, e de 1992 a 2003 (em onze anos) um aumento de 83,1%.

Com efeito, após a independência o país passou a beneficiar-se de amplos programas de cooperação internacional, o que veio a reforçar a sua importância econômica e política, visualizada através de projetos industrializantes, infra-estruturas e equipamentos de diversas naturezas, bem como da expansão e reestruturação dos serviços públicos. Nesse contexto, Assomada passou a beneficiar-se também de importantes empreendimentos públicos de caráter sócio-econômico, no âmbito da banca, da educação, da saúde e telecomunicações, transformando-se num verdadeiro pólo de atração. Esses investimentos estimularam uma nova demanda junto aos emigrantes, que passaram a ser um dos parceiros fundamentais no desenvolvimento de Santa Catarina, através de iniciativas privadas e empresariais, como a construção de residências e constituição de empresas.

A intensificação das construções e uma acelerada expansão urbana registrada a partir dos anos 90, aliadas a uma fraca capacidade de resposta no domínio das infra-estruturas e alguns equipamentos sociais por parte do poder público, bem como uma ausência da prática de planejamento urbano, provocaram diversos impasses no que concerne à manutenção da qualidade do meio ambiente urbano.

A questão ligada à ocupação do solo urbano e à dimensão que esta vem ganhando nos últimos tempos nos países em desenvolvimento tem colocado em pauta várias preocupações, não só de cientistas de diversas áreas de conhecimentos, mas também, de organismos internacionais ligados aos assentamentos humanos como a ONU. Segundo esse organismo, o espaço que ocupam os assentamentos humanos está aumentando mais rapidamente que a própria população urbana. Considera ainda que a crescente taxa de expansão, a localização e a forma como se agrega a terra ao perímetro urbano tem grande implicação para a população futura, quer do ponto de vista social quanto ambiental.

No caso específico de Cabo Verde, essa questão se coloca com redobrada preocupação, dado que a sua potencialidade em solo é muito condicionada pela reduzida dimensão do seu território e pelas baixas precipitações: ilhas de natureza vulcânica e relevo muito acidentado e uma área arável que cobre apenas 9,6% da superfície total. Esses condicionalismos provocam conflitos entre uma urbanização acelerada e a necessidade do desenvolvimento rural que requer maior conquista de terras para atividades agro-silvo-pastoris. Nessas circunstâncias se impõe a necessidade de um adequado planejamento, de forma a mitigar esses conflitos.

Com efeito, a análise da qualidade ambiental, em Santa Catarina, e, mais concretamente, em Assomada, através do indicador densidade - uso e ocupação do solo urbano - permitiu-nos identificar alguns impactos ambientais negativos causados sobretudo, pela falta de instrumentos fundamentais de gestão urbanísticas, com destaque para o Plano Diretor Municipal, ausência de cadastro municipal⁸¹ e uma deficiente fiscalização dos órgãos administrativos.

Constatou-se que a urbanização acelerada dos últimos tempos favoreceu o surgimento da especulação imobiliária e, com isso, a carência e a elevação do preço do solo no perímetro urbano. Essa prática desencadeou duas situações: por um

⁸¹ “A ausência de um Plano Diretor Municipal dificulta muito na elaboração de planos de níveis inferiores e também na questão de situar equipamentos urbanos”, segundo nos confirma a Diretora do Gabinete Técnico do Desenvolvimento Municipal de Santa Catarina. (Eng^a. Joana Beta, 2007, Com. Pessoal).

lado, a ocupação de áreas periféricas legais ou ilegais, por parte da população de menor renda, em condições pouco favoráveis do ponto de vista ambiental; Por outro, a produção de vazios urbanos, com reflexos acentuados no custo da manutenção do espaço urbano, tanto pelos impactos em termos de saneamento (acumulação de lixo, distribuição de água), como sobre a rede viária, ocasionando desarticulação dentro do sistema urbano.

A inexistência de canais de drenagem e a crescente impermeabilização do solo pelas construções, refletem-se na diminuição da infiltração e aumento o escoamento superficial, acelerando o processo erosivo.

A perda da qualidade paisagística da cidade também ficou evidente nesse estudo. O aspecto acinzentado é o traço dominante da cidade, tendo em conta que existe uma ruptura entre uma área urbana adensada e bem estruturada, correspondendo ao Centro Histórico, e áreas limítrofes e os novos bairros em construção, onde predominam edifícios inacabados.

FONTES DOCUMENTAIS

Cabo Verde. Câmara Municipal de Santa Catarina. **Plano Ambiental Municipal**, 2004-2014.

Cabo Verde - Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde – **Recenseamento Geral da População e Habitação** - ano 2000, Santa Catarina. Praia, 2000.

Cabo Verde - Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente. (SEPA). **Estratégia Nacional e Plano de Ação Sobre a Biodiversidade**. Cidade da Praia, Março de 1999.

_____. PANA II (**Segundo Plano de Acção Nacional Para o Ambiente**). Cabo Verde, 2004-2014.

_____. **Conselho Nacional Sobre a Água, a Vida e o Ambiente No Horizonte de 2025**. INGRH, Praia, fevereiro de 2000.

_____. **Conselho Nacional de Água. Política Nacional de Saneamento**. INGRH/UNICEF, 2003.

Cabo Verde - Ministério das Finanças e Planeamento Regional. - **Plano Nacional de Desenvolvimento**. Volume I, (2002 – 2005).

_____. **Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)**. Edição Revista, Setembro de 2004.

_____. **As Grandes Opções do Plano**. Outubro 2001.

Cabo Verde - Ministério de Cooperação e Planeamento. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**. 1986-1990. Praia, MCP, 1986.

_____. Direcção Geral de Estatísticas. **Censo de 1990 - 2º Recenseamento Geral da População e Habitação**. Ilha de Santiago, Julho de 1993.

Cabo Verde - Ministério das Infra-Estruturas e Transportes. **I Fórum Nacional do Ordenamento do Território**. Novembro de 2001.

CARTAS, DOCUMENTOS CARTOGRÁFICO E FOTOGRÁFICOS

Serviços Cartográfico do Exército. **Carta Militar de Portugal, província de Cabo Verde**, Folha ND-27-A-III-SE-3, escala 1:25.000, 1974.

Gabinete Técnico e Desenvolvimento Municipal da Câmara de Santa Catarina e Projeto de Apoio aos Município Rurais de Santiago. **Carta digitalizada do limite da área urbana loteada e edificada**, 2003.

_____. **Carta da divisão dos bairros de Assomada**.

Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitação. **Fotografias aéreas do aerolevamento realizado em maio de 1961**.

_____. **Fotografias aéreas do aerolevamento realizado em Novembro de 1992**, escala 1:10.000. Serviço Nacional de Cartografia e Cadastro. Município/Associação Nacional dos Municípios portugueses e Associação Nacional dos Municípios cabo-verdianos. **Ortofotografia na escala 1:10.000**, produzida em Novembro de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cláudia Maria, MONTEIRO, António Miguel e CÂMARA, Gilberto. **Modelos de Simulação e Prognósticos de Mudanças de Uso do Solo Urbano: Instrumento para o Subsídio de Ações e Políticas Públicas Urbanas**. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Salvador, Maio de 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, (Texto para Discussão n.º 702), 2000. Site: <http://www.econ.fea.usp.br> Acesso 10 de Julho de 2007.

AMARAL, Ilídio do. **Santiago de Cabo Verde. A Terra e os homens**. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1964.

_____. **Cabo Verde: Permanências e Rupturas**. In: AFRICANA, Revista Editada pelo Centro de estudos africanos e orientais da Universidade Portucalense. Porto, 2000.

ANDRADE, Elisa. **As Ilhas de Cabo Verde: Da "Descoberta" à Independência (1460-1975)**. Paris: Editions L'Harmattan, 1996.

ARAÚJO, Luis. **Espaços Arquitectónicos Cabo-verdianos**. Fragmentos. Praia, 2, 1988 pp 40-45.

_____. **Espaços Arquitectónicos Cabo-verdianos**. Fragmentos. 3-4, Paa, 1988, pp 82-85.

CARNEIRO, LUIS. **Acerca do crescimento urbano no Terceiro Mundo: o caso de Cabo Verde**. In: Garcia de Orta, Série. Geográfica. Revista do Instituto Científico e Tropical. Ministério de Ciência e Tecnologia. Vol.15 N°1 Lisboa, 1996.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e agricultura, 11 de Outubro de 1998:53-75.Site: <http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar> Acesso 10n de Julho de 2007.

CARREIRA, António. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

CAVALCANTI, Clóvis. **Breve Introdução à Economia da Sustentabilidade**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). Desenvolvimento e Natureza. Estudos para uma Sociedade Sustentável. 2ª Edição - S. Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos Ambientais em Áreas Urbanas: Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa**. In: GUERRA, António José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). Impactos Ambientais Urbano no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORREIA e Silva, António. **Combates Pela História**. Spleen-Edições, Praia, Fevereiro de 2004.

_____. **A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros**. In: SANTOS, Maria Emília (Coord). História Geral de Cabo Verde. Vol. Lisboa, IICP, Praia, INAC, 1995. Vol II.

_____. **Histórias de um Sahel insular**. Praia, Spleen Editora, 1995.

CORREIA, Paulo V. Dias. **Políticas de Solo no Planeamento Municipal**. 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Impactos no meio ambiente ocasionados pela urbanização no mundo tropical**. In: SOUZA, Maria Adélia A. (Org), Milton Santos...[et al]. O Novo mapa do Mundo. Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. 4ª Edição, editora Hucitec, S. Paulo, 2002.

DINIZ, A. Castanheira e MATOS, G. Cardoso. **Carta de Zonagem Agro-Ecológica e da Vegetação de Cabo Verde. I - Ilha de Santiago**. In: Garcia de Orta, série Bot., Lisboa, 8 1986.

FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África: Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

FERRÃO, João. **Relações entre o mundo Rural e o mundo Urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro**. EURE (Santiago). [online]. set. 2000, vol.26, n.º.78, p.123-130. Disponível no Site: <http://www.scielo.cl/scielo.php?> Acesso, 30 de Junho de 2007

FOLLEDO, Manuel. **Raciocínio Sistêmico: Uma boa forma de se pensar o Meio Ambiente**. In Ambiente & sociedade. Ambient. Soc. [online]. Campinas jan./jun. 2000, nº 6-7, citado em 20-12-2006. p. 105-144. Disponível no Site: <http://www.scielo.br/scielo.php?>

FURTADO, Cláudio Alves. **A transformação das Estrutura Agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde**. Edição Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1993.

GAMBÔA, Mário da Silva. **Nível Atual e Tendências de Fecundidade no Concelho de Santa Catarina**. Instituto Superior de Educação (ISE). Praia, 2002.

GEORGE, Pierre ...[*et al*]. **A Geografia Ativa**. 3ª ed. Tradução de Gil Toledo, São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1973.

GOMES, I., GOMES, S., Kilian N. Leyens T. Lobin W. e Vera-Cruz M.T. 1995. **Plantas Endêmicas e Árvores indígenas de C. Verde**. INIDA, Santiago -Cabo Verde.

GM & Associados Lda. **Plano Municipal de Desenvolvimento de Santa Catarina**. 2001/2006. Praia, Agosto de 2002.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. **A sociedade Global e a Questão Ambiental**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). Desenvolvimento e Natureza. Estudos para uma Sociedade Sustentável. 2ª Edição - S. Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

LESOURD, Michel. **État et Société Aux Îles du Cap Vert : alternatives pour un petit État insulaire**. Éditions Karthala, 1995.

JACOBI, Pedro. **Impactos socioambientais Urbanos – do risco à busca de sustentabilidade**. In: MENDONÇA, Francisco (org), outros: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro... [et al]. Impactos Socioambientais Urbanos. Curitiba Ed UFPR, 2004.

MASCARENHAS, Eurídece. **A Descentralização da Educação no Concelho de Santa Catarina**, 2000.

MENDONÇA, Francisco. **Sistema Ambiental Urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade**. In: MENDONÇA, Francisco (org), outros: Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro... [et al]. Impactos Socioambientais Urbanos. Curitiba Ed UFPR, 2004

NOGUEIRA, Gláucia. **Ribeira dos Engenhos: Onde a natureza e história se encontram**. In: Fragata – Revista de bordo dos TACV Cabo Verde Airlines. Nº 2 – Julho/Setembro de 2005.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos de Ecologia**. 7ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa, 2004.

ORDEM DOS ARQUITETOS DE CABO VERDE. **Comunicado Nº 2 de 21 de fevereiro de 2005**. Site: <http://ordemdosarquitectos-cv.org/index>. Acesso em 15 de julho de 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **As Nova Tecnologias de Informação e Comunicação e a transformação de Cabo Verde**. Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano, 2004.

REIGOTA, Marcos. **Ambiente e representação Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

REIS, Vítor Manuel. **Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde Após a Independência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, 2000.

ROCHA, Charles Yvan; MERINO, Sónia Elsy & NEVES, Arlinda Duarte. **Auto-Avaliação das capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental**. PNUD, Praia, Abril de 2007.

SANTOS, Leonel Ribeiro dos [et al]. **Introdução à Filosofia**. Editorial o Livro, 1992. Lisboa.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 3ª Edição – S. Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis (RS): Vozes, 1977.

_____. **Espaço Geográfico como categoria Filosófica**. In Terra Livre nº 5. AGB, S. Paulo, 1988.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SARACENO, Elena. **O Conceito de Ruralidade: Problemas de Definição em Escala Européia**. Instituto de Economia, Projeto Rurbano. 1996. Disponível no Site: <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbana/textos>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

SANTA CATARINA. Revista da Câmara Municipal de Santa Catarina. Nº 1 – Maio de 2006.

SEMEDO, José Maria. **Parque Nacional da Ilha do Fogo – Cabo Verde. Subsídio para a sua Gestão e seu Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis-SC - Brasil, 2004.

SERRALEIRO, António [et al...]. **Estudo geológico, petrológico e vulcanológico da Ilha de Santiago** (Cabo Verde). In: Garcia de Orta, Série Geológica. Lisboa, 3 1979, p 47-74.

SECRETARIA DE ESTADO DE COOPERAÇÃO PLANEAMENTO. **I Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1982-1985. SECP, Praia, 1982.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O Desafio Metropolitano. Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras**. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000.

SPÍNOLA, Fátima. **Impacto Ambiental do Crescimento de Assomada**. (Monografia), Instituto Superior da Educação (ISE), 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços Urbanos: Territorialidades e Representações**. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades. Presidente Prudente, 1999.

TAVARES, Carlos. **A Política de Solo na Política Urbana. A sua Relevância na Cidade da Praia – Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, 2004.

TAVARES, Francisco. **Santiago: Potencialidade e Desafios**. In Revista Iniciativa. Ano 3 Nº 15 novembro/dizembro de 2006.

UNFPA (Fundo das Nações Unidas Para a População). **Estado de la Población Mundial 2007. Liberar el potencial del Crecimiento Urbano**. p. 45-46. Site: <http://www.unfpa.org.br>. Acesso 20 de julho de 2007.

VIEIRA, Henrique de Santa Rita Vieira. **A Vila de Assomada**. Edição Associação dos Amigos de Santa Catarina, 1993.

VIEIRA, Paulo Freire. **A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990)**. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA Paulo Freire (Orgs.). Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. 2ª Edição – Campinas, S. P. Editora UNICAMP, 1995.

ANEXOS

ANEXO I

Quadro n.º 1 - Quadro comparativo das dimensões das ilhas.

Ilhas e ilhéus	Superfície em Km2	Comprimento máximo em metros	Largura máxima em metros	Ponto culminante	Altitude em metros
Santo Antão	779	42 750	23 970	Tope da Coroa	1 979
São Vicente	227	24 250	16 250	Monte Verde	725
Santa Luzia	35	12 370	5 350	Topona	395
Ilhéu Branco	03	3 975	1 270		327
Ilhéu Raso	07	3 600	2 770		164
São Nicolau	343	44 500	22 000	Monte Gordo	1 304
Sal	216	29 700	11 800	Monte Grande	406
Boavista	620	28 900	30 800	Estância	387
Maio	269	24 100	16 300	Penoso	436
Santiago	991	54 900	28 800	Pico de Antónia	1 394
Fogo	476	26 300	23 900	Pico do Fogo	2 829
Brava	64	10 500	9 310	Fontainhas	976
Ilhéu Grande	02	2 350	1 850		95
Ilhéu Luís/Carneiro	0.22	1 950	500		32
Ilhéu de Cima	1.15	2 400	750		77

Fonte: Barcelar Bebiano (1932) apud Semedo (2004).

Quadro n.º 2: Quadro estratigráfico de Santa Catarina				
Formações	Fáceis Terrestre	Fáceis Marinha	Idade	ERA
Sedimentos recentes	Aluviões, areias, dunas, Depósitos de vertente e Depósito de enxurrada.	Areia e cascaleira da praia	Holocénico	QUATERNÁRIA
Monte das Vacas (MV)	Terraços, cones de piroclastos e pequenos derrames associados	Níveis de praia de 2m a 80m	Plistocénico	
Assomada (A)	Mantos de piroclastos	Congl. Calca. Foss. Mantos inferiores, conglomerados e calcários fossilíferos	Pliocénico	
Complexo Eruptivo Principal (PA)	E – piroclastos e escoadas. D – Mantos e alguns níveis de piroclastos. C – Tufo – Brecha (TB). B – Fonólitos, Traquitos e rochas afins. A – Série espessa, essencialmente de mantos e alguns níveis de piroclastos			
Órgãos (CB)	Depósitos de enxurradas, tipo lahar, com mantos intercalados.	Conglomerados, calcários, calcarenitos fossilíferos.	Miocénica	TERCEÁRIA
Flamengos (FF)		Mantos, brechas e piroclastos	Ante - Miocénica	
Complexo Eruptivo Interno Antigo (CA)	Fase lávica, basáltica (filões, chaminés, mantos). Fonólitos- traquitos (chaminés e filões). Carbonatitos (pitões e filões). Brechas profundas. Brechas granulares. Complexo filoniano de natureza basáltica.			

Fonte: SERALHEIRO, António, 1976. (Adaptado)

ANEXO II



Foto n.º 3- Vista parcial da Cidade de Assomada a partir de Achada Mula (Próximo à Pico de Antónia). Nota-se no primeiro plano a Bacia Hidrográfica dos Engenhos e no segundo plano, Assomada. Na foto n.º 4 em baixo, observa-se parte de Assomada e o início da Bacia hidrográfica de Boa Entrada.

